

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

**O CEARÁ INVESTIGADO:
A Comissão Científica de 1859**

PAULO CÉSAR DOS SANTOS

FORTALEZA
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

**O CEARÁ INVESTIGADO:
A Comissão Científica de 1859**

PAULO CÉSAR DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em História Social sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

FORTALEZA
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
UFC
(Orientador)

Prof. Dr. Hélder do Nascimento Viana (UFRN)
(Membro)

Profa. Dra. Kênia Sousa Rios
UFC
(Membro)

Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas
(Suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

S237c Santos, Paulo César dos
O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859 / Paulo
César dos Santos. – 2011.
163 f.: il. ; 30 cm.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de
Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.
Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

1. Ceará – Comissão Científica de Exploração – História.
2. Comissão Científica de Exploração, 859 – Ceará – História.
3. Ciência. III. Título.

CDD – 981.31

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as experiências e as representações vividas pelos cientistas da Comissão Científica de 1859 em suas investigações na província do Ceará. Criada em 1856 no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Comissão Científica de Exploração começaria seus trabalhos em 1859, sendo o Ceará a primeira província a ser explorada. Os intentos de tal comissão se articulavam ao projeto de integração e centralização política que emergia no II Reinado brasileiro (1840-1889). Buscava-se o conhecimento das riquezas nacionais e a criação de uma imagem do país através do saber nacional, sendo a História do Brasil escrita por brasileiros e não mais por viajantes europeus. Saber e poder caminhavam juntos na consolidação política desenvolvida no Brasil imperial.

Palavras-chave: Ciência, Ceará, II Reinado, Investigação.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse les expériences et les représentations vécues par les scientifiques de la Commission scientifique de 1859 pendant leurs enquêtes réalisées dans la province du Ceará. Créée en 1856, au sein d'Institut brésilien de géographie et d'histoire (IHGB), la Commission scientifique d'exploration devrait commencer ses travaux en 1859, étant la province du Ceará la première à être explorée. Le but de cette Commission s'articulait au projet d'intégration et centralisation politique qui émergeait au Brésil dans le période connu par Second règne (1840-1889). Ses objectives étaient la connaissance des richesses nationales et la création d'une image du pays à partir de la production scientifique nationale. L'histoire du Brésil devrait maintenant être écrite par des Brésiliens et non plus par les voyageurs européens. Savoir et pouvoir marchaient tout ensemble dans la consolidation politique développée au Brésil impérial.

Mots-clés : Science, Ceará, Second Règne, Enquête.

AGRADECIMENTOS

Durante a realização de uma pesquisa somos convidados a sentir as mais variadas sensações que vão do desespero à euforia, do pânico da folha em branco à angústia por finalizar um capítulo... e nesta trajetória nos deparamos com pessoas que nos ajudam das mais variadas formas, seja com a indicação de uma fonte, emprestando um livro, lendo os rascunhos ou simplesmente tomando um café pelo campus. Dar nomes a todas estas pessoas é perigoso, pois pode-se esquecer de alguém, mas registrar é preciso, como forma de materializar a gratidão com que muitas delas tornaram esta pesquisa possível.

Agradeço à CAPES, por ter fornecido uma bolsa de estudo, permitindo com que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

A minha avó Odete, pela presença e confiança de sempre.

A Cleidiane e Glauber, amigos que superam mais de uma década. Comemoramos juntos o término de meu 2º grau, minha entrada na faculdade, meu ingresso no mestrado e a escrita deste trabalho.

A Ari, Maria e Graça, pela amizade e respeito que nutrimos há um bom tempo...

A Otacílio Alacran, por seu sorriso maroto e determinação de vida.

A Núbia e Iara, pelas conversas polêmicas que travamos a cada encontro.

A Vanielle, pelas leituras e conversas que travamos a um bom tempo.

A Gil, Ricardo, Denis, Bruno, Cristiê, Emanuel, amigos da graduação. Conhecemos juntos o que significa entrar no mundo da história e as vaidades que aí se encontram. Mas optamos pela solidariedade que aí também há.

A Priscila Régis. Sempre digo que ela é a melodia e eu sou o ritmo, e assim somos capazes de implodir nossos mundos e construir nossos desejos mais absurdos. Dotada de inteligência e sagacidade, ela simplesmente me encanta.

A Kátia Teles, pelas memórias gestadas e abortadas no Museu do Ceará e por ser a “mamãe” de todos aqueles com quem dividimos o cotidiano no Museu do Ceará.

Aos meus *meninos* mediadores do Museu do Ceará (Alfredo, Amanda Carolina, Dayana, Emilu, Estevão, João, Tales e Stenio). Amizade e respeito são fundamentais para se trabalhar em coletivo.

A Aline Medeiros, uma das pessoas mas inteligentes e sensíveis que já conheci, mas igualmente abusada e divertida. Uma incógnita.

A Ana Amélia, pela amizade e respeito que nutrimos um pelo outro e pelas revisões feita neste trabalho.

Aos colegas de minha turma de mestrado, Juliana, Marise, Ítalo, Rubens, Alexandre e Sandra... pelo apoio que sempre demos uns aos outros.

A Thiago, Bruna, Carol, amigos que acabaram de ingressar no mundo dos historiadores, mas seguem em passos firmes.

A Daniel Alencar, Daniel de Oliveira, Adeliana, pela cumplicidade e respeito gerado no nosso cotidiano. Agradeço os abraços e sorrisos de cada dia.

A Marsana, pelas conversas nada filosóficas nos bares do Benfica.

Às meninas do Instituto da Memória do Povo Cearense – Imopec (Célia Guabiraba, Tereza Guabiraba, Fátima Guabiraba e Nádja Soares).

A Cristina Holanda, pela amizade e respeito que nutrimos um pelo outro, pelos rascunhos lidos e sugestões que vieram a calhar, pelas conversas bobas que travamos no cotidiano.

Às professoras Ana Carla e Ana Rita, pela afetuosidade com que sempre nos tratamos e pelo incentivo e brincadeiras nos corredores da UFC.

A Afonsina, pela companhia escandalosamente agradável.

A Antonio Luiz, pela capacidade que ele tem de ouvir e apoiar seus amigos e alunos.

À professora Meize Lucas e ao professor Ernani Furtado, agradeço pelas aulas de graduação, pelas aulas no Mestrado, mas principalmente pelas conversas nos corredores do *nosso* Departamento.

Aos professores Régis Lopes e Kênia Rios. O primeiro meu orientador e a segunda minha grande incentivadora a seguir nos caminhos de Clio. Sem

eles minha vida acadêmica teria tomado rumos diferentes. E com eles, tudo realmente foi muito diferente. Agradeço, simplesmente.

O CEARÁ INVESTIGADO: A COMISSÃO CIENTÍFICA DE 1859

SUMÁRIO

INTRUDUÇÃO.....	01
1. O CEARÁ ENTRE O NACIONAL E O PROVINCIAL	
1.1. Conhecer para dominar.....	12
1.2. Na província uma ciência nacional	25
1.3. Instruções e intenções.....	33
2. O CEARÁ ENTRE IDEIAS E TIPOS	
2.1. A seca.....	48
2.2. O ouro.....	58
2.3. O vaqueiro	80
2.4. A violência	91
3. O CEARÁ ENTRE O EXPORTADO E O EXPOSTO	
3.1. Produtos da terra	107
3.2. Os olhos da Corte	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
FONTES.....	153
BIBLIOGRAFIA.....	156

Qual é a resposta à pergunta?

O problema.

Como resolver o problema?

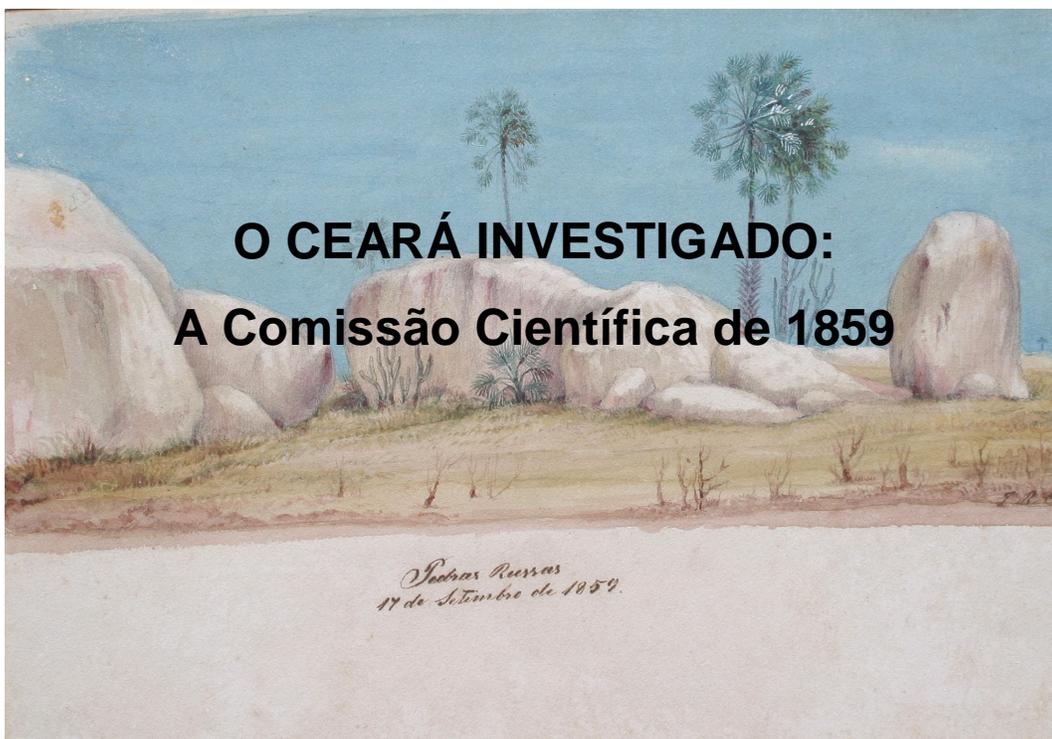
Decodificando a questão.

Foucault (2000, p. 103)

A paisagem imaginária de uma Pesquisa sempre tem algum valor,
mesmo que destituída de rigor.

Certeau (1994, p. 105).

**O CEARÁ INVESTIGADO:
A Comissão Científica de 1859**



(Pedras Russas, em 17 de setembro de 1859. Aquarela pintada por Reis Carvalho).

INTRODUÇÃO

Logo após as primeiras águas de Fevereiro, grande quantidade de ervas cobrio os areas deste lugar, crescendo e viçando com admirável vigor, de modo que em poucos dias desabrocharão muitas flores. A rapidez de tal desenvolvimento deve infundir um sentimento de admiração no naturalista, ainda mesmo nos que tiverem observados a vegetação do Rio de Janeiro, cujas plantas, apesar, de muito vigorosas, nunca tomam igual incremento.¹

O poeta Gonçalves Dias, integrante da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, em sua descrição da cidade de Fortaleza em 1859, mostra-se encantado com a natureza cearense. Sua escrita busca uma natureza que criava e demarcava uma paisagem *brasilica*, um desejo de construir um país pelo ato de nomear, ordenar e mostrar o que dentro dele havia. O desejo de ver a natureza faz com que ela seja criada, inventada e dada a ver. Essa busca da natureza nos faz lembrar a descrição de Philippe Diolé em *Le plus beau désert du monde*, onde o deserto aparentemente vazio de vida e sentido passa, através do olhar do observador, a ser dotado de beleza e humanidade:

Pois percebi que mentalmente, andando, encho de água o cenário do deserto! Na imaginação, eu inundava o espaço que me cercava e no centro do qual eu andava. Eu vivia numa imersão inventada. Eu me deslocava para o centro de uma matéria fluida, luminosa, capaz de prestar socorro, densa que era a água do mar. Esse artifício bastava para humanizar para mim um mundo de uma secura repugnante, conciliado-me com as rochas, com o silêncio, com a solidão, com as toalhas de ouro solar que caíam do céu (DIOLÉ *apud* SÜSSEKIND, 1990, p. 71).

É com o desejo de dar sentido à natureza brasileira no projeto de integração da nação e de suas riquezas naturais que será criada a Comissão Científica de Exploração de 1859. Nela estava a esperança de um projeto nacionalista e científico para o Brasil na segunda metade do século XIX. Saber

¹ Carta enviada por Gonçalves Dias ao Jornal do Comercio, em inicio de 1859, dando noticias de sua chegada e descrevendo a natureza cearense (DIAS, 1924, p. 226).

e poder caminhavam juntos na tentativa de construção da nação. *Conhecer* e *administrar* pareciam verbos conjugados em um único intuito: produzir uma história para o Brasil independente.

A Comissão Científica tinha como principal tarefa descortinar (descobrir/criar) a nação em seus aspectos naturais, políticos e culturais. A integração da natureza brasileira se daria pela união de suas regiões, através do olhar científico nacional. Os regionalismos seriam desfeitos e a Corte seria o centro do país, através da integração de suas mais distantes paragens. Um olhar científico é criado na medida em que analisa e integra a natureza brasileira, mostrando sua totalidade e sua potencialidade. A Comissão Científica era composta por cinco seções de estudos, cada uma sob a ordem de um membro sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): Botânica, sob as ordens de Francisco Freire Alemão, também chefe da Comissão Científica de Exploração; Geologia e Mineralogia, dirigida por Guilherme Schüch de Capanema; Zoológica, liderada por Manoel Ferreira Lagos; Astronomia e Geográfica sob o comando de Raja Gabaglia; Etnográfica e Narrativa de Viagem sob a responsabilidade de Gonçalves Dias. Além dos ajudantes de cada seção, fazia parte desta experiência o pintor Reis Carvalho.

A Comissão foi idealizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e patrocinada com grande entusiasmo pelo imperador do Brasil Dom Pedro II. Teve seus trabalhos iniciados no Ceará, pois acreditava-se nas possíveis riquezas minerais desta província, ideia que já vinha circulando na então metrópole portuguesa e desde o Brasil colônia. Em 4 de fevereiro de 1859, os cientistas do império aportaram em Fortaleza, realizando seus trabalhos até 13 de julho de 1861, quando regressam à Corte. A presente dissertação busca compreender as tensões e experiências vividas pela Comissão Científica de 1859, conhecida também como Comissão das Borboletas, na então província cearense.

Analisar a produção advinda da experiência em campo nos é significativa para perceber como ela é apreendida e dada a ver. Qual o significado dado a esta experiência e quais as memórias construídas sobre a mesma? Cada viagem carrega consigo uma perspectiva que a orienta e um caminho que a realiza e estes percursos são dotados de história, memória e paisagens heterogêneas. Uma comissão científica de exploração se caracteriza

por seu caráter errante, que vai descrevendo e inventariando os espaços por onde passa, daí a necessidade de se registrar (escrever e desenhar) o máximo possível. Procuramos perceber como estes relatos de viagem podem se converter em conhecimento/documento para a produção do conhecimento histórico.

Interpretamos aqui a escrita sobre a nação e a natureza brasileira e a província cearense a partir dos vestígios deixados pela Comissão Científica de 1859. O poder da escrita que busca uma lei sobre a natureza pode ser pensada a partir da experiência destes cinco cientistas que compunham a referida Comissão. Eles analisaram e escreveram sobre a paisagem da nação a fim de criar uma imagem brasílica de uma natureza e de costumes próprios. Pensar a viagem da Comissão Científica é entender o espaço e o tempo de uma produção ou concepção histórica que tenta se articular e emergir, ganhar contornos. Diários de campo, cartas, ofícios, aquarelas e notas em jornais são nossos principais indícios na busca pela compreensão da atuação destes cientistas na província cearense. Interpretando e cruzando as fontes coligidas nos é possível articular campos de tensões vividas pelos membros da Comissão Científica.

Fontes variadas exigem metodologias e questionamentos específicos. Alguns documentos escritos pelos membros da Comissão Científica foram publicados tempos depois de seu regresso à Corte, sendo os textos mais elaborados e elencando problemáticas contemporâneas a sua produção. Já outros documentos são anotações e publicações que vieram à tona durante a permanência dos cientistas no Ceará (1859/1861). Neles é possível perceber as tramas mais imediatas que envolveram os cientistas e quais as ações por estes elaboradas diante de tais experiências. Temos também notas em jornais, onde um olhar diferenciado se constituía sobre os membros da Comissão Científica. Indagar a construção deste olhar através da imprensa é perceber outro campo de tensão entre os letrados locais e os homens de ciência da Corte. Para Lorelai Kury a construção de fontes tão diversas faz parte do próprio método do cientista-viajante, pois os meios utilizados para dar conta da multiplicidade de fenômenos que despertam o interesse do observador da natureza são variados e proporcionam a criação de objetos científicos. Diários de viagem, tabelas sobre as produções locais, monografias especializadas,

desenhos, pinturas são parte da acumulação de dados buscados pelos cientistas (KURY, 2008, p. 331).

Os diários de campo dos cientistas constituem-se fontes de ricas informações, tanto no transitar cotidiano dos viajantes, quanto na forma em que se estrutura a narrativa. O botânico Freire Alemão deixou registros de muitos lugares por onde andou durante sua permanência no Ceará. Seu diário de campo compreende praticamente toda a sua permanência nesta província. Nele encontramos dados do cotidiano das populações visitadas por ele, cor da gente, costumes, economia, temperatura, edificações e preços dos produtos são dados que ficaram registrados pelo olhar investigativo do botânico.

O historiador Antônio Luiz Macedo e Silva Filho, em nota introdutória ao *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*, chama-nos a atenção para a riqueza de informações contidas nos relatos de viagem dos cientistas, anotações que se desenrolam ao correr dos dias e dos lugares mais variados. Segundo Silva Filho “o diário é, por conseguinte, não só resultado dessa viagem, mas ele mesmo um registro da mobilidade em apreço e só por ela tornado possível” (SILVA FILHO, 2006, p. 16).

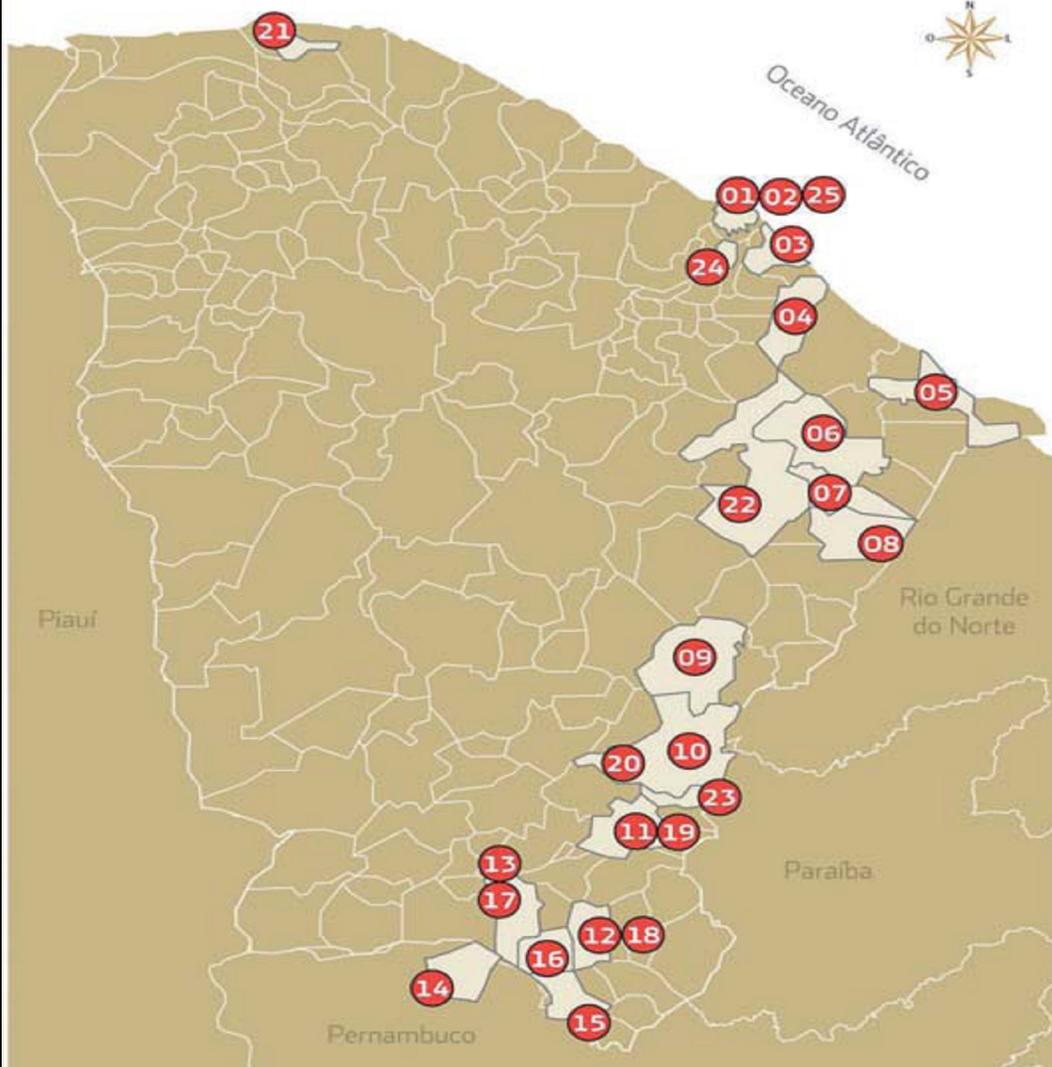
As narrativas de viajantes trazem em si a marca do “eu estive lá”, querendo arrogar-se para si o direito a falar de forma verdadeira sobre a realidade vista. Temos que cuidar, porém, para não cairmos na armadilha de aceitar as suas descrições e informações como sendo a própria realidade (REICHEL, 2009, p. 59). Para Tzvetan Todorov é preciso desconfiar das narrativas de viajantes como sendo portadores de verdades e perceber as intencionalidades e perspectivas que orientam sua narrativa: “o único remédio é não ler esses textos como enunciados transparentes e tentar, ao mesmo tempo, levar em conta o ato e as circunstâncias de sua enunciação” (TODOROV, 1999, p. 64).

O que marca a Comissão Científica de Exploração é a narrativa pautada nas experiências “*in loco*”. O que se buscava era uma escrita que norteava e organizava a natureza brasileira, sendo esta catalogação um ato de criação pela capacidade de imaginar e descrever a paisagem que se apresenta a um naturalista em trânsito. Uma viagem, um olhar e a narrativa fazem parte deste deslocamento dos sujeitos. A dominação da natureza pelo homem só poderia ser efetuada pelo seu conhecimento. O Ceará foi esquadrihado de norte a sul

pela ciência nacional e várias foram as cidades visitadas por estes cientistas-viajantes.

Podemos distinguir as viagens dos cientistas em dois momentos distintos. O primeiro momento se dá quando da chegada dos cientistas ao Ceará e o segundo quando do retorno de Freire Alemão, chefe da Comissão Científica, que se ausentou da província por um certo período em viagem à Corte (em meados de 1860). O mapa a seguir nos mostra o roteiro realizado por Freire Alemão, percurso este seguido em parte pelos outros cientistas.

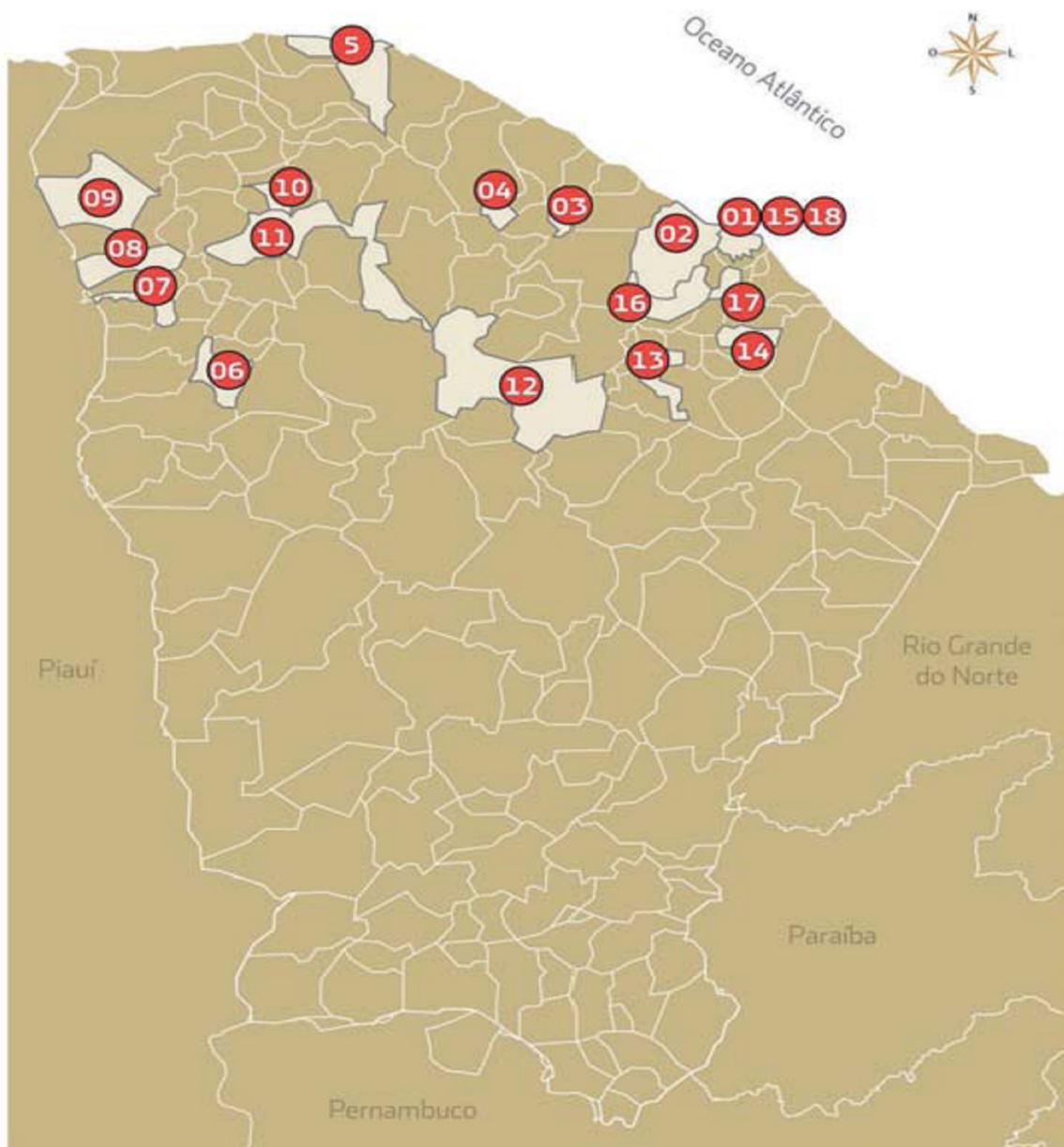
PRIMEIRO DIÁRIO



01.Fortaleza	02.Messejana	03.Aquiraz	04.Cascavel	05.Aracati
06.Russas	07.Limoeiro	08.Tabuleiro	09.Jaguaribe	10.Icó
11.Lavras	12.M. Velha	13.Crato	14.Exu	15.Jardim
16.Barbalha	17.Crato	18.M. Velha	19.Lavras	20.Icó
21.Cruz	22.M. Nova	23.Umari	24.Pacatuba	25.Fortaleza

FONTE: Diário do Nordeste. Regional. 16.08.2009, p.1.

SEGUNDO DIÁRIO



01.Fortaleza	02.Caucaia	03.Curu	04.Uburetama	05.Acaraú
06.Ipu	07.S. Benedito	08.Ibiapina	09.Viçosa	10.Meruoca
11.Sobral	12.Canindé	13.Baturité	14.Acarape	15.Fortaleza
16.Maranguape	17.Pacatuba	18.Fortaleza		

FONTE: Diário do Nordeste. Regional. 16.08.2009, p.1.

Freire Alemão, em carta a Von Martius, botânico alemão, em 25 de janeiro de 1859, um dia antes de sua partida para o Ceará, assim descreve as expectativas sobre a viagem:

A viagem de que trato é de uma expedição científica que o governo manda a explorar algumas das províncias do Brasil. Sobre o resultado desta expedição quero adiantar, é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns trabalhos ulteriores e talvez mais importantes. São estes os desejos do Imperador e de todo o brasileiro.²

Escolhemos o título *O Ceará investigado* por acreditarmos que ele dá uma dimensão do trabalho levado a cabo por cada membro da Comissão Científica, de dar conta de uma totalidade maior do que os trabalhos dados a cada seção. Cada cientista foi além do que determinava suas instruções de trabalho, num esforço de compreensão que somente a experiência *in loco* permitiria, daí a fuga aos estudos pré-determinados que eram dados pelas instruções. Todos eles estavam engajados em inventariar a nação e na busca de uma imagem para a mesma. O tema ora tratado nos permite uma multiplicidade de problemáticas a serem trabalhadas, tais como política, trabalho, violência, gênero, ciência etc. Escolhemos para esta pesquisa uma abordagem transversal das questões elencadas pela Comissão Científica. Tentamos aqui dar uma leitura mais abrangente e interligada de uma gama de questões analisadas pelos cientistas afim de perceber as tramas que articulavam seus olhares e suas práticas discursivas na tentativa de sistematizar o visto e o vivenciado na província cearense e as intencionalidades que norteavam e circunscreviam os temas narrados.

Minhas perguntas centrais são: quais as práticas discursivas efetuadas pelos cientistas do IHGB no estudo e sistematização da província cearense? Que temas e questões eram sistematizadas? Quais suas intencionalidades e

² DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*. Catálogo e transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Vol. 81, 1961. p.151. Para facilitar a compreensão do leitor e melhor destacar as fontes trabalhadas preferimos, de agora em diante, colocar as citações das fontes em rodapé e manteremos as referências bibliográficas de forma simplificada no corpo do texto. Apenas a primeira citação de cada fonte seguirá com todos os dados (editora e cidade).

mecanismos de possibilidades? Quais as propostas escolhidas no início dos trabalhos e como se deu esta experiência em campo?

No primeiro capítulo, cujo título é *O Ceará entre o nacional e o provincial*, discutimos as pesquisas (práticas) científicas que vinham sendo efetuadas sobre o Ceará desde a época colonial. Aqui tentamos perceber os mecanismos de investigação científica na capitania cearense e quais suas relações com a política da metrópole portuguesa. Na segunda metade do século XVIII, após a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, Portugal passa a fazer da investigação científica um meio de tirar o país da estagnação econômica em que se encontrava. Através de agremiações científicas e viagens ultra-marinas, intituladas viagens filosóficas, a coroa lusitana vai dirigir uma série de missivas a seus subalternos nas colônias a fim de que estes enviassem memórias (relatórios científicos) sobre a situação e riquezas de suas posses. Tais memórias que portavam um inventário das colônias nos fornecem indícios para problematizarmos o que era produzido e dito como “científico” naquele período, quais as riquezas naturais eram elencadas nestes relatórios e como eram descritas. Várias memórias sobre o Ceará foram escritas neste período pelas autoridades da capitania e enviadas a Portugal. Estes documentos exerceriam papel importante nas décadas seguintes.

No rastro desta escrita veio o naturalista João da Silva Feijó. Nascido no Rio de Janeiro, mas formado na Metrópole, ele realizará estudos detalhados nas mais variadas regiões da província cearense entre os anos de 1799 e 1817. Seus textos, alguns publicados na Corte no início do século XIX, iriam cair em esquecimento, sendo retomados na década de 1840 pelo botânico Francisco Freire Alemão, futuro chefe da Comissão Científica de Exploração e também responsável pela seção de botânica da mesma. A problemática aqui analisada se detém em mapear como os membros da Comissão Científica usam de práticas anteriores às suas na busca de melhor conhecer e “devassar” a província cearense. Discuto também os motivos que levaram o Ceará a fazer parte do roteiro inicial da Comissão Científica. Discuto principalmente a relação que a ciência estabelece com o “olhar”: como o sentido da visão faz da natureza um objeto de investigação através da comprovação, do verdadeiro, do científico.

Havia escritos e boatos sobre as possíveis riquezas do Ceará. As lendas precisavam passar pelo crivo da ciência, e esta requeria que como prática o ato de olhar, circunscrever pelo ato de ver. Daí a necessidade das viagens científicas, do deslocamento, da comprovação. Esta prática de ver com os próprios olhos e sentir com o próprio corpo os fenômenos da natureza passou a fazer parte da prática científica na busca de desvendar os segredos da natureza.

O ver e o ouvir acarretavam um “estar-lá”, um olhar que carrega consigo marcas culturais e intenções que moldam o que se vê, ou melhor, o que se deseja ver. Simon Schama em seu estudo *Paisagem e Memória* investiga a reelaboração dos lugares pelo ato de vivenciar o espaço. Para o estudioso “é evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural” (SCHAMA, 1996, p. 17).

A escolha da província cearense não se deu por acaso. Um “olhar” científico vinha sendo construído sobre estas terras desde fins do século XVIII. A ciência nacional atinge as mais distantes paragens a partir de uma ótica que busca conhecer e integrar. Segundo a historiadora Rita de Cássia Moraes, há uma estratégia de apreensão dos espaços, onde o centro da produção do conhecimento vai absorvendo a periferia:

O que houve, além da acumulação de elementos diversos explorados em províncias e em terras distantes, foi a oportuna percepção de que determinadas atitudes e os rastros deixados por outrem seriam úteis ao que seria feito depois (...). A mente do cientista então tratava de fazer incontáveis rodeios para resolver o enigma bem diante de seus olhos. Porém, isso mudou quando o cientista assumiu a posição de destaque e passou a ter a sua disposição coisas, elementos que poderiam ser dominados e analisados (MORAIS, 2005, p. 55-56).

Uma vez decidida a viagem, há o deslocamento, o estranhamento e a pesquisa em campo. E somente através do caminhar, do devassar e do conhecimento destas terras estranhas, onde o diverso surge, podemos compreender as experiências e tensões vividas pelos cientistas. Uma vez na distante província cearense, quais os tipos descritos, quais cenas seriam narradas? Que tipo de olhar se construiu sobre a província? Que motivações serviram como referenciais nesta escrita que encerra uma experiência e uma busca? Esta é a discussão do segundo capítulo que se intitula *O Ceará entre*

tipos e ideias. Nele, busco uma reflexão para entender porque alguns temas, que também são os tópicos analisados, são constantemente referendados nos escritos dos cientistas. Questões e problemas colocados naquele momento histórico estão impregnados nas páginas escritas por cada cientista. Nas Instruções de Trabalhos não havia menção sobre estudos da violência ou tipos locais, mas foram questões que acabaram permeando as descrições feitas pelos cientistas. A emergência deste e outros temas nos sugere que parte do que foi escrito fugiu, em certa medida, às intenções primeiras dos cientistas.

O terceiro capítulo, intitulado *O Ceará entre o exportado e o exposto*, pretende fazer uma discussão sobre a agricultura, vista e registrada pelos membros da Comissão Científica e a exposição de produtos industriais cearenses realizada por Lagos em seu regresso à Corte. Há nesta exposição um sentido de divulgar as riquezas do Ceará, não propriamente industriais, mas que podem ser utilizadas pela nascente indústria nacional. Buscava-se chamar a atenção do governo para estimular a produção de algumas culturas que poderiam gerar riquezas para a nação. Analiso a agricultura cearense na segunda metade do século XIX a partir das anotações dos cientistas.

Após o regresso à capital do império, os membros que compunham a Comissão Científica tentam organizar e publicar os materiais de estudo de cada seção, o que ocorrerá de forma lenta e fragmentada. O que de mais imediato se concretizou desta “exploração ao norte” foi a exposição de produtos industriais cearenses na corte, realizada por Ferreira Lagos, chefe da seção de zoologia. A pergunta que norteia este capítulo é: Que Ceará foi exposto? Que imagem do Ceará foi construída pelos cientistas em seu regresso à Corte e quais os meios usados nesta “construção imagética” da província cearense? Como se deu a exposição de produtos cearenses?

Esta pesquisa teve início durante o meu curso de graduação na Universidade Federal do Ceará quando me tornei bolsista do projeto “Comissão Científica de Exploração”, projeto desenvolvido no Museu do Ceará sob a coordenação geral do Professor Régis Lopes, cuja preocupação era a publicação de um acervo documental referente à Comissão Científica, publicações estas que possibilitassem pesquisas e novas abordagens. Desta experiência surgiu meu contato com a documentação e a paixão pelo tema que ora trago à luz.

1. O CEARÁ ENTRE O NACIONAL E O PROVINCIAL

1.1. CONHECER PARA DOMINAR

Em 4 de fevereiro de 1859 aportava em Fortaleza a Comissão Científica de Exploração. Seu desejo imediato era realizar estudos sobre a fauna e a flora, catalogar e registrar o que fosse possível sobre a nação brasileira e fomentar uma ciência nacional. Buscava-se a natureza exuberante, os costumes do povo, a riqueza da nação. A primeira Comissão de cunho científico formada no II Reinado fazia parte de um projeto político de integração da nação. Conhecer, catalogar, quantificar e integrar podem ser consideradas as palavras chaves desta expedição. Ela tinha o apoio do monarca D. Pedro II e estava atrelada às instituições científicas do Brasil, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Museu Nacional e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Discutida e aprovada a criação da Comissão Científica, em 1856, no seio do IHGB, ela somente começaria seus trabalhos em 1859. Quando de sua criação, não se tinha roteiro estabelecido. O norte, por ser uma região pouco conhecida e distante da Corte, mereceu especial atenção por questões políticas, uma vez que esta região vinha sendo palco de movimentos de cunho contestatório ao poder central desde o Brasil Colônia (Revolta de 1817), passando pelo Brasil Independente (Confederação do Equador, 1824), Período Regencial (Revolta da Sabinada, Bahia, 1848) e já no II Reinado (Revolta da Praieira, 1848). Além do fator político, pesou o econômico. Almejava-se encontrar minerais para alimentar a incipiente indústria nacional e livrá-la da dependência externa, aumentando o comércio interno. Desejava-se descortinar a natureza *brasilis* e apropriar-se de sua riqueza. Acreditava-se num potencial de minerais existente, mas até então não explorado, e o norte poderia ser o “el dorado” da nação.

O roteiro a ser feito pela Comissão Científica não se deu de forma aleatória. Quando os cientistas do IHGB decidem pela província do Ceará

como a primeira a ser visitada, na realidade, eles já haviam tomado conhecimento das possíveis potencialidades da mesma. Afinal, o norte já vinha sendo esquadrihado por naturalistas que passaram pela região.

O que nos interessa neste tópico é mapear como o Ceará foi sendo abordado ao longo do tempo por cientistas e viajantes e qual a imagem que se foi construindo da província a partir de tais viagens. No século XIX, vários foram os viajantes que aqui estiveram, entre eles se destacam Koster³ e Gardner.⁴

Os escritos produzidos sobre o Ceará durante o período colonial foram posteriormente analisados pelos cientistas do IHGB. A ciência do II Reinado seguiu os rastros de João da Silva Feijó (1760-1824). Não eram as secas que ocupavam as principais páginas de seus relatórios, mas as potencialidades naturais da província cearense.

Também significativas são as Memórias⁵ (relatórios) escritas por governantes, em busca de enaltecer ou constatar as riquezas locais. Em seus trabalhos sobre a história cearense, Guilherme Studart nos fornece a transcrição de alguns documentos do Ouvidor Geral da Capitania (encarregado da justiça) Magalhães Pinto Avelar Barbelo (1786) e do Governador João Baptista de Azevedo Coutinho Montauray (1783) e uma Memória escrita pelo Governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcelos, em 1799.⁶ Interessamos analisar as descrições realizadas por estes homens e como estes documentos, ao serem enviados à metrópole, contribuíram para despertar interesses por estas terras longínquas. Além do mais, percebe-se uma distinção no conteúdo discursivo das memórias aqui citadas: no primeiro caso o Ouvidor pretende descrever e analisar a província em seu potencial de trabalho/exploração e no segundo caso temos uma listagem de produtos que

³ Henry Koster era inglês e deixou suas impressões quando passou pelo Ceará em 1810.

⁴ Gardner era escocês e esteve no Ceará em 1839.

⁵ As memórias escritas pelos ouvidores para a Metrópole correspondem a relatórios científicos. Eram escritos que informavam sobre a administração e riquezas da capitania.

⁶ STUDART, 2004. Trabalharemos aqui com os seguintes documentos: “Conjunto de documentos do Governador Montauray (1783-84); Carta do Ouvidor sobre a situação dos índios (1786); Representação do Ouvidor: um projeto para a Capitania (1787); Mapas das Vilas do Ceará (1783); Memória escrita do Governador do Ceará, Manuel Bernardo Manoel de Vasconcelos (1799)” que fazem parte do acervo *Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará (1618-1832)*, pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino.

assegura a prosperidade e rentabilidade de exploração destas terras. Entre o potencial a ser desenvolvido e uma rica natureza, desenvolve-se a escrita da dominação.

Na carta de Manuel de Magalhães Pinto Avelar Barbelo, de 3 de março de 1783, sua Memória pretendia construir um relato da situação da Capitania em seus aspectos mais gerais. Sua atuação estava atrelada à política da metrópole portuguesa de investigar a natureza e as riquezas das colônias, o que se deu de fato no governo do D. José I (1755-1777), tendo como secretário de Estado o Marquês de Pombal, responsável por uma reforma na universidade de Coimbra. Esta reforma ditaria os rumos dos estudos realizados, incluindo História Natural no currículo, formando assim outro momento da cultura científica portuguesa.

A reforma científica de cunho ilustrado pretendia um melhor domínio sobre o império Ultramarino português, o que exigia relatórios das capitanias para a Metrópole. E vai ser a partir desta nova orientação que serão escritas as Memórias. As narrações e descrições de Barbelo incidem sobre a agricultura e especialmente sobre o cultivo do algodão e outros produtos que fossem de uso rentável e desejável por Portugal, posto que a economia portuguesa estava vivenciando um momento de crise econômica e a exploração das riquezas das colônias ultramarinas aparecia como a salvação do próprio império português.

Nos escritos de Montaury, onde há uma carta datada de 30 de abril de 1783, estão relacionados produtos do Ceará a serem enviados a Portugal. Outra carta de 25 de outubro de 1784 comunica a remessa de produtos ao Real Museum. Percebe-se, pela diversidade dos materiais enviados, que o governador desejava mostrar não só a riqueza da terra, mas suas possibilidades de serem exploradas, como já dito anteriormente. Entre os produtos temos:

Um saco com algodão... outro dito com pedras que parecem Crisólitas Ametistas, topázios e dentro no mesmo saco os embrulhos seguintes. Cristais, cristais mais finos. Pedras raras, e curiosas. Azevixe Alembrans em bruto. Pedras credas pela natureza que parecem Balas de ferro. Pedras conhecidas nesta terra com o nome de metálicas. Outras pedras que conhecidas com o mesmo nome de metálicas. Pedras que parecem de ferro; A bengala de Carnáuba que vai é a primeira que se fabricou neste País, mandando-a eu fazer para ver se esse pau seria bom para isso, como eu supunha, e verifiquei pela obra; Saquinho N.1 leva dentro umas pedras

que dizem serem de Prata, e aqui senão pode experimentar para se conhecer o que são.⁷

Além da bengala de carnaúba, que mostrava a potencialidade do trabalho braçal destas terras, havia as notícias sobre metais preciosos. Mostras de minerais conhecidos e desconhecidos pelo governador foram enviadas para Portugal, onde abasteceriam tanto os museus de história natural como também seriam úteis para a curiosidade de cientistas que passaram a se interessar mais pelo rico material mineralógico disponível na capitania do Ceará. O que interessava à metrópole era o domínio através do conhecimento de suas terras, e a melhor forma de realizar este imenso inventário seria através dos museus de História Natural, pois nele a natureza seria desmistificada e enquadrada nos moldes utilitaristas. Os museus de História Natural se transformaram em instituições que aglutinavam, ao mesmo tempo em que divulgavam, os avanços da ciência.

É de supor que estas amostras e os relatos feitos sobre a província cearense para a metrópole tenham contribuído para despertar viagens filosóficas realizadas à colônia, pois não se enviaria uma comissão de naturalistas para terras tão longínquas sem um conhecimento prévio. Na carta de Montauray, segue ainda:

6 pedaços de ossos monstruosos, e quase petrificados, cujos foram achados na Ribeira do Acaracú, na distancia demais de quarenta léguas do mar em uma fazenda pertencente a hum Jerônimo Machado Freire, mandando este, abrir um tanque, ou poço, em cuja ocasião foram achados os ditos ossos na mesma parte, em que se abria o dito poço, ou tanque; na profundidade de mais de trinta palmos.⁸

Montauray aponta e mostra o Ceará numa perspectiva promissora, tanto por suas riquezas minerais como por seu aproveitamento científico, pois os referidos ossos (fósseis) despertavam a atenção da metrópole para os estudos geológicos por estas terras. O Ceará apresentava um terreno fecundo, tanto em sua superfície como em seu subsolo.

Montauray ainda enviaria, junto à carta datada de 30 de abril de 1783, uma porção de terras nitrosas, mostrando assim possibilidade de extração da

⁷ STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Vol. 9. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004, p.403-406.

⁸ STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Vol. 9, 2004, p.406.

mesma no espaço cearense. O pesquisador Geraldo Nobre associa esse interesse pelo minério ao momento vivenciado na Europa. Principalmente após a revolução francesa, o velho continente viveria um período de guerra sendo o salitre a principal matéria-prima para a produção da pólvora (NOBRE, 1978, p. 72). A carta de Montauray (juntamente com as amostras de produtos da terra) deve ter exercido interesse na metrópole portuguesa, pois uma das atividades de que se ocuparia o naturalista Feijó em 1799 seria o estudo e o aproveitamento de possíveis minas de salitre, sendo ordem Régia a investigação deste minério na província cearense.

A produção discursiva sobre o Ceará mostrava-o como potencialmente rico em seu solo e podendo gerar dividendos à coroa, desde que sobre ele houvesse o projeto de incentivar a arte da agricultura. Em 1796, Vandelli, um dos responsáveis pela reforma na Universidade de Coimbra, assinalava que:

É logo a agricultura, as artes, e comércio o primeiro móvel da fortuna de qualquer país, e único manancial de todo o bem do Estado, e de todo interesse ou seja público, ou particular de uma nação. Ora como esta Real Academia se tem proposto fomentar a indústria de nossos povos, e contribuir, quando está de sua parte o aumento da agricultura, a perfeição das artes, eu vou nesta pequena memória fazer ver quanto interessa ao mesmo progresso da agricultura, e artes o conhecimento das substâncias, de que abunda o nosso reino; mostrando ao mesmo tempo quanto se faz digno da sua providentíssimo atenção o mandar fazer para o mesmo fim uma viagem filosófica, primeiramente nele, e depois em seus domínios (VANDELLI *apud* PRESTES, 2000, p. 78).

A praticidade dos estudos agrícolas guiava os estudos dos naturalistas formados em Coimbra, falava-se da utilidade política e econômica que os resultados destas investigações poderiam trazer para Portugal. E, nessa tentativa de sistematizar a ciência em prol do Estado, era necessário ir além das fronteiras e demarcar os limites do império ultramarino. O trabalho agrícola passava a ser pauta dos estudos dos homens letrados pelo fato de se atribuir a ele papel central na produção da riqueza das nações.

Memórias sobre a flora cearense e seus possíveis minerais foram enviadas à corte portuguesa. Num momento onde a instrumentalização do Estado sob a égide da ciência natural era a pauta das discussões, houve um despertar da metrópole em relação à capitania do Ceará a ponto desta ser

integrada no roteiro das Viagens Filosóficas⁹ realizadas pela coroa lusitana. O desejo de “devassar” as terras cearenses partiu de uma pré-noção construída, a de suas potencialidades e não de sua miséria (que fará parte do discurso que se constituirá sobre o Ceará após a seca de 1877). O Ceará era investigado e dado a ver numa perspectiva positivada. Entre a caatinga, o areal e a seca, havia minérios, fauna e flora ricas. A investigação científica não tinha caráter apologético, ela buscava apreender os territórios pertencentes ao império português através de um olhar mais minucioso, apreciando e reconhecendo o que nele havia e buscando encontrar o que poderia ser potencializado.

O Ceará passou, desde o fim do século XVIII, a ser perscrutado pelo olhar científico da Coroa, que já vinha fazendo um levantamento de suas possessões, conhecendo e integrando suas riquezas ao Real Erário. As Memórias escritas por Barbelo e Montauray são partes constituintes deste movimento: uma escrita com teor totalizador sobre as colônias ultramarinas. O historiador Ronald Raminelli, ao analisar as viagens portuguesas e seu caráter explorador, infere que:

Os portugueses somente ultrapassariam a dependência econômica quando se tornassem senhores de suas próprias riquezas, quando deixassem de ser uma nação rica em recursos naturais, mas pobre no contexto internacional. O governo pombalino pretendeu reformular a economia colonial, promovendo desenvolvimento das manufaturas, agricultura, comércio e a interligação metrópole e colônias... As viagens eram indispensáveis a intervenção estatal (RAMINELLI, 2008, p. 63).

O avanço científico se faria por novas descobertas e formas de domínio. O domínio da natureza aparece como sendo o grande desafio para o progresso da humanidade. A História Natural é vista, neste momento, como sendo a ciência capaz de desmistificar a natureza. Para os cientistas do século XIX, a natureza deveria apresentar-se “como um todo organizado, que se justifica a si mesmo, que se sustenta e se explica inteiramente por si mesma” (CASSIRER *apud* PRESTES, 2000, p. 45-46). Os fenômenos naturais pareciam agora fugir das explicações mitológicas e passavam para a esfera da racionalidade. Através da observação e entendimento, a natureza deveria ser domesticada.

⁹ “Estas foram denominadas Viagens Filosóficas, designação concorrente ao seu principal objeto, que era a observação e interpretação da natureza nos diversos domínios da filosofia como a física, a química e a história natural “ (PATACA & PINHEIRO, 2005, p. 59).

A constituição da história natural em uma ciência comparativa e classificatória requeria a quebra de barreiras geográficas, o que levou os naturalistas da época ao planejamento de viagens científicas, de modo a coletar material e proporcionar que os museus se tornassem os principais abrigos de espécies naturais de todo mundo (PATACA & PINHEIRO, 2005, p.58). Entre os séculos XVIII e XIX, as expedições científicas vão a campo em busca de novas espécies de plantas e animais. Buscava-se a comparação e a quantificação. O desejo de catalogar e escrever caracterizava o desejo “enciclopédico” dos racionalistas.

Segundo Michel Foucault, “transposta na linguagem, a planta vem nela gravar-se e, sob os olhos do leitor, recompõe sua pura forma. O livro torna-se o herbário das estruturas” (FOUCAULT, 1992, p.150). Com diários e pranchas de desenhos, o mundo poderia ser ordenado e classificado em sistemas e preencher mais verbetes nos dicionários botânicos e zoológicos. A busca por riquezas e recursos naturais, principalmente para sustentar a agricultura e a indústria nascente com matérias-primas, impulsionou a coleta de objetos naturais para estudos posteriores. A natureza é invadida por grupos de observadores-coletores “que procuram conhecer espécies novas, investigar seus hábitos e localidades que habitam, coletá-las para suas lições de anatomia, microscopia ou classificação” (PRESTES, 2000, p.48). Foram estas as noções científicas que nortearam as viagens filosóficas, cujo objetivo era a observação e interpretação dos fenômenos da natureza.

O que parece fundamental nesta experiência de deslocamento de espaço é o olhar científico e o método. Ambos mapeando sistematicamente o que o lugar oferece. Um modo de ver e uma forma de escrever aparecem como chave mestra na apreensão do mundo. Aqui a escrita passa a ter um caráter fundador. Ronald Raminelli assim caracteriza as viagens:

Para ser filosófica, uma viagem deveria promover o avanço da ciência, descobrir leis, a lógica do criador, que estavam escondidas no mundo vivo. Mas a história natural não reunia apenas estudos das espécies, mas incluía conhecimento para manipular minerais, domesticar plantas e animais. Os naturalistas atuavam, portanto, como economistas e etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza (RAMINELLI, 2008, p. 97).

A Universidade de Coimbra, em consonância com os rumos da ciência natural e após passar por uma reforma (1772),¹⁰ projeta um novo momento para a metrópole.¹¹ A Academia de Ciências (1779) e o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, tornaram-se fundamentais na implementação dos projetos de catalogação geral das condições naturais e econômicas de Portugal e suas colônias. As viagens científica-naturais estavam na pauta da nova sociedade que se constituía nos moldes da economia capitalista em expansão e o domínio da natureza era primordial.

A reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra introduziu em seus estudos a história natural. Disciplinas como filosofia racional, moral e natural tinham como finalidade obrigar a “natureza a declarar as verdades escondidas, que por si mesma não quer manifestar, senão com muita destreza e artifício”. Assim, a Universidade estava possibilitando a formação de profissionais para atuar nas possessões lusitanas.

Neste novo campo de atuação no ramo da história natural destaca-se, na Universidade de Coimbra, o italiano Domingos Vandelli (1732-1816). Vandelli nasceu em Pádua e cursou medicina em sua cidade. Foi convidado pelo marquês de Pombal, em 1764, para ir a Portugal como lente de História Natural e Mineralogia em Coimbra. Foi mestre de vários naturalistas luso-brasileiros. Foi criador do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e do Real Jardim da Ajuda (PATACA & PINHEIRO, 2005, p. 77). Ele e seus alunos realizaram expedições na parte Ultramarina do Império Português. Para maior eficácia das viagens era necessário certo tipo de treinamento: a pesquisa de campo em locais mais conhecidos para depois ir às mais longínquas paragens, conhecendo assim o império ultramarino português. Dentre seus alunos se destacaram Alexandre Rodrigues Ferreira e João da Silva Feijó. Ambos tiveram

¹⁰ Tal reforma era embasada no conhecimento iluminista e enciclopédico. Reforma cujo objetivo era laicizar o ensino. Deve-se ressaltar também o papel exercido por Marquês de Pombal na realização destas reformas, refletindo o caráter de Déspota Esclarecido de Pombal. Tal ensino também objetivava homogeneizar a política portuguesa evitando cisões e disputas entre o Estado e a religião, dando um caráter unificador ao projeto de consolidação portuguesa na América. Dessa forma explica-se a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias.

¹¹ A adesão de Portugal às ciências modernas, que incluiria a Filosofia Natural (mais tarde cairá tal denominação com a separação entre ciência natural e filosofia, esboçada desde o século XVI com o aparecimento das novas hipóteses cosmológicas tais como as de Galileu e Copérnico sem deixar de ressaltar a consolidação do método indutivo, sistema de pensamento que parte do particular para o universal levando em consideração os dados empíricos, instrumento fundamental nas ciências naturais), consolidaria um novo contexto político institucional.

grande destaque nas ciências naturais por seus estudos e escritos sobre o Brasil. Analisaremos apenas os escritos de Feijó, por serem pertinentes à problemática aqui trabalhada, por entendermos que há uma relação entre os textos que este naturalista escreveu e as questões que serão abordadas pela Comissão Científica de 1859.

O pesquisador Geraldo Nobre, em estudo sobre o naturalista Feijó, nos fornece os seguintes dados sobre a trajetória do naturalista: nasceu em Guaratiba (Rio de Janeiro) em 1760 e faleceu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1824. O nome de Feijó não consta como membro dos quadros de alunos em Coimbra, sendo o mais acertado que tenha cursado a Academia Militar. Seguiu a carreira militar tendo atingido o posto de tenente no final de sua vida. Entre 1778 e 1783, trabalhou como naturalista no Real Museu da Ajuda. Em 1783 foi nomeado secretário de Governo de Cabo Verde, onde também realizou expedições científicas até 1797, quando retorna à Lisboa. Em 1799 parte para o Ceará, onde permanece até 1817, fazendo exames de História Natural. Nesse ano vai para o Rio de Janeiro, onde assume o cargo de Lente de História Natural, Zoológica e Botânica da Academia Militar. Em março de 1817, quando rebenta a Revolução pernambucana, movimento de cunho liberal e republicano, o naturalista já havia deixado o Ceará e se encontrava em sua viagem de licença de um ano para a Corte, sendo em seguida transferido em definitivo para a mesma (NOBRE, 1978, p.143).

Em 1889 a Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará¹² publicou sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*. Em 1912 seria publicada a *Memória sobre as antigas lavras do ouro da mangabeira da Cappitania do Ceará* e em 1914 a *Memória economica sobre o gado lanígero do Ceará*. As três publicações foram reunidas e publicadas conjuntamente em 1997, pela fundação Waldemar Alcântara. Vale ressaltar que as publicações dos textos de Feijó, logo após a Fundação do Instituto Histórico do Ceará em 1887, faziam parte de um projeto político do próprio Instituto em fazer emergir uma representação sobre a província.

A principal intenção do naturalista Feijó era o estudo das minas de salitre e o exame das produções dos três reinos da natureza. A partir de 1800,

¹² Designado ora em diante apenas como Instituto Histórico do Ceará.

em companhia do governador Vasconcelos (primeiro governador do Ceará emancipado de Pernambuco, que buscou mapear o território sob sua jurisdição e projetar um sistema de defesa para a província), Feijó inspecionou as antigas lavras de ouro de Mangabeira, tendo os trabalhos sido prejudicados pela falta de água. No mesmo ano, este trabalho é enviado a Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (PAIVA, 2002, p. 28). Geraldo Nobre, em seus estudos, fornece uma carta do naturalista, escrita sem o nome do destinatário, mas certamente destinada ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual Feijó relata os resultados de seus trabalhos e informa sobre a remessa de 20 arrobas de salitre processado em Tatajuba, lugar onde havia montado um laboratório para sua extração (NOBRE, 1978, p. 73). Feijó ainda enviaria dois caixotes contendo sementes de plantas indígenas para estudos no Real Museu da Ajuda em Lisboa e para o Rei da Prússia, firmando assim não apenas a sua função de botânico nos quadros da ciência portuguesa, mas o acordo entre os dois países no que diz respeito aos estudos na natureza (NOBRE, 1978, p. 110).

Já a *Memória sobre as antigas lavra do oiro da mangabeira da Cappitania do Siará* é um pequeno ensaio sobre a extração do mineral. Analisemos dois trechos:

Junto ao lugar, onde em outro tempo estive o Quartel do Prezidio, a dois palmos abaixo da superficie da terra, obtive duas e meia oitava de oiro, fazendo batear 40 alq.es daquela terra, que a ser em tempo conveniente de agoas tiraria sem duvida dali melhor ventagem.¹³

Alguns destes Mineraes, ainda depois de prohibidas estas Minas continuarão pertinazes clandestinamente neste trabalho expondo-se a soffrer confiscos em seus bens... os Ourives, que por estas partes são frequentes, delles recebem a matéria primeira para fazerem a multiplicidade de obras de oiro, que adornão a cada passo os habitantes desta Cappitania: donde parece serem estas mais outras provas convincentes da existencia fizica deste Metal nestes Montes.¹⁴

Nestas breves passagens, o naturalista, além de narrar a extração de ouro, recomenda uma maior fiscalização por parte da Coroa sobre o dito

¹³ FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitanía do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p.366.

¹⁴ FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitanía do Ceará*, 1997, p.368.

mineral. Estes escritos e recomendações podem ter gerado expectativas na Metrópole. Estas e outras Memórias de Feijó vão no mesmo sentido: mostrar através de estudos científicos que a Capitania do Ceará tinha um potencial econômico que deveria ser melhor conhecido e administrado. Os escritos ganhavam foros de verdade e validade científica pelo fato de serem elaborados a partir de investigações, de experiências, de explorações e esquadramento das riquezas. O naturalista escrevia o que era, a princípio, visto, observado e sistematizado. Sua escrita era a memória de uma experiência, de suas observações na Capitania.

Sua *Memoria economica sobre a raça do gado lanígero da Capitania do Ceara* foi editada na Imprensa Régia no ano de 1811, na cidade do Rio de Janeiro, por ordem de sua alteza real, a quem o autor a ofereceu. Já sua *Memoria sobre a Capitania do Seara*, foi publicada na subscrição 3/número 1 e 2 do jornal *O Patriota*, editado na cidade do Rio de Janeiro (PAIVA, 2002, p.32). Nesse último trabalho, Feijó escreveu sobre minas de ouro, apontando possíveis riquezas deste mineral, minas de ferro e de cobre. Anuncia algo que se repetirá a outros naturalistas, como os membros da Comissão Científica do IHGB: apesar das secas, a natureza cearense é exuberante.

Sem embargo do que as grandes seccas do verão não deixão de deminuir, de algum sorte, esta força da vegetação, com particularidade nas plantas herbaceas, que quase todas perecem, não havendo precaução de as regar; o que comtudo não succede ás arvores, ainda que nesta estação muitas dellas cheguem a perder de todo as suas folhas; mas ás primeiras chuvas do inverno toda a natureza se reanima, e toma um novo vigor, cobrindo-se de verde até os lugares mais áridos.¹⁵

O naturalista abre esta Memória expondo que “É necessário ter muito pouco conhecimento do fizico da Capitania do Ceará para duvidar das immensas vantagens que ella pode produzir em utilidade dos seus habitantes, augmento do seu commercio e prosperidade geral do Estado”.¹⁶ O Ceará é mostrado como uma terra rica e próspera. A representação social gerada neste momento para a metrópole destoa da imagem de uma terra seca e atrasada, que se gestará em fins do Império e começo da República.

¹⁵ FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Ceará, 1997, p.17.

¹⁶ FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Ceará, 1997, p.03.

Existem traços de continuidade entre as viagens filosóficas realizadas no Brasil Colônia e os anseios da Comissão Científica de Exploração formada no II Reinado. Uma das questões diz respeito às Instruções Científicas, que toda viagem de exploração leva consigo. O papel das Instruções no campo científico é neutralizar o olhar do observador diante do objeto observado. Elas validavam e limitavam o campo de atuação do naturalista. As instruções moldavam o olhar do viajante e determinavam a coleta de material e sua catalogação (o que deveria ser catalogado e como deveriam ser descritas).

Em seus estudos, Ermelinda Pataca e Rachel Pinheiro (2005, p.73) localizaram fortes elos entre as Instruções de trabalhos que orientavam as Viagens Filosóficas da qual Feijó fez parte e as Instruções da Comissão Científica de 1859. Na realidade, as Instruções da Universidade de Coimbra foram adaptadas a algumas instituições científicas brasileiras, como foi o caso do Museu Nacional, e que segundo estas autoras serviram de base para a elaboração das Instruções de Trabalhos da Comissão Científica. A ciência que se principiava a praticar no Brasil na segunda metade do século XIX ainda mantinha suas bases no velho mundo. A experiência que se queria nacional seguia a sombra de regras metodológicas formuladas por aqueles a quem se desejava combater. Por outro lado, a tensão pode não ser tão contraditória: não se negava os métodos científicos das instituições estrangeiras e sim “os olhares preconceituosos” dos viajantes de outros países. Os “cientistas brasileiros” começavam a usar dos mesmos mecanismos de apreensão da realidade que os estrangeiros. O que mudaria era a perspectiva do olhar, uma outra forma de ver a natureza, a cultura e os costumes dos brasileiros.

A segunda continuidade entre as viagens filosóficas e a Comissão Científica diz respeito aos trabalhos realizados por Feijó. Os escritos do naturalista, que já haviam sido publicados na Corte, posteriormente serão descobertos por Freire Alemão, futuro chefe da Comissão Científica e diretor da Seção de Botânica e que terá por eles grande consideração. Sobre o contato de Freire Alemão com os textos de Feijó, Melquíades Paiva nos conta de uma forma que beira ao anedotário:

Os originais estavam em poder de um copista, quando ocorreu a morte do autor (Feijó) em 1824, cuja família descuroou de os reaver. Os originais foram vendidos, juntamente com outros papéis velhos a uma confeitaria da

cidade do Rio de Janeiro, que os estava utilizando para embrulhar suas mercadorias. As folhas ainda disponíveis foram encontradas e adquiridas pelo médico Emílio Joaquim da Silva Maia, em data posterior ao seu regresso da Europa (1834), salvando assim parte da obra. Em 1846 os cadernos comprados pelo referido médico foram entregues ao botânico Francisco Freire Alemão, para extração de uma cópia, sendo devolvido ao proprietário apenas no final de 1853, já sem folha de intitulação escrita pelo naturalista, que ficou em seu poder. Os cadernos copiados por Freire Alemão contêm somente o texto correspondente às oito primeiras das vinte e quatro classes do antigo sistema de classificação das plantas, comprovando a perda de cadernos originais e pranchas com desenhos. Nem mesmo os textos que tratam das oito primeiras classes de plantas foram integralmente copiados, faltando treze gêneros da quinta parte. Os cadernos originais e uma cópia feita posteriormente, estão definitivamente perdidos e a cópia feita por Francisco Freire Alemão, depois de sua morte, passou para o acervo da Biblioteca Nacional (PAIVA, 2002, p. 39-40).

Quando da criação da Comissão Científica de Exploração em 1859 e a discussão sobre seu roteiro, um Ceará rico e atraente em fósseis, ouro e outros minerais já havia feito admiradores no meio científico. Além de Freire Alemão, havia Capanema, que chefe da seção de mineralogia, já havia tomado contato com os textos de Feijó.¹⁷ E é no roteiro deste naturalista que a Ciência da Corte traça metas, compra materiais e vai a campo, sendo os escritos de Feijó e de outros naturalistas fundamentais para a inserção do Ceará nas investigações científicas.

¹⁷ Capanema em seu relatório lido no IHGB, em regresso à corte, irá remontar a sua ida a cidade de Canindé onde, segundo ele, o naturalista Feijó havia descrito ricas minas de ferro, o que mostra que o geólogo já conhecia por antecedência os escritos de Feijó (BRAGA, 1962, p. 293).

1.2. NA PROVÍNCIA UMA CIÊNCIA NACIONAL

Na sessão realizada no Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) em 30 de maio de 1856, presidida pelo Monarca D. Pedro II, Manuel Ferreira Lagos, sócio efetivo da instituição, terminou seus comentários, acerca da viagem do Conde Castelnau às regiões Centrais da América do Sul (viagem realizada entre os anos de 1843-1847), cujo fim era estudar a floresta amazônica. Castelnau escreveu a obra *Expedition des les parties centrale de l'Amérique de Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para* (BRAGA, 1962, p.16). O relato monumental, publicado em Paris, de 1850 a 1857, compreenderia a história da viagem em seis volumes de textos e um atlas, e mais oito volumes em 11 tomos sobre geologia, geografia, botânica e zoologia, assim como história (MINDLIN, 1991, p. 52). Segundo Lagos, tal obra distorce a realidade e traz mentiras sobre o Brasil. O mesmo pensamento era compartilhado por outros membros do IHGB, como Manuel de Araújo Porto-Alegre, que escreve a Lagos sobre a obra de Castelnau:

A leviandade da maior parte dos viajantes franceses e a superficialidade com que encaram as coisas que encontram na nossa pátria, unidas a um desejo insaciável de levar ao seu país novidades, têm sido a causa desses grandes depósitos de mentiras que se acham espalhados por muitos livros daquele povo, que as mais das vezes sacrifica a verdade às facécias do espírito e o retrato fiel dos usos e costumes de uma nação ao quadro fantástico de sua imaginação ardente, auxiliada livremente pela falta de conhecimento da língua e pela crença de que tudo o que não é França está na última escala da humanidade (PORTO ALEGRE *apud* SÜSSEKIND, 1990, p.51).

O governo luso vedava seus domínios ao conhecimento estrangeiro e ninguém podia estudá-lo sem ordem da Coroa Real. Em 1800, quando Humboldt passa da Venezuela para o Brasil, o príncipe regente português pede aos governadores das capitanias do norte, até o Ceará, que ataquem a “entrada em terras da Coroa de Portugal de um tal de barão de Humboldt, natural de Berlim, por parecer suspeita a viagem e sumariamente prejudiciais aos interesses políticos da mesma Coroa” (HOLANDA, 1978, p. 87). Para atalhar a viagem de Alexandre de Humboldt a partes da bacia amazônica, foram expedidas a 2 de junho de 1800 cartas idênticas do Ministro de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao Governador e Capitão General do Grão-

Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, e ao Chefe de Esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos, primeiro Governador da capitania do Ceará. Sobre a ação do governo da capitania cearense para se prevenir contra “um tal de barão de Humboldt”, Renato Braga relata:

Este, mais realista que o rei, ordenou a prisão do viajante prussiano logo que aparecesse. Prometeu de seu bolso uma gratificação a quem o capturasse, sendo de duzentos mil réis se dentro da Capitania e cem mil réis se fora dela, responsabilizando-se ainda por todas as despesas decorrentes da captura (BRAGA, 1962, p. 351).

A coroa portuguesa controlava a produção e circulação de informações sobre o Brasil. Mesmo assim, o conhecimento produzido sobre a colônia lusa vinha de viajantes europeus, cujas representações estavam sendo contestadas pelos “cientistas nacionais” que se propunham a revisar estes erros e escrever uma nova história para a nação em formação. Gonçalves Dias, ao escrever a parte histórica (Proêmio), nas Instruções da Comissão Científica, lamentava que:

Desde os primeiros tempos da colonização do Brasil, quando só a violência era capaz de abrir as portas desta colônia, tão ambicionada pelas potências daquelles séculos, já acontecia que a terra de Santa Cruz era melhor estudada e apreciada nas viagens e relações dos escriptores estrangeiros do que nas memória de nossos antepassados.¹⁸

Capanema, chefe da Seção de geologia da Comissão Científica, lamentava em 1859 que:

O falecido Helmreichen foi colhido como muita hospitalidade no nosso interior, em troca publicou na Alemanha um artigo em que dizia que um fazendeiro de Minas só podia ser tido por homem de mérito depois de ter cometido um assassinato! Outros escreveram sobre o Brasil informações que os matutos e sertanejos que encontravam lhes forneciam, respondendo muitas vezes a perguntas científicas que eles entendiam lá a seu modo. Outros exploradores, vindo com grande aparato e estrondo, davam-nos como novas descobertas, coisas triviais que há muito conhecíamos. Até dignos varões se encontra que pintaram tico-ticos e pica-paus e os classificam como espécies novas, afim de obterem um emprego em nosso museu, e há ainda quem nesta nossa terra tenha tais charlatões como profundos naturalistas. Numerosos exemplos poderíamos citar para provar que cientificamente o país deve ser estudado por gente própria,

¹⁸ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. VII.

como o fizeram todas as nações cultas (CAPANEMA *apud* PORTO ALEGRE, 2006, p. 30).

Ao final da sessão há pouco referida foi sugerida a criação de uma comissão científica nacional, propondo que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dirigisse ao governo imperial, pedindo-lhe a nomeação de uma comissão de engenheiros e naturalistas nacionais para explorar províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos, e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos indígenas.¹⁹

A fala de Ferreira Lagos nos remete a várias questões em pauta naquele momento: as representações da nação e a consolidação do II Reinado. Existia uma preocupação em relação às imagens feitas sobre o Brasil no exterior e com a consolidação das instituições científicas (incluindo o IGHB e o Museu Nacional, que fomentavam e agregavam intelectuais engajados na escrita de uma história nacional). Exigia-se também um campo de atuação científica no país, o que se faria sob a égide do monarca. No II Reinado, a descoberta e a positivação da riqueza existente na fauna e flora nacional, e a delimitação do espaço geográfico eram as grandes questões trabalhadas entre os quadros da ciência que se tentava criar no Brasil. Desejava-se ver e registrar as riquezas que espalhadas pelo país. Ver e registrar como fato de verdade e como objeto científico seriam as matrizes que guiariam as expedições científicas no século XIX.

A proposta foi aceita e em 11 de julho de 1856 o Ministro do Império, Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, incumbiu ao Instituto indicar as pessoas capazes de desempenhar os encargos da Comissão (BRAGA, 1962, p. 19). Pela lei Nº 884 de 1º de outubro de 1856 fica oficialmente estabelecida a criação da Comissão Científica. Sua função era “nomear uma criação de Engenheiros e Naturalistas para explorarem algumas províncias do interior do Brasil e fazer coleções de produtos naturais para o Museu Nacional e provinciais”. A lei trazia também os orçamentos para os referidos trabalhos no período de 1857-1858 (o que não ocorrerá, posto que os trabalhos se efetivaram somente no início de 1859).

¹⁹ Revista do IHGB, tomo 19 (1856), Suplemento, p.14.

Uma reflexão sobre o elo entre nação e ciência foi feita pelo Visconde de Sapucaí em discurso de abertura da sessão magna do IHGB em 15 de dezembro de 1856:

E não vos parece, senhores, que já era tempo de entrarmos, sem auxílio estranho, no exame e investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso? De mostrar-mos, finalmente, ao mundo, que não nos faltam talentos e as habilitações necessárias para as pesquisas científicas?²⁰

A visibilidade da nação se daria pela ciência, por sua prática efetivada em uma experiência, em uma viagem e numa sistematização do visto e narrado pela escrita científica. Pois vale o visto se narrado e compartilhado.

É interessante perceber a construção de legitimidade para o “saber nacional”. A criação da Comissão fora proposta no seio do IHGB e tinha como meta abastecer outras instituições de mostras animais e minerais, principalmente o Museu Nacional. Ao mesmo tempo em que o Brasil buscava integrar o rol dos países civilizados e compartilhar os “raios da ciência que nasce para todos”, buscava-se num romantismo nacionalista, uma identidade, um passado único e homogêneo frente ao avanço das potências imperialistas.

Após a proclamação da independência do Brasil, em 1822, surge um país de proporção continental, esfacelado em termos de auto-conhecimento, que precisava criar elos de ligação a fim de fundar uma nação brasileira. Voltar-se para o passado e encontrar nele razões de uma nação seria de grande importância para construir um país que almejava estar em consonância com o progresso. A definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a construção da nação. “Assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço” (MAGNOLI, 1997, p.110). Para os pesquisadores István Jancsó e João Pimenta, o Brasil pós-independência era um imenso mosaico de diferenças. Ainda segundo estes historiadores, “a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo do país, e dotou-se de um Estado para manter sob controle o inimigo interno” (JANCSÓ & PIMENTA, 1999, p. 174).

Buscava-se, portanto, definir uma identidade para o Brasil e integrar o passado e o presente de forma a evitar rupturas em um país de laços sociais e

²⁰ Revista do IHGB, tomo 19 (1856), Suplemento, p.91 (Grifos nosso).

provinciais tão frágeis. Seria função do Estado e de suas instituições escrever uma história nacional e nela delimitar os referenciais espaço-temporais da jovem nação brasileira. Sobre o papel das viagens científicas de exploração e a formação da nação, Manoel Luis Salgado Guimarães observa que “do esquadramento minucioso das regiões surgiria uma diversidade construída pela história, como que negar teimosamente uma diversidade que insistia em se mostrar” (GUIMARÃES, 2000, p. 13). As viagens científicas teriam como tarefa dar a conhecer o país em suas mais diversas particularidades, conhecendo e integrando num imenso “mosaico” as províncias, o conhecimento servia como cimento para manter firme a unidade nacional.

Fundado em 1838 como instituição de produção de conhecimento e lugar social de legitimidade de nossa intelectualidade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criaria a Comissão Científica de Exploração (1856-1867), cuja finalidade era fazer um mapeamento não só da fauna e da flora brasileiras, mas fomentar uma cultura científica nacional. O país precisava se integrar internamente para entrar na ordem do progresso das grandes civilizações. Para tanto, era necessário um saber que distinguisse o país de tantos outros, que criasse suas instituições e representações. O IHGB não apenas estava preocupado em escrever sobre a História e Geografia do Brasil, como geralmente a instituição é descrita. O Instituto preocupava-se com a produção do conhecimento como um todo. Silvia Figueirôa percebe que no IHGB a preocupação com a ciência também era pauta. Consta na abertura do “Programa Histórico” publicado no primeiro tomo da revista da instituição em 1839 que a instituição era “representante das idéias da ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente” (FIGUEIRÔA, 1997, p. 65). Foi seguindo as orientações de seu “Programa Histórico” que o IHGB propôs a criação da Comissão Científica de Exploração.

Para José Carlos Reis “o Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para oferecer um passado e abrir-se um futuro” (REIS, 2007b, p.26). A criação do IHGB marca o nascimento da organização sistemática da preservação da memória com o intuito de realizar um projeto sobre a história nacional. Representava também a seqüência de um conjunto de instituições criadas nos anos anteriores: Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro em 1810 e Arquivo Nacional em 1837. Vale ressaltar que estas

instituições, embora tenham obtido grande destaque durante o II Reinado, suas datas de fundação remetem a períodos anteriores, tais como a regência e até mesmo a vinda da Família Real (1808), o que mostra como a política do Monarca D. Pedro II soube articular e canalizar a atuação destas instituições em prol da construção de um campo de saber nacional. A criação destas instituições tinha como objetivo elaborar um discurso histórico da pátria recriando o passado por meio dos mitos fundacionais. Sobre o papel que o conhecimento histórico e geográfico, atrelados ao IHGB, exerceria sobre a nação brasileira, Manoel Luis Salgado Guimarães infere que:

Estava em pauta o conhecimento da nação, sua representação, ou melhor, a escrita de sua História, projeto levado a cabo pelo IHGB. Além dele, outras instituições se empenharam no processo de busca de uma identidade nacional. Alguns dos maiores exemplos são percebidos na Sociedade Auxiliadora da Indústria e no Museu Nacional, instituições que mantinham claras relações entre si, todas associadas ao Império e à consolidação do regime. Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para qual se direcionam os esforços do Instituto Histórico (GUIMARÃES, 1988, p.10).

A criação da Comissão Científica de Exploração esteve vinculada à consolidação do regime monárquico, que passaria a se preocupar com a unidade territorial, mediante um conhecimento nacional. Maria Odila Dias nos informa que o “estranhamento” entre províncias se deve ao fato de que a independência do Brasil em 1822 não foi marcada por um processo nacionalista nem revolucionário, não sendo, portanto, portador de um sentimento de pertença. O “afrouxamento” de nossa unidade nacional era visível para os contemporâneos à independência. Segue a autora:

Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente “nacional” viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e não pela “vontade de ser brasileiro” (DIAS, 2005, p.17).

Esse “distanciamento” entre as províncias e a corte era visível já no início do II Reinado. Em novembro de 1843, um jornal da capital do Império, *Minerva Brasiliense*, publicou a seguinte nota:

Estranhas umas as outras, falta às nossas províncias a força do laço moral, o nexo de nacionalidade espontânea que poderia prender estreitamente os habitantes esta imensa peça, que a natureza abarcou com os dois maiores rios do universo (...). Uma história geral e completa do Brasil resta a compor, e se até aqui nem nos era permitido a esperança e que ao cedo fosse satisfeito esse “desideratum”, hoje assim não acontece, depois da fundação do Instituto Histórico, cujas importantíssimas pesquisas no nosso passado deixam esperar, que esta ilustre corporação se dê à tarefa de escrever história nacional, resultado final, para que devem convergir todos os trabalhos (GUIMARÃES, 1988, p.14).

A nação parecia, portanto, um conceito abstrato, não tendo significados frente aos regionalismos espalhados e vivenciados no cotidiano da população, que se identificava a sua região e não à nação. Freire Alemão nos fornece algumas notas de seu diário sobre o sentimento de pertença à pátria:

É notável como o povo do Ceará entende a sua nacionalidade: para eles o Brasil é o Ceará, os mais provincianos são estrangeiros (...) Em geral não estimam aos das províncias limítrofes. De Piauí falam com desprezo e denominam a província de Terra dos Serões, o que eles têm horror (...). De Pernambuco não cessam de fazer comparação (...) com os do Maranhão há mais rivalidade: os maranhenses chamam aos cearenses cabeças-chatas e os não tem bom conceito. A gente do Ceará que tem uma certa cultura mostram-se invejosos e prevenidos contra o Rio de Janeiro; todas as desgraças de sua província são causadas ou pelo menos não remediadas pelo governo, que só trata do Rio de Janeiro.²¹

A integração da natureza brasileira se daria pela integração de suas regiões através do olhar científico nacional. Os regionalismos seriam desfeitos e a Corte seria o centro da nação através da integração das mais distantes paragens. Um olhar científico que analisa e integra o país passa a fazer parte dos membros que irão compor a referida comissão. O que marcaria a experiência em campo seria a heterogeneidade, que era parte da própria natureza brasileira. Uma diversidade de paisagens, lugares e hábitos mostrava um império fragmentado em seu próprio corpo. A ciência buscava a criação

²¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*: Fortaleza-Crato 1859. Estudo introdutório de Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p.82-83 (Grifos no original).

através da catalogação e acumulação de observações, imaginava-se que os dados colhidos eram suficientes para dar uma imagem ao país. O Império brasileiro era um império de províncias, onde cada região se via como isolada e rival de suas irmãs. Freire Alemão registra o que os cearenses pensavam sobre as províncias vizinhas:

De tarde passamos na rede ouvindo contar historias o Sr. Pacheco, às cinco horas chegou também o Sr. Bevilaqua; e a conversa caiu sobre o Piauí, onde ambos já estiveram, eles ambos cabeças chatas, maldorados dos espigas. Eis aqui o que disseram do Piauí. Quem viaja pelo Piauí deve levar tudo; ai não se é recebido em parte alguma; não se da água, nem rede, nada; nem se vende coisa alguma (nisto deve haver exageração). As mulheres nunca aparecem. Mesmo na Parnaíba elas não saem de casa, senão para irem ao banho de noite. Não vão a Igreja, não ouvem Missa (os homens sim) não se visitam. Um homem branco, e tratado que chegou a uma casa não tem com quem conversar, mas um preto, ou gente dessa laia, vai para a cozinha e é logo rodeado da família, que começa a conversar, a falar, e a perguntar tudo, na maior familiaridade. Quase toda a gente branca tem mescla de negro. Tem todos grande ojeriza aos Cearenses. Se ali se encontra agasalho, e bom trato em uma casa pode se estar certo, que os donos são Cearenses, ou Pernambucanos – Os Piauienses são indolentes, sem indústria. A farinha lhes vai da serra grande, são todos de cor mui baça, amarelos, e de aspecto doentio. Em tudo isto há de haver coisa demais.²²

Percebe-se na narrativa escrita por Freire Alemão uma rivalidade entre as províncias que se faz na tentativa de diferenciação entre mesmas. Mas agora não se tratava mais de províncias e sim de nação. O desejo gestado pelo II Reinado brasileiro era de uma pátria homogenia, onde ser cearense e ser pernambucano era indiferente, posto que todos pertenceriam à nação brasileira. Esta diferença entre o saber nacional e o local, entre os cientistas da Corte e os intelectuais cearenses geraria divergências logo após a chegada dos cientistas aqui no Ceará (RIOS, 2006).

²² ALEMÃO, Francisco Freire, 1861, fl. 116-117, mimeo (Grifo no original).

1.3. INSTRUÇÕES E INTENÇÕES

Quando da criação da Comissão Científica, aconteceu que dois de seus membros estavam ausentes, Gonçalves Dias e Giácomo Raja Gabaglia. Ambos estavam na Europa a serviço do Rei. Manuel de Araújo Porto Alegre escreveu as Instruções para os trabalhos da Seção Etnográfica e o Conselheiro Cândido Batista escreveu os de geografia e astronomia. Com exceção destes, cada membro ficou encarregado de escrever seus próprios trabalhos.²³ Esta documentação nos fornece elementos para analisarmos o que cada membro da Comissão Científica estava se propondo como cientista e o que era fazer ciência naquele momento.²⁴ Nas Instruções de Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, encontram-se trechos que orientavam as Viagens Filosóficas, textos adaptados pelo Museu Nacional em 1819 e que foram preparados pelos naturalistas da Academia de Ciência de Lisboa, fundada em 1779. Alguns trechos estão totalmente transcritos nas Instruções do Museu Nacional, mostrando um claro vínculo entre a ciência do II Reinado e o período ilustrado (PINHEIRO, 2005, p. 48).

Elaboradas nos museus de História Natural, as instruções orientavam sobre os produtos naturais e industriais a serem recolhidos e como deveriam ser preparados, os locais a serem percorridos, as observações etnográficas que deveriam ser feitas, a produção de diários de viagens e desenhos. Na tentativa de neutralizar a subjetividade do naturalista, as instruções tinham um caráter otimizador na experiência em campo. Como a Comissão Científica estava atrelada a instituições científicas, através das Instruções podemos perceber quais seus interesses, seus intentos e sua compreensão de fazer ciência, posto que “a ciência moderna irá se formar buscando uma ordenação dos procedimentos” (CERTEAU, 2002, p. 159). A metodologia se punha como centro do fazer ciências, mas este “fazer” estava vinculado ao lado de

²³ Coube a Gonçalves Dias escrever a parte histórica da Comissão Científica, sendo os trabalhos de sua seção escrito por Manuel de Araújo Porto Alegre.

²⁴ As “Instruções da Comissão Científica” foram publicados na Revista do IHGB em 1856. Em 1862 são novamente publicadas juntamente com os relatórios lidos por Freire Alemão, Capanema e Lagos quando do regresso da Comissão Científica à Corte em 1861. É esta última publicação que será utilizada nesta pesquisa. Cf. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862,

observar, acumular e sistematizar, daí a importância das instruções de trabalhos.

Devemos analisar as Instruções dos cientistas não apenas em seus conteúdos e finalidades, mas na sua própria possibilidade de produção e circulação. Os Trabalhos foram divulgados nos principais jornais da Corte²⁵, mas sua efetiva produção se deu nos bastidores, entre cartas e anseios. A Comissão Científica estava atrelada a forças políticas e os cientistas que dela faziam parte também, uma vez que eles ocupavam cargos em instituições da época. Sobre as Instruções de Trabalhos, Capanema escreveu em carta a Gonçalves Dias: “Qual será a nossa defesa, quando se nos disser: Foram vocês que apresentaram as próprias instruções, cortaram, amoldaram a bel prazer e determinaram os limites de suas forças; se não comprístes o programa isto resulta de vossa inépcia ou de vossa leviana presunção.”²⁶ Gabaglia também confessava ao poeta:

Vejo que é de nosso rigoroso dever sermos muito cautelosos em todo este negocio e não facilitar concessão alguma; porque a idéia do governo é conceder-nos quanto julgarmos necessário, responsabilizando-nos de todas as conseqüências futuras.²⁷

Tanto os cientistas como seus trabalhos estavam atrelados a uma estrutura de poder e a uma demanda política emergente na segunda metade do século XIX, que era a maturação da ciência nacional, seus intelectuais e suas instituições.

É preciso deixar claro que há uma grande diferença entre o que se propõe a cada cientista em suas Instruções e o que era a prática em campo. Não era possível haver um limite tão rígido entre as disciplinas. Cada membro da Comissão escreveria mais do que fora proposto originalmente, o que nos mostra que seus projetos iniciais não foram seguidos à risca durante o transitar pelos sertões do Ceará. O campo científico brasileiro estava em estado de nascença, sendo assim, não havia limites claros na atuação de seus

²⁵ Logo após a chegada da Comissão Científica ao Ceará, as mesmas Instruções começam a ser publicadas no jornal *O Cearense*. A primeira publicação das Instruções data de 15 de fevereiro de 1859. Os cientistas chegam ao Ceará em 4 de fevereiro do mesmo ano.

²⁶ Correspondência passiva de Antonio Gonçalves Dias. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1971, p. 104.

²⁷ Correspondência passiva de Antonio Gonçalves Dias. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1971, p. 124.

praticantes. Sobre os trabalhos a serem realizados pela Comissão Científica comenta, ironicamente, Capanema:

A vós compete dizer que qualidade de erva há; a vós, se há ouro e diamante; a vós, quais as longitudes e latitudes das vilas por onde passastes; a vós, se há muita qualidade de rato nos sertões; e a vós se ainda existe caboclo! Sois uma comissão de naturalista, tudo quanto sair desta esfera não é de vossa competência!²⁸

A Seção Botânica foi dirigida por Francisco Freire Alemão (1797-1874), considerado até a atualidade um dos botânicos mais expressivos do Brasil. Obteve na Escola Médica Cirúrgica do Rio de Janeiro a carta de cirurgião-formado e, posteriormente, o título de doutor em medicina pela faculdade de Paris. Em 1833, após brilhantes provas, conquista a cátedra de Botânica e Zoologia da Faculdade Médica do Rio de Janeiro. Foi chefe da Comissão Científica e nomeou como ajudante de sua Seção seu sobrinho, Manoel Freire Alemão.²⁹

Nas “Instruções” da Seção de Botânica, Freire Alemão escreveu apenas dois tópicos, como norteadores de seus trabalhos, nos quais ele se utiliza das possíveis riquezas e usos da natureza a ser observada. O estudo de vegetais que “possão aproveitar na medicina e na industria” mostra o caráter utilitarista de suas observações. Um conhecimento e um domínio sobre a natureza em benefício do homem é um dos traços mais recorrentes em toda instrução de trabalhos (das cinco seções).

Para o historiador Keith Thomas a ciência moderna nasce com o caráter utilitarista, sendo a história natural a baliza deste pensamento:

a motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário. A botânica nasceu como uma tentativa de identificar os ‘usos e virtudes’ das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura (THOMAS, 1988, p. 33).

²⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX. Estudo introdutório e notas de Maria Sylvia Porto Alegre*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 261.

²⁹ Os referidos dados sobre todas as biografias aqui tratadas encontram-se nas seguintes obras: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962; PATACA, E. Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1. p. 58-79, jan./jun. 2005.

Em outro momento de suas Instruções, Freire Alemão mostra o interesse pela conversa como forma de inventariar as riquezas locais. “Indagará dos homens práticos do lugar o nome indígena e vulgar de cada vegetal, e seus usos populares”. Para Freire Alemão, a conversa era uma forma de conhecimento, ou melhor, pistas a serem investigadas pelo conhecimento científico. Durante suas viagens pelo Ceará, anotava o que os provincianos lhe diziam sobre os fatos acontecidos. História, política e costumes eram interpretados a partir das falas. As tradições e percepções do povo não foram por ele desprezadas. Para ele, o povo guardava muito de sua história nas lembranças. A oralidade filtrava aquilo que devia ser lembrado pelo povo comum e tais lembranças também eram histórias dignas de serem registradas em seu diário. Pretendia até pedir ajuda dos provincianos caso fosse necessário para a sua coleta: “De cada uma dessas cousas, não se podendo na ocasião colher exemplares ou productos, procurará que alguma pessoa do lugar se incumba de o fazer, indicando-lhe o modo de o praticar, e de o remetter com segurança”.³⁰

“Em cada localidade notará as especies que naturalmente ahi vegetão, com o fim de concorrer para o delineamento da geographia botanica do Brasil”. A geografia botânica da qual fala Freire Alemão estava se constituindo como um novo saber científico. O botânico sueco Lineu (1707-1778) sustentava, em fins do século XVIII, que condições físicas semelhantes geravam seres semelhantes,³¹ ideia refutada no início do oitocentos, quando se buscava as particularidades dos lugares e de suas riquezas. Se cada paisagem escondia seu potencial era preciso então conhecer todos os rincões da nação *brasilis* e integrar suas riquezas. A geografia passa a mapear a fauna e a flora. Ciência e saber construía a nação.

O Dr. Guilherme Schüch de Capanema (1824-1906) chefiava a Seção de Mineralogia e Geologia. Era formado pela Escola Politécnica de Viena e doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Academia do Rio de Janeiro. Em concurso, conquistou o lugar de lente substituto de Mineralogia da antiga Escola Central e regeu por algum tempo a cadeira de Física. Em 1849, foi

³⁰ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p.XIV.

³¹ O naturalista francês Buffon será o grande crítico desta hipótese. Lineu e Buffon serão as duas grandes referências no que diz respeito às classificações e aos métodos que a botânica deveria seguir (PRESTES, 2000).

nomeado diretor-adjunto da Seção de Mineralogia do Museu Nacional. Capanema levou como ajudante de sua Seção João Martins da Silva Coutinho, que viria a ser o guia e conselheiro da expedição de Agassiz ao Amazonas.

Sobre as instruções da Seção de geologia recaíram as maiores expectativas a respeito dos resultados que a Comissão Científica obteria. Acreditava-se na existência de minas de ouro e prata escondidas no interior da nação, e o saber geológico ficava encarregado de confirmá-las. Mas o que se desejava para além de um novo “Potosí”³² era descobrir minerais úteis à indústria nacional. Buscava-se, através da geologia, mapear e explorar novas matérias-primas a serem utilizadas na indústria nacional e assim tornar o Brasil mais próspero e independente das importações destes minerais.³³ Dentre os minerais mais procurados estava o salitre, essencial para a fabricação da pólvora e que já havia sido estudado no Ceará, no final do século XVIII, pelo naturalista Feijó. Pouco a pouco, através de Feijó, a província cearense foi se inscrevendo nos estudos científicos. Aqui a produção de saber estava atrelada à vontade de conhecer, integrar e dominar. Buscava-se conhecer e delimitar a região, mapeando o seu potencial. A noção de região originou-se na geologia e foi levada para a geografia posteriormente. A geologia entendia o espaço como uma parcela da superfície terrestre dotada de uma mesma individualidade estabelecida através de elementos da natureza (MORAES, 2003, p.75). Assim como Freire Alemão, Capanema valorizou a tradição oral como forma de conhecimento. Consta em suas Instruções, no item IV, o seguinte:

Também devem ser attendidas as tradições reinantes nas diversas localidades sobre a existencia de mineraes, porque alguma lenda de ouro encantado, terrenos exhalando cheiro sulfuroso, estouros subterraneos, podem conduzir à descoberta de minas de pyrites em circunstancias favoraveis para suprir de enxofre e acido sulphurico, ou de pedra hume, os nossos mercados.³⁴

³² Alusão às minas de prata descobertas na América espanhola. Potosí, localizada na Bolívia, foi a realização do “el dorado” para a metrópole espanhola.

³³ O conceito de indústria à época era abrangente. Envolveria desde a transformação mineral ao artesanato ou simplesmente algo que pudesse ser feito para uso.

³⁴ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p. XIV.

Em 15 de julho de 1859, quando Capanema já se encontrava no Ceará, o jornal *O Cearense*³⁵ publica a seguinte nota intitulada *Para a Comissão Científica: Pequeno Vesúvio*:

Existe, na freguezia S. Anna do Acaracú ao sul da povoação do mesmo nome e na distancia de seis legoas, um serrote denominado – Barrigas – é demasiadamente secco, e estéril e composto no seu todo de grandes rochedos agglomerados uns nos outros; entre os quaes comtudo crescem alguns arbustos, e raramente algumas arvores (...). No primeiro deste anno tambem á 22 de fevereiro reproduzio-se o mesmo phenomeno com a differença sómente de sahirem as larvas volcanicas não da mesma pedra, de que acima fallamos, mas de outra do mesmo serrote ao sul, e 200 braços em longitude da primeira (...) Seria bastante curioso contar minuciosamente as particularidades deste phenomeno; para cujo assumpto chamamos attenção dos illustres sabios da commissão scientifica (...). (O CEARENSE, 15/06/1859).

O jornal *O Cearense* tenta chamar a atenção dos cientistas para fatos curiosos que possam se desvendados em prol da descoberta científica, os serrotes que de onde saíam larvas vulcânicas poderia esconder algum minério de uso industrial. Capanema mostrou interesse em estudar a ilha de Fernando de Noronha. Segundo ele, “temos mesmo defronte ao Ceará, a ilha de Fernando que, ao dizer de Darwin e à vista das lavas que Pernambuco recebe de lá, é toda vulcânica”. Não sendo enviada a canhoneira que se tinha prometido ao cientista para levá-lo até lá, lamenta o mesmo que “fica o único vulcão brasileiro que há noticia segura, por estudar;... é necessário que venha o estrangeiro dizer-lhe o que ele possui! Toujour en avant – na Costa da África se faz o mesmo”.³⁶ Os vulcões não serviam apenas aos interesses científicos e artísticos, mas forneciam a pedra-ume, caporosa, sal vitiótico, sal amoníaco e enxofre, principal ingrediente da pólvora (RAMINELLI, 2008 p. 106).

Em outro momento de seus trabalhos, está escrito que “achando-se rochas diferentes, procurar-se-há estabelecer os termos de sua superposição, e sua idade relativa”. O saber geológico em fins do século XIX se envolveu em muitas polêmicas ao tratar de estudos relativos não só à terra, mas à

³⁵ O jornal liberal *O Cearense* foi fundado em 04/11/1846. Fazia parte dele Tristão de Alencar Araripe e Frederico Pamplona como editores e chefes. A eles juntou-se, pouco depois, Thomaz Pompeu (STUDART, 1924). Tomaz Pompeu, a princípio, manterá relações bem estreitas com os cientistas. Este jornal era um dos mais influentes no Ceará à época da chegada da Comissão Científica.

³⁶ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 267.

sociedade. A ciência geológica, ao realizar estudos sobre os fósseis, acabava indo de encontro a certos dogmas até então reinantes no momento, tais como a evolução da terra e a criação do mundo. O tempo geológico e os fósseis mostravam que o homem veio de uma longa evolução, negando a criação divina. A história natural passou a exigir mais unidade de tempo para explicar seu próprio objeto de estudo. Os seis mil anos de idade que os arautos do Velho Testamento advogavam não se sustentavam diante das novas “evidências científicas” (DRUMMOND, 1991). Keith Thomas, referindo-se à geologia, argumenta que,

entre os anos 1820 e 1840, os geólogos ampliaram enormemente a idade da terra, e o estudo de fósseis e ossos encontrados em cavernas estabeleceu que a vida do homem remontava aos tempos quaternários. Esse novo quadro temporal tornou muito mais fácil aceitar as teorias evolucionistas de Lamarck e Darwin (THOMAS, 1988, p. 159).

A geologia, ao contestar o tempo rígido da Igreja e buscar novos marcos temporais para a criação (evolução) humana, também estava dando uma história à natureza, que se dava em processos. A ciência natural veio laicizar o tempo. Como argumenta Fernando Catroga “a nova astronomia e a nova física começaram a ser utilizadas para dar credibilidade à concepção mecanicista da natureza, onde só interessa o tempo físico” (CATROGA, 2003, p.40). Uma teoria da ciência, a partir das Instruções de Trabalho, pode ser também uma teoria da História e de seus tempos sociais.

A Seção Zoológica ficou sob a responsabilidade de Manoel Ferreira Lagos (1816-1871). Lagos foi o porta-voz da proposta de formação da Comissão Científica no IHGB. Funcionário do governo na época da partida para o norte, acumulava a chefia da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia no Museu Nacional, e do posto de oficial-arquivista da Secretaria de Estado dos Negócios. Encarregou João Pedro Villa-Real e Lucas Villa-Real de preparar os animais que seriam coletados pela sua Seção. A definição de Zoologia e sua finalidade aparecem logo nas primeiras linhas das Instruções:

A zoologia não se limita a uma descrição simples e rígorosa dos animais distribuídos sobre a superfície do globo terrestre, agrupando-os methodicamente (...), ella occupa-se também, e é o mais essencial, do proveito que as artes, a medicina e a economia domestica podem tirar das numerosas legiões de viventes que povoão o ar, a agua e a terra. Concebe-

se assim quão imenso é o domínio deste ramo da historia natural, e as vantagens que resultão do seu estudo, entendido como deve ser.³⁷

Como já foi assinalado, parte de suas Instruções era referendada nas Instruções das viagens Filosóficas. Esta referência é feita pelo próprio Lagos: “A Instrução arranjada pela administração do musêo de Paris, para os viajantes e empregados nas colonias, sobre a maneira de colher, conservar e remetter os productos naturais, servirá de excellente guia”.³⁸ As descrições feitas por Lagos ainda guardam o cunho utilitarista do período ilustrado. Buscava-se, através do conhecimento das espécies, alguma utilidade ao gênero humano.

Assim como Freire Alemão e Capanema, Lagos indica a tradição oral como forma de conhecimento: “Não se julgue futilidade o conhecimento dessas tradições teratológicas que a crença popular, sempre avida do maravilhoso, vai transmittindo em bocca: archivadas, quando mais não seja, servirão de thema para a poesia brasileira”³⁹. Estes arquivos da memória são aqueles relatos considerados como diretamente oriundos de testemunhos oculares. Em complemento da visão direta, os cientistas dispunham da tradição oral, da recolha das lembranças dos atores (DOSSE, 2003, p. 224)⁴⁰. Esta relação com as lendas estava também vinculada a uma espécie de romantismo onde a poesia e a tradição oral eram portadoras de identidades, e valorizá-las era encontrar a “essência” do povo.

A Seção Astronômica e Geográfica foi entregue a Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872), filho de italianos e nascido na então Província Cisplatina, em São Felipe, hoje Montevidéu. Aos dezessete anos ele concluiu o curso naval. Com vinte e cinco anos, já 2º tenente desde 1844, foi nomeado lente substituto da Academia da Marinha. Em 1853 bacharelou-se em Matemática pela Escola Militar. Em 7 de março de 1857, quando de sua nomeação para integrar a Comissão Científica, encontrava-se na Europa com Gonçalves Dias e recebeu a incumbência de adquirir materiais para a mesma.

³⁷ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XX.

³⁸ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XXX.

³⁹ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XXVIII.

⁴⁰ A importância dada à oralidade também se faz presente na obra de Tristão de Alencar Araripe. Para este historiador, “a tradição oral é fonte importantíssima da verdade histórica”. O livro de Tristão de Alencar Araripe *História da Província do Ceará: Dos tempos primitivos até 1850* foi escrito em 1867 (ARARIPE, 2002, p. 214). A primeira edição deste livro é de 1867.

Sua Seção recrutava o Capitão Agostinho Victor de Borja Castro e os primeiros-tenentes Antônio Alves dos Santos Sousa, Francisco Carlos Lassance Cunha, João Soares Pinto, Caetano de Brito de Sousa Gaioso e Basílio Antônio de Siqueira Barbedo como ajudantes, formando então a Seção mais numerosa. Isso se justifica pela natureza de seus trabalhos, havendo a necessidade de vários grupos se distribuírem pelo território, tomando notas e medições apontadas pelos aparelhos usados pela Seção. A acumulação dos dados para futuras análises se mostrava como um método válido na busca de mapear a natureza e dela tirar benefícios. Muito do que Gabaglia coletou se perdeu no decorrer do tempo, restando pouco material produzido por ele sobre a província cearense.

As Instruções da Seção Astronômica e Geográfica foram redigidas em três itens principais pelo Conselheiro Cândido Batista de Oliveira. A primeira parte versava sobre observações astronômicas e topográficas. A segunda, trabalhos de investigação sobre a física geral do globo. E a terceira, a abertura de vias de comunicação, tanto por terra como por mar, para facilitar e aumentar o comércio da província cearense. Mitos fundacionais e referenciais de espaço-tempo estavam se forjando através do conhecimento. Como bem observou Guimarães, “história e geografia” eram dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integridade física e social, estaria delineado (GUIMARÃES, 1988, p.14).

Dos estudos de Gabaglia vieram à luz dois trabalhos. Um ainda em 1860, quando ele escreveu um artigo para acalmar os ânimos na Corte, que já exigia resultados. Os ensaios sobre o *Porto da Cidade de Fortaleza ou Ceará* (1860) e *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará* (1877) versam sobre o porto de Fortaleza e sobre a seca. Muito do que Raja Gabaglia escreveu se perdeu ao longo do tempo e seu relatório sobre a viagem não foi entregue ao IHGB. Ao que parece, o relatório desta Seção foi escrito, mas nunca veio a ser publicado, e não sabemos onde se encontra. Capanema, em 1878, denunciava que parte dos estudos de Gabaglia estava em mãos de particulares e que caberia ao governo reavê-los (BRAGA, 1962, p. 89).

A Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem ficou sob a responsabilidade de Gonçalves Dias (1823-1864), formado em Direito em Coimbra. Após o início

de suas atividades no Norte, teria requisitado um adjunto para sua seção, Francisco de Assis Azevedo Guimarães. Gonçalves Dias foi professor de História e Latim do Colégio Pedro II e oficial da Secretaria dos Estrangeiros. Quando de sua nomeação para integrar a Comissão Científica, encontrava-se na Europa, para onde viajara em 1854, a fim de estudar a instrução pública e investigar documentos sobre a história do Brasil nas bibliotecas e arquivos europeus.

A Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem é uma das mais emblemáticas na Comissão Científica. Além de etnógrafo e historiador, Dias era poeta e fazia de sua arte uma forma de descobrir/moldar o Brasil e seus mitos fundacionais. Sua poesia falava da natureza e do povo que habitava o espaço geográfico brasileiro. O poeta compunha a primeira comissão de cunho científico da nação brasileira e seu valor nela reside não como cientista e sim como poeta, aquele que entende e escreve sobre a alma da nação. Buscava-se através da poesia uma essência brasileira, suas particularidades sociais e lingüísticas. Em carta a um amigo, Gonçalves Dias fala que qualquer brasileiro estranhariam poema semelhante ao de um português da época no qual mãe rimava com também (ALENCASTRO, 2004, p. 31). A nação passa a ser escrita com a língua percorrendo também um caminho técnico. Segundo Fernando Catroga, o poeta, no século XIX, era visto “como o melhor mediador da verdade histórica e, como esta passou a ser indissociável da sua concretização nacional, ele também seria o essencial revelador dos sentimentos e das vocações mais profundas da ‘alma’ do povo” (CATROGA, 2005, p. 122).

Como já foi dito, quando da nomeação para presidir a Seção Etnográfica, Gonçalves Dias estava na Europa, ficando responsável por escrever suas Instruções o também sócio do IHGB Manuel de Araújo Porto Alegre. Logo no início do texto, fica clara qual a função e as intenções desta Seção: “Os principais elementos que servem para distinguir as raças humanas são: a organização physica, o character intellectual e moral, as línguas e as tradições históricas”.⁴¹ Uma narrativa sobre a viagem a ser feita não significa apenas mais um relatório e sim uma construção da nação através de sua estrutura física, a terra e as tradições históricas. Novamente aqui, assim como

⁴¹ Trabalhos da Comissão Scientífica de Exploração, 1862, p. XXXIX.

na geografia, a história busca referentes de espaço-tempo para a nação em construção. Um olhar interno do Brasil feito pelos próprios brasileiros seria de grande importância para sanar os problemas do país e se projetar num futuro grandioso. Quase todas as Instruções desta Seção fazem do índio o foco de estudos, desde desenhos dos mesmos à medida de crânios. Um tom ligeiramente romântico surge nas instruções: “Como é provável que d’aqui a duzentos anos poucos selvagens existão no seu estado primitivo, torna-se muito preciso que desde já se comece a recolher a respeito delles tudo quanto fôr possível”.⁴² Acreditava-se que o progresso iria suplantiar este estado “primitivo” do qual ainda havia povos no Brasil:

Alem de que, o homem americano póde ser chamado a compartilhar os bens da civilização, e voluntariamente prestar-se à communhão brasileira se empregarmos os meios consentaneos com a sua índole e constituição physiologica nos primeiros tempos. Não é necessário dizer mais para demonstrar quantas vantagens resultarão para nós do conhecimento perfeito dos autochthones do Brasil.⁴³

A etnografia tinha também um caráter de inventariar, quantificar e utilizar. Um efetivo conhecimento do país perpassava sua natureza física e social. A nação se fazia pela constituição de seus saberes/poderes. Botânica, Geologia, Zoologia, Geografia e História, todas envolvidas no mesmo projeto político: o domínio do espaço nacional pelo seu estudo científico, escrevendo e dando a ver o país. Como bem analisou Durval Muniz de Albuquerque Junior:

O saber ocidental e a ciência moderna nascem com esta fome de infinito e de extensão, a tudo quer abarcar, de tudo quer se apoderar, tudo quer revelar, a todos os lugares quer chegar, nenhum território pode permanecer fora de seu olhar. A Etnografia, a antropologia, a história, são discursos que querem colocar em escrito, querem dizer e fazer ver a todos e qualquer desvão da cultura, da sociedade, do tempo, qualquer território antes fora do presente, do processo, do progresso (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 70).

A fome de tudo ver e a tudo englobar faz parte do processo e de um projeto de integração de várias regiões a algo uno chamado Nação. Sobre as Instruções da Seção Etnográfica segue ainda que,

⁴² Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XXXIX.

⁴³ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XXXIX.

É igualmente de grande utilidade indagar qual a opinião em que elles nos tem, quaes suas queixas de receios fundamentais, para estudar os meios de remover este obstaculo com o fim de chamar à industria tantos braços perdidos, e diminuir o numero de inimigos internos.⁴⁴

Os estudos dos índios estavam atrelados também a seu domínio. Como afirma Carlo Ginzburg “os instrumentos que nos permitem compreender culturas diversas das nossas são os instrumentos que nos permitem dominá-las” (GINZBURG, 2002, p. 43). A relação que se estabelece com o outro busca não só o diferente, mas a diferença e esta se baseia num ato e numa prática discursiva que busca o domínio através do fato de compreender mais sobre o outro e assim enquadrá-lo de forma mais eficaz.

Dos trabalhos de Gonçalves Dias e suas incursões no Ceará temos um conjunto de cartas publicadas no jornal *O Comercio*⁴⁵ do Rio de Janeiro. O relatório da Seção Etnográfica não foi escrito. Pouco foi produzido pelo poeta, que permaneceu no Ceará até agosto de 1860, embarcando em seguida para o Maranhão.

Como pintor, veio José dos Reis Carvalho (1798-1892),⁴⁶ professor de Desenho da Escola da Marinha, com o posto de tenente. Pertenceu ao grupo de alunos fundadores da Classe de Pintura da Academia Imperial de Belas-Artes, tendo como professor Jean Baptiste Debret. Acompanhou as Seções de Botânica Zoológica em suas excursões.

Numa expedição científica, mostras de minerais e animais podem ser catalogadas e transportadas para instituições científicas. E as paisagens? Como fazê-las objetos de estudos? Como dar a ver paragens tão diferentes e distantes? Os desenhos são fundamentais para a realização destes estudos. Mas não é qualquer aquarela que serve a tal intento. O que se busca é uma descrição “verdadeira” de tipos e paisagens. Os pintores que acompanhavam os naturalistas tinham a função de registrar: uma paisagem pode ser abrazeirada e integrada à nação. O texto do naturalista se complementa à imagem. Assim, o visível e o legível domesticam a paisagem e criam uma imagem afetiva de novos espaços. O pintor tinha como função transformar o

⁴⁴ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XLIV.

⁴⁵ Nestas cartas Gonçalves Dias narra sua chegada ao Ceará e suas primeiras impressões sobre a província. Nela também há notas sobre o povo, construções, perspectivas dos cientistas etc.

⁴⁶ Esta é a estimativa mais ampla. Há poucas informações sobre o pintor. Cf. Rachel Amaro, In: jornal Diário do Nordeste (Fortaleza-Ce), 06-12-2009, Caderno Regional, p. 2.

visto em objeto de análise. O ver era dado como verdadeiro, sendo o sentido da visão e o ato da experiência em campo os dois pilares na sistematização do mundo natural. Os desenhos eram portadores de racionalidade científica, analisando, descrevendo e circunscrevendo o objeto analisado, fazendo dele estudo da ciência.

Nas Instruções de Trabalhos da seção de zoologia, consta que “havendo certeza, ou desconfiando-se que as cores de alguns animais virão a alterar-se, é indispensável fazel-os desenhar immediatamente com toda a fidelidade de colorido”.⁴⁷ Buscava-se através do desenho e sua fidelidade cromática, um maior rigor na produção e análise científica. Ainda nas instruções, constava da necessidade do viajante fazer um diário sobre suas viagens. Imagens e textos se constituíam como referências sobre o vivido numa expedição em deslocamento:

É da maior vantagem que o naturalista viajante lance cada noite em um livro as notas que houver tomado durante o dia, pois estas em papeis avulsos facilmente se podem extraviar. Além dos seus proprios apontamentos, transcreverá no referido jornal as informações que lhe ministrarem os habitantes do paiz, aos quaes consultará, segundo o conceito de veracidade que lhe merecem. De continuo com a natureza diante dos olhos, elles tem occasião de observar os a inimaes em seu domínio, e por isso fornecerão a respeito noticias apreciáveis. Nada omittirá de consignar por escripto, que de muito lhe servirão para o futuro as suas notas: são tantos os objectos de que vai ficando sobrecarregada a memoria de um viajante observador, que não deve contar sempre com ella, por mais feliz que a tenha.⁴⁸

O que se desejava era uma descrição verdadeira de tipos e paisagens, sendo os pintores que acompanhavam os naturalistas dotados da função de registrar. O desenho do pintor complementava o texto do naturalista. Seu trabalho evitaria descrições pouco fidedignas. Além da anatomia do animal ou planta analisado, seria de importância capital manter a cor original do que se estudava e, neste caso, seria o desenho a maneira mais segura de se registrar para posterior análise. Segundo Raminelli, os desenhos e diários faziam parte da própria metodologia do naturalista. Segundo o autor:

Por meio de imagens, registrava-se ainda tudo aquilo que não pudesse ser transportado; grandes animais, árvores, grutas e paisagens. O avanço da

⁴⁷ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XXX.

⁴⁸ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XXXII.

história natural, portanto dependia fundamentalmente dos diários, remessas e desenhos produzidos nas áreas de investigação. O viajante-naturalista era treinado para compor esse material que preservava a qualidade dos indícios colhidos ao longo da jornada. Palavras e imagens objetivavam perpetuar experiências, divulgar resultados e compará-los ao conhecimento existente. Sem esses recursos a viagem estava perdida. Os naturalistas setecentistas escreviam e desenhavam para divulgar seus saberes, para torná-los presentes aos demais cientistas e curiosos. As palavras e as imagens são símbolos, atuam como convenções e para tanto devem obedecer a uma regra e representação. Os viajantes representavam, enfim, as normas científicas para serem reconhecidas suas descobertas. Somadas às regras da taxonomia e descrição, seus relatórios e memórias deveriam, portanto, ser acompanhadas de desenhos técnicos (RAMINELLI, 2008, p. 214-215).

Analisar a produção advinda da experiência em campo nos é significativa para perceber como ela é percebida e dada a ver. Qual o significado dado a esta experiência e quais as memórias construídas sobre a mesma? A experiência de uma viagem a campo se transmite tanto em texto como em telas, ambos como portadores de memória. Cada viagem carrega consigo o caminho que a realiza e percursos que são dotados de história, memória e paisagens heterogêneas. Cabe ao viajante construir um texto homogêneo e dar uma visão neutra e totalizadora destes lugares.

Uma comissão científica de exploração se caracteriza por seu caráter errante. Ela vai esquadrinhando os espaços por onde passa, daí a necessidade de se registrar (escrever e desenhar) o máximo possível. Para Flora Süssekind, o cientista-viajante vai produzindo suas sensações à medida que o percurso se realiza e, quanto maior a trajetória, maior o número de impressões registradas:

A adoção do ponto de vista do naturalista parece levar a paisagem instantânea a um processo interno de multiplicação e variação de tal ordem que indica por vezes sua implosão antes mesmo de acabada. Daí a quantidade de esboços, desenhos inconclusos, aquarelas apenas em parte. O que se explica pela pressa dos viajantes, mas também por esse desejo de ao mesmo tempo representar e coleccionar paisagens (SÜSSEKIND, 1990), (Grifos no original).

A Comissão Científica tinha em seu próprio nome o caráter de *Exploração*. Importavam uma viagem, a paisagem e um relatório. Era preciso transitar pelo próprio território. Nas palavras de José Carlos Reis “para escrever essa história do Brasil-Nação, o historiador deveria fazer o que Von Martius provou que era possível fazer: viajar pelo Brasil, conhecer melhor as

províncias, para melhor aconselhar a administração e ter uma melhor visão global do Brasil” (REIS, 2007b, p. 28).

Sugerida e aceita a proposta de criação da Comissão Científica de Exploração, escolhidos seus membros, feitas suas Instruções e comprados seus equipamentos científicos, a ciência vai a campo. Mas onde? Como começar? Como e para onde canalizar o esforço de tal empreitada? Que regiões se mostram mais atraentes ao explorador? Uma viagem científica não é fruto do desejo individual do naturalista. Ela tem metas e finalidades a serem concretizadas. Elas são guiadas por patrocínios e perspectivas estatais. Interesses estes que aparecem em suas instruções de trabalho. Por isso se faz necessário entender seu roteiro e que interesses econômicos e políticos a ela estavam atrelados, possibilitando seu surgimento e sua atuação. Pois como argumenta Bourguet, “não existe exploração sem uma forma de dominação” (BOURGUET *apud* PINHEIRO, 2005, p. 8). Discutida e aprovada a criação da Comissão Científica de Exploração e feito seu roteiro de trabalhos, ela aponta para o norte como seu roteiro.

2. O CEARÁ ENTRE IDEIAS E TIPOS

2.1. A SECA

Um documento anônimo destinado a Capanema, recebido e publicado pela Revista do IHGB em 1856, trás os seguintes questionamentos:

O Ceará durante o seculo passado derrubou immensas porções de suas matas para substituil-as por algodoeiros. Ricas fora as primeiras safras; mas bem de pressa teve de resentir-se das graves consequencias de um passo tão irreflectido! A devastação das florestas expondo o terreno posto a descoberto à acção do sol, foi diminuído o grau relativo da humidade atmopherica que ellas entretinham; o que produziu á final o deseccamento das montanhas que molhavam seus valles. Extensão de terra outr'ora cobertos de ricos vegetaes acham-se hoje mudadas em áridos desertos sem o menor vestígio de água! Pois bem, esse mal será ou não remediavel? O plantio de arvores, ao menos no ato da montanha bastará?! E, neste caso, e em quanto tempo germinarão ou medrarão? São estas outras questões de não menor interesse que deve occupar a atenção da commissão, maxime quando tendem a salvar uma das nossas mais bellas províncias da secca e da fome, - consequência fatal da primeira!⁴⁹

Este documento trazia um detalhado relatório econômico das províncias do Maranhão, Ceará e Minas Gerais. Analisa questões econômicas internas e externas às províncias citadas. Sobre o Ceará, analisa a agricultura, o desmatamento e as secas. Tentar identificar a autoria desta carta seria tarefa inglória, uma vez que não há muitos indícios que remetam a seu autor. O documento chama atenção para três províncias e em cada uma delas se detém com riquezas de detalhes. Se não nos é possível localizar o autor, podemos pensar em outra forma de abordá-la. Se a pergunta “Quem escreveu a carta?” não pode ser respondida, podemos analisá-la a partir de outras indagações: Para quem a carta foi escrita? Qual o contexto de sua produção? E qual sua circulação? Assim podemos entender melhor o conteúdo deste documento.

Numa breve análise desta carta enviada a Capanema, Berna Caroline Vasconcelos Nogueira, assim a descreve:

⁴⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). 1856, tomo 19, Suplemento, p, 76-82.

No ano de 1856, discutia-se na Câmara dos Deputados um conjunto de sugestões anônimas enviadas ao Dr. Capanema como base para as instruções aos trabalhos da Imperial Comissão Científica de Exploração, da qual este era membro. (...) o cunho político-econômico, norteia toda essa documentação, ficando claro evidente que tais intenções faziam parte de um projeto bem mais ambicioso, que era o de investigar todos os redutos do poder espalhados pelo exterior do império, “aonde o poder do rei não chega”, como declara o autor do texto desconhecido (NOGUEIRA, 2008, p. 120).

Sobre o Maranhão a carta registra o seguinte:

Mostrar o mais aproximadamente o possível prejuízo que sofrem as rendas da nação nas atuais circunstancias, em que os proprietários d’essas fazendas apenas produzem a quantidade necessária para seu consumo, privando não só as classes não agricultoras dos benefícios do solo, como também o país da sua primeira fonte de riqueza e da prosperidade de seus habitantes.⁵⁰

A carta versa sobre a preservação das matas no Ceará e sobre a agricultura no Maranhão. Sobre Minas Gerais reclama do estado estacionário da província. Ironiza ao falar que a riqueza de um país não é somente a metálica (minerais) e que a agricultura tem seu contributo na prosperidade da nação. A carta estava intitulada como “A ordem do dia”, o que entra em coerência com seu conteúdo. Na segunda metade do século XIX, o Brasil estava passando por transformações sócio-econômicas que marcariam a história nacional. Entre as mudanças estava a questão do uso da terra para aumentar a agricultura, onde se fazia necessário produzir mais (para o mercado) e para tal se fazia também necessário mão-de-obra. Conservar as matas e torná-las úteis através do uso e manutenção de trabalhadores era estar em consonância com o progresso e as normas capitalistas que se impunham. O documento relata a parca agricultura do Maranhão, onde o cultivo se mostra como “primeira fonte de riqueza e da prosperidade de seus habitantes”. A crítica recai sobre a agricultura de subsistência, quando o que importava na nova sociedade que se estava forjando nos moldes de uma sociedade de mercado era o excedente, a produção para a circulação. Nesta ótica, a ocupação efetiva do espaço estava atrelada ao trabalho sobre ele efetuado, e trabalho para o excedente, o mercado.

⁵⁰ RIHGB, 1856, tomo 19, Suplemento, p, 77.

A carta foi lida, discutida, publicada na Revista do IHGB de 1856 e no jornal *O Fluminense*, do Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1856. No Arquivo Público do Estado do Ceará, na pasta contendo os ofícios expedidos pelos membros da Comissão Científica, esta carta encontra-se transcrita⁵¹. Sua trajetória mostra que ela despertou algumas questões latentes na sociedade daquele momento. Por outro lado, o fato dela ter sido enviada a Capanema e publicada pelo IHGB mostra toda a atenção que o cientista deu a ela. Sua transcrição e manutenção entre os ofícios da Comissão Científica aponta para o fato de que pode ter sido um cearense quem escreveu o texto.

Cito este documento para problematizar o roteiro seguido pela Comissão Científica. O norte já se mostrava insatisfeito com a política da Coroa e já havia feito alguns levantes. Em contrapartida, a Corte se mostrava preocupada com as revoluções no mundo hispânico que beiravam suas fronteiras. Sobre essa preocupação escreveu Capanema:

Ainda não apareceu quem se aproveitasse do estado de prostração em que se acha o povo, não faltará, porém, mais dias menos dias quem o faça: as tendências existem, manifesta-se por toda a parte virá por fim quem fale ao povo à linguagem que ele entende, que lhe pinte como as cores mais vivas o seu estado de miséria e o leve passo a passo até a fonte de seus males, quem lhe mostre a administração do país, que com 40 anos de independência, não soube instruí-lo, não soube protegê-lo contra as invectivas de espectadores, sem consciências, não soube facilitar-lhe os meios de promover o seu bem-estar. E é quanto basta! Os rancores e os pressentimentos, apenas guardados no fundo do coração, como fagulha debaixo da cinza, tomarão vulto; e um sentimento vago, incerto, se tornará então uma vontade firme, inabalável. Abaixo o governo, que nos vendeu, que nos traiu, que nos degradou! - será o brado medonho. Se o povo fora civilizado e ilustrado, só ajustaria contas com o governo; este que se arranjassem como pudesse; quem foi perseguidor seria devidamente aquinhado.⁵²

Freire Alemão, quando de sua permanência no Ceará, também irá escrever sobre a visão que os cearenses tinham da Corte e os perigos que isso traria para a nação. O trecho seguinte foi escrito nas andanças do botânico pelo Ceará, mas o sentimento de “isolamento” entre as províncias se fazia presente desde o I Reinado. Segundo o naturalista:

⁵¹ Ofícios da Imperial Comissão Científica de Exploração. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC): Fundo: Ministério dos Negócios do Império; Grupo: Comissão Científica Imperial de Exploração; Série: Ofícios Expedidos; Data Limite: 1859-1861; Caixa: 01. A transcrição que se encontra no APEC é na realidade uma transcrição feita a partir da revista do IHGB, publicada em 1856.

⁵² CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 225-226.

No Ceará, mas principalmente no Centro de Pernambuco, fazem todos ostentação do liberalismo e provavelmente isto acontece em todas as províncias do Norte (No Ceará porém me parece que os grandes fazendeiros são de opinião contrária). Mas o que é triste é a idéia que eles têm da corte e do governo e do soberano; para eles a corte é a depravação personificada, é o servilismo nu e cru. O governo e o imperante governam como governavam os antigos capitães-generais: ali tudo é vendável e corrompido. As arbitrariedades das autoridades subalternas, os distúrbios e morticínios nas eleições, tudo provem do Rio de Janeiro, e mesmo diretamente do imperador. São estes sentimentos perigosos para a tranqüilidade e integridade do Império, que convém por todos os meios destruir. Infelizmente o procedimento do governo, não dando toda a atenção às províncias longínquas, dá argumentos em que se podem firmar! Creio que a política mais conveniente era olhar ainda mais para as extremas do Império que para o centro.⁵³

A consolidação do Império se fazia necessária. E tanto os cientistas do IHGB como o próprio Imperador D. Pedro II resolveram viajar por suas terras. Kênia Rios, em estudo introdutório aos escritos de Capanema e Gabaglia, infere sobre a preocupação que a corte tinha em consolidar o Império. Segundo a autora, “o burburinho das agitadas províncias pôs na estrada cientistas e administradores da corte imperial. No mesmo ano da chegada da Comissão Científica ao Ceará, o imperador D. Pedro II partia em viagem para algumas províncias setentrionais. Afinal, um monarca deveria conhecer todo o seu reino” (RIOS, 2006, p.23). Conhecer para integrar e potencializar as riquezas existentes e pouco exploradas até então no Império fazia parte da política do IHGB e dos desejos do monarca Pedro II. Descobrir as províncias era parte da própria descoberta da nação. Gabaglia assim sintetizava a dialética entre nação e província no processo de formação do país:

É ou não certo que a prosperidade do Brasil depende de todas as suas províncias. E, finalmente, é ou não certo que, á vista dos recursos abundantes que a província do Ceará possui, o desenvolvimento dela traz vantagens para as rendas do Estado e forças para a família brasileira?.⁵⁴

O norte era uma das preocupações do Império por seus movimentos separatistas e republicanos que já vinham se desenvolvendo desde o período

⁵³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro 1859-1860*. Estudo introdutório de Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2007, p. 49-50.

⁵⁴ GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Estudo introdutório de Kênia Rios. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 150.

colonial, tais como a Revolução de 1817, a confederação do Equador em 1824 e as revoltas do Período Regencial (1831-1840) como a Sabinada na Bahia, a Cabanagem no Pará e a Balaiada no Maranhão. Sem esquecermos a Revolta Praieira de 1848 em Pernambuco, ocorrida no início do Império. Integrar as províncias do norte ao restante da nação e acalmar os movimentos de contestação fazia parte do programa de centralização do poder realizado no II Reinado. Esses movimentos foram caracterizados por princípios liberais, que durante os conflitos adquiriram um tom antimetropolitano, resultando em uma busca das elites rurais por maior liberdade comercial e pelo fim dos monopólios. Todos estes movimentos estavam inseridos nas crises resultantes do sistema colonial, que tornavam mais tensas as relações de poder no país (SILVA, 2006, p. 32).

A grande preocupação do Império era com os países republicanos vizinhos ao Brasil, uma vez que tais “aventureiros” poderiam se lançar sobre as terras brasileiras. Entre o norte e as fronteiras, a Comissão Científica aponta para as províncias do norte como seu principal roteiro.

Discutida e aprovada em 1856 a ideia de criação de uma Comissão Científica nacional, ela só começará seus trabalhos em 1859. O intento inicial de sua criação era criar uma *intelligentsia* nacional, posto que os estudos realizados sobre o Brasil eram feitos por estrangeiros e dotados de preconceitos. Segundo escreveu Gonçalves Dias, na introdução aos Trabalhos da Comissão Científica, os brasileiros se viam presos a estudos feitos por estrangeiros e desconfiava da visão depreciativa destes relatos:

Precisamos estudar o Brasil nos autores estrangeiros, consultamos as suas cartas marítimas até nossa navegação de cabotagem, e mesmo na apreciação política dos acontecimentos remotos ou recentes da nossa história o estrangeiro como que têm, na opinião publica, entre nós a primazia, e leva a palma o nacional, bem que as mais das vezes escreva sob as inspirações deste ultimo.⁵⁵

Estudar, conhecer e integrar as províncias seria uma forma de construir a nação. Conhecer as províncias e seus potenciais econômicos era um papel a ser desenvolvido pelo próprio Estado que, usando do saber de seus cientistas, consolidaria suas instituições. Foi partindo deste pensamento que o IHGB saiu

⁵⁵ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p.VIII.

da Corte para conhecer as províncias mais longínquas. Interessa-nos aqui uma reflexão sobre a escolha da província cearense como sendo a primeira a integrar o roteiro dos cientistas (e será também única, posto que a Comissão retornaria à Corte em 1861 e não mais voltaria à ativa).

Joaquim Alves, em sua conhecida monografia sobre a História das Secas, analisando os séculos XVII-XIX, ao se referir ao governo imperial e suas ações perante os problemas advindos da seca, assim fala sobre a criação da Comissão Científica:

A primeira manifestação do Governo imperial a respeito do problema [seca] foi a criação da Comissão Científica. A Lei autorizava o Governo a “nomear huma comissão de Engenheiros e Naturalistas que explorem o interior de alguma províncias, devendo fazer coleções para o Museu Nacional e para o das províncias”. Em realidade pouco produziu a Comissão Científica. Apesar de constituída de destacados elementos do mundo científico nacional, apenas deixou inéditos, nos arquivos do Museu Nacional, algumas coleções de nossa flora. Algumas monografias chegaram a ser publicadas sobre o Nordeste e as secas, mas são nos dias atuais quase inteiramente desconhecidas, constituindo raridades bibliográficas, à semelhança do trabalho do engenheiro Gabaglia, que tratou dos problemas da seca no Ceará e no Nordeste (ALVES, 2003, p.70).⁵⁶

Para Ferreira Lagos, idealizador da Comissão Científica, a seca não era preocupação imediata. Joaquim Alves se detém em destacar os resultados (ditos negativos) da Expedição e não avaliar suas experiências, repetindo e reforçando a ideia de que a Comissão Científica falhou em seus intentos, deixando de lado seu campo de atuação e os resultados que dela vieram. Joaquim Alves afirma ainda que “A primeira manifestação do Governo imperial a respeito do problema [seca] foi a criação da Comissão Científica”. Em outro trecho entra em contradição e afirma que “Não se mencionou, no documento de constituição da Comissão, o problema das secas” (ALVES, 2003, p. 150).

Num primeiro momento de sua escrita, Joaquim Alves diz que o governo imperial havia criado a Comissão Científica para estudar as secas e num outro a seca não aparece nem no documento de institucionalização da Comissão Científica. Joaquim Alves olha a Comissão na perspectiva de seus fracassos e titubeia sobre a função de seus trabalhos.

⁵⁶ A primeira edição deste livro é de 1953. Nele, Joaquim Alves estava atento às questões contemporâneas, como a seca no Ceará e “Nordeste”. A ideia de Nordeste ainda não existia no II Reinado e a criação da identidade para esta região está atrelada aos interesses políticos advindos do fim do Império.

Nos Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, contendo as instruções dos cientistas e que foi publicada em 1862, consta o seguinte:

É certo que desde que a idéa de tal comissão foi suscitada no seio do Instituto Histórico, apontou-se vagamente o norte como a parte do Imperio menos conhecida e mais digna de ser estudada; mas de modo tão duvidoso que bem poucos poderão suppôr haver de ser a cidade de Fortaleza o porto do desembarque da comissão scientifica, e a provincia do Ceará aquella pela qual haverião de estrear.⁵⁷

A Comissão Científica de 1859 quando de sua criação em 1856 não tinha roteiro definido. É verdade que foi traçada um manual contendo os trabalhos a serem realizados, mas toda expedição necessita de um roteiro de estudo que nem sempre se adapta na prática aos trabalhos de campo. Não se poderia traçar um verdadeiro estudo sobre as secas do Ceará, quando na realidade o governo desconhecia os reais problemas do norte⁵⁸. Ao contrário do que afirma Joaquim Alves, a seca é citada no documento de constituição da Comissão Científica, as Instruções de Trabalhos. A seca aparece em dois momentos:

Seção geográfica e astronômica – item XII.

Achando-se a comissão exploradora na provincia do Ceará, a qual soffre periodicamente o flagello de sêccas devastadoras, convirá que a secção astronômica de accordo com a secção geológica, faça alli os preciosos exames de sondagem, afim de descobrir os indícios que possam servir de guia para tentar-se opportunamente a abertura de um poço artesiano, o qual (no caso de surtir effeito essa primeira tentativa) possa ser considerado como norma para a abertura de outros poços, de que careção diversas localidades da provincia.⁵⁹

Seção geológica e mineralógica – item IX.

Póde dar-se o caso de haver em alguns lugares falta de agua, que seque os rios, e seja conseqüência disso a destruição da vegetação, mortandade do gado, e fome da população. Ahi deverá a secção geológica proceder a exames das localidades vizinhas, estudar todas as circunstancias que levem a suppor a existência de água, e então sondar o terreno para fornecimento de dados práticos para abertura de poços artesianos. Aproveitar-se-há igualmente esses trabalho de perforamento para estudar as camadas sobrepostas do terreno, como tambem para determinar a sua temperatura em diversas profundidades, e achar a que distancia da

⁵⁷ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p.I-II.

⁵⁸ Na realidade, o norte seria por muito tempo relegado pelo poder Central, segundo Joaquim Alves: “Mas não foi somente o Império que abandonou o Ceará e demais províncias nordestinas nos dias angustiosos das secas. A República seguiu o mesmo sistema de indiferença e abandono... O Washington Luiz declarou conhecer o Ceará apenas pelo romance “Iracema” de José de Alencar” (ALVES, 2003, p.204).

⁵⁹ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p.XXXVIII.

superfície é invariável o grão do termometro, e a rapidez com que o solo se esfria.⁶⁰

Percebe-se que a seca não aparece como centro dos estudos da Comissão Científica. É claro que a seca já havia deixado suas marcas em períodos anteriores e já se havia percebido os estragos da mesma na economia da província, mas a Comissão Científica não trouxe soluções para ela, nem centrou estudos sobre a mesma. Capanema ainda publicaria em 1878 e 1901 alguns estudos relativos às secas no Ceará, mas novamente aqui, ele aponta meios de minorar seus prejuízos. Vale ressaltar ainda que o textos foram escritos e publicados entre o fim do império e o início da república, quando a seca de 1877 gerou uma preocupação nacional, sendo estas publicações sobre seca resultado de novas experiências históricas e preocupações ausentes em 1859.

A visão de que o norte (e posteriormente o Nordeste) é a terra de seca, flagelados e retirantes vai se constituir no imaginário social desta região, na virada do século XIX para o XX, quando uma elite decadente tenta buscar novas representações para si num mundo em modificação. Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seus estudos sobre a “invenção do Nordeste” analisa a forma de como uma nova representação social para a região foi se forjando dentro de uma arena que envolvia vários interesses políticos e disputas econômicas. A seca de 1877 foi a primeira a ter grande repercussão nacional pela imprensa e a atingir setores médios dos proprietários de terra. Com esta seca veio um volume considerável de recursos para as vítimas do flagelo, fazendo com que as bancadas nortistas no parlamento descobrissem a poderosa arma discursiva que tinham nas mãos, usando do discurso da seca para reclamar tratamento igual ao dado ao Sul. A seca torna-se, a partir daí, o problema de todas as províncias e, depois, dos estados do Norte (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 70). Em outro estudo, Durval Muniz, revela que os gastos do governo central com a seca de 1877 nas províncias do Ceará e Rio Grande do Norte foram maiores do que a arrecadação das duas províncias juntas pelos dez anos seguintes, mostrando que os usos políticos da imagem de um norte seco e atrasado era proveitoso para as elites locais para

⁶⁰ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p.XVIII.

barganharem verbas junto ao poder central (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 283).⁶¹

A seca, sua representação e seus usos políticos foram anotados por Raja Gabaglia, chefe da Seção Astronômica e Geográfica. Em seus estudos sobre a província cearense, o cientista escreve, em tom irônico, que,

É axioma corrente que as chuvas são minicamente escassas na província; assim se deve concluir de muitos escritos e é máxima imbuída no povo cearense. Falência por causa das secas, decadência e ruína geral pelas secas, secas para aqui e secas para acolá e tudo o mais que é possível imaginar.⁶²

O geógrafo ainda nos lança uma indagação que nos soa contemporânea: “Há na província realmente a falta de chuvas que se quer apresentar?” (Idem, p.99). A observação da Gabaglia se tornaria mais patente depois da seca de 1877, mas ele nos chama a atenção para se duvidar da imagem que se criava sobre a província cearense como sendo esta a terra da seca.

Renato Braga, em estudo sobre a Comissão Científica, publicado em 1962 e atualmente a maior referência sobre o tema, chama atenção sobre as teias políticas que se atrelavam à criação da Comissão Científica e os motivos que se elegeram na escolha de seu roteiro. Vejamos a argumentação do autor sobre a rota dos cientistas:

A escolha do Ceará como ponto inicial dos trabalhos estava decidida em princípios de 1857. Havia-se abandonado o primitivo projeto de começar-se por um dos grandes rios que demandassem o coração do Brasil. A indicação não me parece ter sido inspirada por uma seca. As atas do Instituto são omissas em relação a esse respeito e o Ceará não havia sofrido nenhuma crise nesses últimos anos. A mais próxima, na cronologia de seu martirólogo, era a de 1844-45, aliás, de triste memória. As secas estavam tão distantes das cogitações da Comissão que passaram, por assim dizer, despercebidas, tanto nas instruções baixadas a 8 de abril de 1857, como nas aprovadas a 25 de janeiro de 1859 (...). A grandeza do fenômeno climatérico que flagela o Nordeste, talvez pela sua distância, ainda não impressionara, mesmo sentimentalmente, os homens de governo e de ciência (BRAGA, 1962, p. 37).

Durante o período de 1845 á 1875 o Ceará teve invernos regulares e a seca não se fez presente, e durante a permanência dos cientistas no Ceará, a

⁶¹ Aqui o autor faz uso dos dados levantados pela pesquisa de Luciana Aragão Frota.

⁶² GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 101.

chuva em vários momentos atrapalhou seus trabalhos e suas viagens. Assim, eles também não iriam retratar em seus escritos e desenhos um Ceará árido. A imagem que se tinha do Ceará antes da vinda da Comissão Científica era a de uma terra rica ou potencialmente rica em minerais.

A Comissão Científica, seguindo as intenções do IHGB de construir uma cultura científica nacional e fazer da produção deste conhecimento o elo ligador entre as províncias, irá se deparar com as tensões existentes, uma vez que as províncias já vinham pensando a si mesmas e produzindo sua própria história. O conhecimento produzido na Corte (Centro) e o realizado nas províncias (Periferia) iria entrar em divergência. Foi o que de fato ocorreu entre os cientistas da Comissão Científica e o intelectual cearense Senador Pompeu.

Kênia Rios traça um perfil das disputas no campo científico travado entre o saber da Corte e o local (RIOS, 2006). O ponto central da divergência se deu em torno da seca na província cearense, ou seja, as formas de se evitar as secas ou minorar seus danos. O Senador, ao publicar em 1859 sua *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*, propõe a plantação de árvores e a criação de açudes de grande porte como forma de evitar a seca local. Suas observações seriam contestadas por Capanema que mostra através de estudos científicos que as propostas do Senador Pompeu não dariam resultados. Através destas e outras querelas envolvendo os de *lá* e os de *cá* se percebe a clivagem existente entre o Brasil que se pretendia e as províncias existentes pelo território nacional. Desfazer intrigas e construir um discurso que ligasse o centro à periferia do Império Brasileiro seria um dos desafios incumbido aos cientistas do IHGB.

2.2. O OURO

Nas *Instruções* consta que o solo cearense era rico em minério e, caso fosse confirmada a informação, o sigilo deveria ser mantido.

Item XX.

Se por ventura a comissão descobrir alguma mina, cuja exploração seja vantajosa ao estado, com o maior segredo, sendo possível, expedirá logo para esta corte um portado seguro, dando conta da descoberta, acompanhada de todas as informações que julgar necessárias, e fará também ao presidente da província as participações a tal respeito.⁶³

Agora eram os próprios cientistas brasileiros que investigavam, inventariavam e quantificavam a natureza nacional. Mas a ciência que ordenava e sistematizava seguia vestígios diversos nesta busca incansável de totalização do espaço esquadrihado. A “tradição” era pista mestra para “descobrir” todas as “informações” dispersas pelo território nacional. O olhar científico buscava fatos relatados pela oralidade e o transformava, caso fosse confirmado, em uma escrita verdadeira. Ciência, oralidade, verdade e escrita são palavras que geram e agregam sentidos neste novo olhar para dentro da nação que se buscava ter/ver.

Este novo olhar (o nacional) livraria o país de interpretações depreciativas do olhar estrangeiro, assegurando para a nação o conhecimento e domínio de suas riquezas. Sobre o segredo a respeito das informações coletadas por viajantes-naturalistas o filósofo Michel Foucault observa que,

Eram informações precisas sobre a situação militar do país visitado, os recursos econômicos, os mercados, as riquezas, as possibilidades de relação. De modo que muita gente atribui a ingenuidade tardia de certos naturalistas e geógrafos do século XVIII coisas que na realidade eram informações extraordinariamente precisas, cuja chave parece ter sido descoberta agora (FOUCAULT, 1979, p. 163).⁶⁴

Renato Braga, em suas análises sobre o que teria despertado a atenção dos cientistas da Corte para o Ceará, acredita que tenha sido a ideia de que por estas paragens havia riquezas minerais. Ideias que circulavam desde a

⁶³ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p. L (Grifo nosso).

⁶⁴ Foucault refere-se nesta passagem à época de Luís XIV, mas não deixa de ser interessante o fato de que a Comissão Científica fosse composta unicamente por brasileiros. Antes esses trabalhos de mapeamentos das riquezas do Brasil eram das anotações de naturalistas estrangeiros.

invasão holandesa ao Ceará, em meados do século XVII, perdurando até a chegada da Comissão Científica na província em 1859. Segundo Renato Braga, os cientistas:

Preferiram o Ceará por causa das suas supostas riquezas minerais. Dizia-se existirem em suas montanhas grandes jazidas de metais preciosos. O ferro e o carvão abundavam em seu solo. Corroboravam este parecer as amostras de Minerais da Província, colecionadas nos mostruários do Museu Nacional (BRAGA, 1962, p. 37-38).

Ainda, segundo Renato Braga, no Ceará:

o povo vivia sonhando com eldorados. Falava com maior naturalidade em lagoas encantadas e tesouros escondidos pelos flamengos. Um manuscrito quimérico, a Lamentação brasílica [1806], engendrada pelo cérebro delirante do Padre Francisco Telles de Menezes, por incrível que pareça, influenciou na escolha do Ceará⁶⁵. Em uma de suas partes dedica-se a descrever os roteiros das minas e tesouros cearenses. O Presidente da Comissão [Científica, Freire Alemão] trouxe-consigo (BRAGA, 1962, p. 37-38).

Seguindo na mesma análise de Renato Braga, sobre a importância do manuscrito do Padre Telles, Raimundo Girão diz que “Apesar disso, aquele imaginoso padre Telles de Menezes, autor do Mapa Curioso do Novo Descoberto, espalhava que havia ‘tanta prata na ladeira de Ubajara que os índios a derretiam como caieiras deitando lenha em cima’. Delírio, apenas”. (GIRÃO, 1971, p.116). “Delírio” advindo de um “cérebro delirante” ou não, o texto escrito pelo padre teve grandes repercussões. Nele, ou por causa dele, podemos perceber o poder que o “El dorado cearense” exercia naquele momento. Em 1909 a Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará publicou os trechos da obra do padre Telles referentes ao Ceará (o texto também falava das províncias vizinhas).⁶⁶ O que de fantástico havia nos escritos do *Mapa do Novo Descoberto*, eram suas lendas sobre ouro que se encontrava em vários pontos da província cearense e suas vizinhas.

⁶⁵ “Era o referido padre de raça indígena e ele mesmo qualificava-se de pobre índio do Brasil. Viveu por dilatados anos nos sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte, e os percorreu dominados pela idéia de dinheiro metálico e alfaías preciosas soterradas pelos jesuítas e principalmente pelos holandeses, inquirindo das riquezas que ele denominava cabedais e tesouros escondidos, e da existência de metais preciosos”. E foi no Ceará onde ele encontrou os letreiros e indícios de ouro em maior quantidade (BRAGA, 1962, p. 349).

⁶⁶ Neste trabalho serão utilizadas as referências a partir da Revista do Instituto (Histórico) do Ceará (RIC).

Quase a totalidade do documento feito pelo padre Telles se reporta à oralidade, ao “ouvi dizer”. Quando se trata da localização de letreiros roxos, possivelmente indicações de tesouros enterrados, os relatos muitas vezes se reportam a terceiros. A informação era dada por um provinciano, mas este o informava que não o viu, apenas soube por outros. Ainda sobre os letreiros há passagens onde o padre registra sua existência por observação direta. Em Santa Luzia havia um serrote rodeado de letreiros, onde, segundo o padre, “até a era de 1800 os vi eu, que ainda com trabalhos se podiam copiar”.⁶⁷

Nas Instruções de Trabalhos podemos encontrar novamente a imagem sobre o Ceará que se divulgou a partir do texto do padre Telles, das lendas sobre um “el dorado cearense”:

(...) poucos poderão suppôr haver de ser a cidade de Fortaleza o porto do desembarque da commissão scientifica, e a provincia do Ceará aquella pela qual haveria de estrear. Foi isso com tudo o que se decido, contribuindo não pouco para essa resolução a crença geralmente aceita de ser o solo do Ceará por ventura o mais metallifero do Brasil.⁶⁸

Esta crença sobre as possíveis riquezas minerais da província cearense, ainda segundo as Instruções, vinham de longa data, sendo necessário confirmá-la. As *Instruções* se referem a uma “obra”, que na verdade eram os escritos de Padre Telles, como tendo contribuído para ter fomentado a ideia sobre a possibilidade de ouro em terras cearenses:

Em tempos antigos, a metropole o acreditára, nomeando no reinado da Senhora D. Maria I o naturalista Feijó para examinar as suas minas e tratar de explorar algumas dellas. O resultado correspondeu mal às esperanças; mas como se tinha dado a tentativa do aproveitamento das lavras, a crença popular longe de se desvanecer, foi creando novas raízes, por esse, por esse mesmo facto que deveria contribuir para desvanecê-la. A obra de um escriptor de princípio deste seculo, que não mereceu e mal merecia as honras da impressão, mas que existe no opulento arquivo do Instituto Histórico Brasileiro, mas talvez do que nenhuma outra causa concorreu para propagar-se aquella opinião entre os cearenses e passar delles a todos os brasileiros.⁶⁹

A referência sobre “a obra de um escriptor de princípio deste seculo, que não mereceu e mal merecia as honras da impressão” era, na verdade, uma alusão ao livro *Mapa curioso do Novo descoberto* escrito entre os anos de

⁶⁷ Revista do Instituto do Histórico do Ceará (RIC), 1909, p. 474.

⁶⁸ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. I (Grifo nosso).

⁶⁹ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. I (Grifo nosso).

1799-1806 e de autoria de padre Telles.⁷⁰ Os textos escritos pelo padre se baseavam na oralidade e por isso “não mereceu e mal merecia as honras da impressão”, mas foi este documento que despertou a atenção dos cientistas da Corte, que seguia também outros rastros sobre a província cearense, desta vez numa perspectiva mais científica, como os escritos do naturalista Feijó. As lendas sobre o ouro ou as riquezas metalíferas foram criando raízes independentes da comprovação científica

Feijó aparece como referência de uma escrita sobre um Ceará potencialmente rico. O olhar científico do naturalista de início do oitocentos parece ter contribuído para que o Ceará tivesse outra imagem perante as províncias que compunham o Império brasileiro em vias de consolidação. Ao dar informações das riquezas existentes na província cearense, Feijó estava dando a ela uma representação, uma memória de sua natureza.

Mas não era somente a escrita científica de Feijó que mostrava as riquezas do Ceará. Os ouvidores da capitania também escreviam Memórias sobre sua administração e mostravam, através das mesmas, seus bons préstimos à coroa lusitana, por meio de amostras de minerais e vegetais do Ceará. O texto do padre Telles também mostra as riquezas do Ceará. Ele dedica o seu trabalho a “Sua Alteza Real Príncipe Regente Nosso Senhor, Em honra e louvor as cinco chaga de N. D. Jesus Christo: composto por um indigno sacerdote índio nacional brasílico o mais humilde vassalo Francisco Telles de Meneses”.⁷¹ É de se esperar que o padre desejasse receber da Coroa uma benesse por seu trabalho. O que não sabemos se aconteceu. Seu texto merece análise por compartilhar de um imaginário social mais amplo, a crença de que o solo da província cearense era rico em ouro, prata e outros minerais.

⁷⁰ Na publicação da Revista do Instituto do Ceará de 1909 há dois extratos deste livro. Um sob revisão de Tristão de Alencar Araripe e outro trecho extraídos “Dos apontamentos para a Cronica do Ceará pelo Senador Pompeu”, e neste se encontra os seguintes dados sobre o Padre Telles: A obra do Padre Francisco Telles de Menezes Lima forma um volume em 4º, de 341 paginas, sob o titulo “Mapa curioso do novo descoberto”. Parte III da Lamentação brasílica Dividida em VI capítulos dedicados a Sua Alteza Real Príncipe Regente Nosso Senhor, Em honra e louvor as cinco chaga de N. D. Jesus Christo: composto por um indigno sacerdote índio nacional brasílico o mais humilde vassalo Francisco Telles de Meneses. Começado em 1799 na comarca do Ceará, e concluído em 1808 na freguezia de Pau dos Ferros, na ribeira do Apodi. O capitulo 2º fala do Ceará. (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, 1909, p.338). Ver também (ARARIPE, Tristão de Alencar. Letreiros Lapidares. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (RIC), tomo XIII, 1909, p-359-377.

⁷¹ Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1909, p.338.

Alguns trechos são emblemáticos da criatividade da escrita do padre Telles, mas não encontramos um pensamento sem limites e sem materialidade, porque tais ideias eram compartilhadas por praticantes locais ao acreditarem e buscarem nas terras da província o tão falado ouro. Entre textos e escritos, entre a oralidade e a lenda, criou-se um imaginário sobre o “El dorado cearense”. Escrevia-se sobre ele porque se falava que ele existia e se dizia de sua existência porque sobre ele se escrevia. Numa dialética entre fala e escritas se depararam os cientistas da Corte. Apesar do Brasil experimentar em meados do século XIX um momento de construção da nação e, portanto, de sua história, havia uma multiplicidade de memórias e narrativas vivenciadas e espalhadas pelo território nacional.

E não eram somente os cientistas da Corte que estavam em busca do ouro cearense. Na província, o povo também usava de seu saber na tentativa de encontrar e extrair ouro das rochas. Sobre a “ciência do povo”, Capanema registra a seguinte prática, realizada na ponta do Mucuripe, em Fortaleza:

Esse rochedo tem uma fenda no meio, e como se acha isolado, escondido entre o arvoredo, as histórias misteriosas não tardaram a chover. Houve caçadores de ouro que lá foram à meia-noite, despejaram azougue na fenda e esperaram que, correndo para o fundo, empurrassem para cima o precioso metal que lá morava; infelizmente, porém, este não subiu, e hoje ainda se vê em alguma concavidade de pedra uma ou outra gota do azougue infiel.⁷²

Ao verem cinco cientistas em viagem pela província os cearenses se sentiram ameaçados pelo “outro” em suas terras. Freire Alemão foi alvo de contínuas indagações:

(...) por toda a província éramos questionados, não pelo povo rude mas por gente de gravata lavada sobre as minas que havíamos descoberto; e mostravam-se incrédulos quando lhes afirmávamos que nada se havia achado, estando prevenidos de que só vínhamos buscar minas e riquezas, e que de tudo fazíamos segredo. Este preconceito pairava sobre nós, e nos fazia suspeita para com esta boa gente⁷³.

Em 1859, na saída do Jaguaribe, Freire Alemão relata o seguinte fato:

⁷² CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 267.

⁷³ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961. p. 311

Tomamos outra casa onde se acomodara a nossa bagagem. A terra miserável e sem recursos, ou certas vezes nos eram negados pela gente, que estava prevenida contra nós, e não nos olhava com bons olhos, havia se espalhado idéias extravagantes em todo o Ceará, a respeito da comissão e de seus fins. Éramos estrangeiros que vínhamos explorar a província para [a] entregar aos ingleses, em pagamento de nossa dívida, e outras coisas semelhantes.⁷⁴

Em 1860, em sua viagem do Crato a Pacatuba, novamente Freire Alemão se depara com os cearenses defensores das riquezas de sua “pátria”:

2 de abril: amanheceu, o céu anuviado, mas sem chuvas e prometendo bom dia. Às oito horas parti de Mari, ou Umari, e passando por algumas casas fui chamado para ver doentes. Numa delas uma mulher com duas filhas e uma nora se mostraram medrosas dos nossos trabalhos: andamos, diziam elas, medindo o Brasil (Ceará) e procurando as suas minas para o entregar aos ingleses, que vêm escravizar a todo o povo do Ceará. Mas gostei da nora, que me disse que elas e seus maridos, que são valentes, haviam [de] resistir como pudessem etc etc. Depois de ouvir falar a esta pobre gente, e graciei com eles, as dissuadi dessas tolices bobagens.⁷⁵

Segundo o imaginário popular, as riquezas da “nação” cearense deveriam ficar com o seu povo. Talvez, assegurando melhor seu torrão e suas potencialidades, o povo almejava independência:

O sonho desta gente é a sua independência, é o Ceará formando um Estado. Eles fazem uma idéia tão exagerada de sua província, que no seu entender é em tudo superior a das outras; e o seu estribilho é sempre “Dêem-nos chuvas, dois meses só, todos os anos, que o Ceará não precisa de nada e pode fartar a todo o império”.⁷⁶

Resistência idêntica sofreu o viajante inglês Koster em passagem pelo Maranhão em 1810. Segundo ele o povo se mostrava cauteloso por duvidar que um homem andasse pelos sertões apenas por “curiosidade”, suas impressões são as seguintes:

Tive grande dificuldade em convencer aqueles com quem conversava que não tinha negócios a tratar. Não compreendiam o motivo que levava um homem a aturar tantos incômodos, para passear, e tantos inconvenientes para divertir-se. Muita gente não se convenceu, certa de que eu dissimulava e teria planos sinistros.⁷⁷

⁷⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p.150.

⁷⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007. p. 117.

⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 83.

⁷⁷ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002, p. 131.

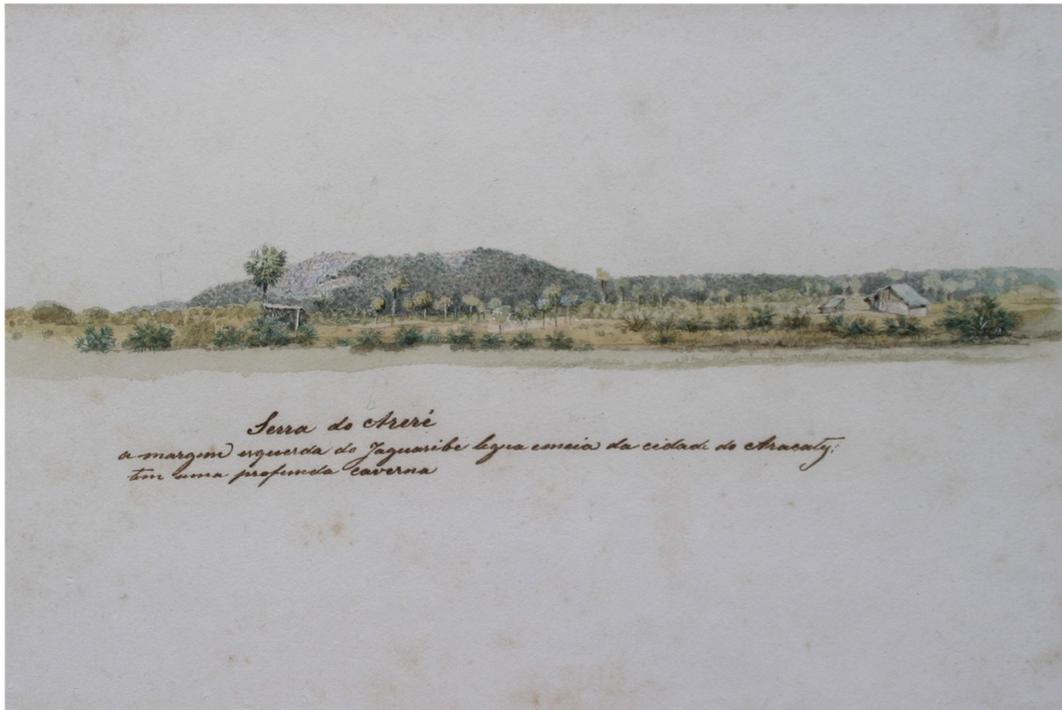
Existia no Ceará muitas lendas sobre ouro espalhado pela província. Estes tesouros eram indicados por letreiros de cor vermelha escondidos nas cavernas. Alguns lugares referendados por esses letreiros foram visitados pelos membros da Comissão Científica. Freire Alemão, em suas andanças pelo sertão, hospedou-se em vários lugares e adorava conversar com os provincianos sobre coisas da terra. Em uma dessas hospedagens, relata que:

Ontem à tarde, estando conversando com um sujeito cujo nome não sei, sentados à porta da botica do Teixeira e falando ele sobre a visita à gruta do Areré um dia que o pai do Franklin do Amaral, que morreu com 80 anos, em sua mocidade entrara ele só naquela gruta, o que foi de grande ânimo, pois naqueles tempos a gruta era tida como mal-assombrada. Disse mais que ele, um mano e outro sujeito entraram na gruta, não há muitos anos, que andaram por ela subindo e descendo.⁷⁸

Esta caverna, na Serra do Areré, margem esquerda do rio Jaguaribe, foi pintada por Reis Carvalho e integra as aquarelas que retratam a província cearense. A mesma caverna havia sido descrita por padre Telles como sendo uma caverna onde tinha “letreiros” escritos. O fato de cientistas da Corte, vistos como estrangeiros, andarem pela província descrevendo e desenhando lugares, onde segundo a crença popular acreditava haver ouro, pode ter contribuído para aumentar as suspeitas sobre os cientistas. Em Russas, os cientistas continuaram seus trabalhos de averiguar os letreiros e segundo Freire Alemão o zoólogo Lagos e Reis saíram primeiro, tendo de ir por diverso caminho para examinar e desenhar certas pedras que estão perto de Russas, notáveis pela sua posição e pelas figuras que têm pintadas de tinta encarnada e que são provavelmente do tempo dos índios.⁷⁹

⁷⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 78.

⁷⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 110.



Serra do Areré, à margem esquerda do Jaguaribe, légua e meia da cidade do Aracaty; onde há profunda caverna.

Em Russas se buscava a confirmação de tesouros onde a crença popular acreditava existir e onde a natureza exuberante e exótica despertava a atenção dos cientistas. Eles faziam sua rota em parte guiada pela tradição. Buscava-se através de uma observação empírica a confirmação ou não destas lendas, a existência ou não das *supostas* riquezas. Desejava-se a concretização destas “histórias” de solo rico em minérios, mas o meio de averiguar, de investigar, obedecia a métodos e observações científicas e à necessidade se observar *in lico*. A caverna do Areré teve que ser visitada, vista e descrita para somente assim ser avaliada. A lenda guiava o roteiro dos cientistas ao mesmo tempo em que os mesmos a transformavam em objeto de investigação científica.

Os jornais cearenses noticiavam o percurso dos cientistas e em nota sobre Russas, o jornal *Pedro II*, relata que “Nestas pedras havia inscrições cor vermelha, tidas, pelos crédulos como sinal de grandes tesouros enterrados pelos flamengos e por isso seus arredores se achavam profundamente

escavados”,⁸⁰ o que mostra que as notícias sobre as lendas faziam parte de uma repertório muito amplo de crédulos, uma vez que até os redatores dos jornais sabiam onde havia letreiros e o que eles significavam. O jornal *O Cearense* de 16 de dezembro de 1860 traz a seguinte nota: “O Dr. Capanema fez belos estudos geológicos no Cariri. Se os resultados não podem agradar ao publico, que sonha com minas de riquezas, e até mais doente dessa mania de thesouro, do que o padre Telles”. No caso do *O Cearense* a menção ao padre Telles se deve ao fato de o senador Pompeu manter, a princípio, relações amigáveis com os cientistas e ser membro atuante no mesmo jornal, uma vez que *O Cearense* era o jornal do partido liberal da província, partido onde atuava o Senador.⁸¹

Enquanto os jornais (liberais ou conservadores) mostravam os percursos da Comissão Científica e sua atuação, o jornal *O Sol* ironizava. Numa carta publicada no dia 10 de março de 1859 a comissão foi “tostada pelos raios d’O Sol”⁸² no seguinte poema:

A Comissão Explorante
Faz a palestra do dia
Todos querem à porfia
Ver as aventuras que dão
Estes sábios da nação

Alguns pacóvio entendem
Que o Ceará desta feita
Tão umbertosa colheita
De prata e ouro há de ter
Que há de vir aborrecer

Eu já tive quem me disse
Que roça mais não plantava,
Que engajar-se procurava
Almoceve ou bagageiro
Pro andar farto de dinheiro

⁸⁰ BRAGA, 1962, p. 68. O jornal *Pedro II* era o jornal pertencente ao partido Conservador. Para melhor entendimento sobre a atuação da imprensa no II Reinado na província cearense ver: FERNANDES, 2004.

⁸¹ Os “Apontamentos para a crônica do Ceará” que eram trechos da obra do padre Telles e que foram publicados sob o mesmo nome na Revista do Instituto Histórico do Ceará em 1909, segundo Renato Braga foram publicados no jornal *O Cearense*, não sendo localizados durante esta pesquisa (BRAGA, 1962, p. 349).

⁸² *O Sol* foi criado em 1852. Era um jornal literário, político e crítico. Tinha como lema: “Do cidadão a liberdade. Esse celeste thesouro não usurpam os mandões. Não se vende a peso de ouro” (STUDART, 1924). Um dos propósitos do *O Sol* era se opor ao governo provincial de João de Sousa. O termo “tostado pelos raios d’O Sol” era usado pelos redatores para se referirem às pessoas por eles criticadas.

Deus nos livre que a mania
A outros deste talão
Desgraça maior teremos
Do que este em que nos vemos.

Grande parte destas fabulações tem uma similitude com os textos do Padre Telles, o que nos sugere que seu manuscrito passou a circular oralmente entre os cearenses e passou a fazer parte da forma de perceber a região. Ouro de holandês espalhado por todos os lugares, botijas encantadas, ferros em árvores que apontavam para cavernas onde havia tesouros, animais estranhos e cavernas encantadas se faziam presentes neste escrito fantástico. Vale a pena algumas transcrições:

No riacho Palhano fazenda S. João há muito ouro; na serra Pereiro no lugar Saquinho o ouro está a flor da terra; assim como ao pé da mesma serra no lugar agreste; refere Joaquim Victoriano que perto da Telha, segundo lhe affirmara um mineiro, há ouro para se tirar a maxado; No serrote Pellado do riacho da Serra (no Quixelou) a ouro vem na raiz do capim; Em uma das cavernas da serra do Araripe, lugar Brejinho, dizem que há muita prata; Na Serra do Pereiro há uma gruta que destila salitre, e de sorte que chegando-se uma vela, encendeia-se todo; na serra dos Crióllos no Crato há um certo lugar que tem salitre, e enxofre.⁸³

Havia ainda animais estranhos como o “Carbúnculo”, que nas descrições do Padre “é um animal, quase como um carneiro, que traz uma pedra brilhante na testa e reflecte uma luz tão forte que se avista de legoas. Diz que nesta província havia muitos, mas que as seccas tem quase acabado; porem ainda apparecem alguns”. Havia “um vaqueiro andando no campo no lugar Páo-secco ao pé da serra diz que vio um índio gigante disforme, que depois foi visto por outros”.

Ainda segundo o documento do padre Telles “no lugar Coronzó no Inhamum, perto da serra grande os índios tirarão muito ouro; tambem no serrote do Taha da parte do riacho Puyu, que quer dizer rio do outro; n’outro serrote do Tahuá ao sul, ou sudoeste há tambem ouro”⁸⁴. Cito esta passagem sobre a possível existência de ouro em Tauá para analisar como estas memórias se perpetuaram na província cearense, sendo motivo de escrita por parte de Rodolfo Teófilo (1853-1932) em inícios do século XX. Rodolfo Teófilo

⁸³ RIC, 1909, p.337 (Grifo nosso).

⁸⁴ RIC, 1909, p. 340.

narra em uma de suas memórias um caso vivenciado por seu bisavô, que teria encontrado ouro em Tauá. Sobre as aventuras de seu bisavô Rodolfo Teófilo escreve que:

Para não estar inactivo, o que era incompatível com seu temperamento, explorava os terrenos na esperança de encontrar alguma jazida de ouro. Admira que Manoel Gaspar de Oliveira tivesse naquele tempo conhecimento de mineralogia. Que os tinha é facto; como os obteve, não sei. Em um outeiro próximo à villa do Tauhá, povoação naquelle tempo, encontrou indícios de jazidas de ouro à pouca profundidade do solo. Communicou o facto ao avô e este lhe offereceu vinte escravos para as explorações. A terra, com as entranhas rasgadas até o sub-solo, não dava esperança de ouro. A uma dezena de metros, misturados a uma ganga quartzosa, pedras finas: topazios, ametistas, rubis e algumas variedades de quartzos hyalino sem côr ou colorido e um pequeno diamante. Gaspar retirou as pedras e guardou-as. Em outra escavação, não muito distante, depois de uma profundidade de cerca de vinte metros, appareceu um filão aurífero rico em pepitas. À vista do metal, meu bisavô, em vez de alegrar-se, sentiu profunda tristeza. Guiado até aquelle momento pelo seu genio aventureiro não pensou que a sua descoberta pudesse trazer-lhe consequencias fataes. Reflectiu no perigo que se expunha, naquelles ermos, á discrição de gente barbara e sanguinaria, que não lhe tinha maior affeição, mostrando um tão grande thesouro. Fez aterrar a excavação, deu por findas as explorações e voltou a presença do avô, a quem entregou alguns kilogramas de pedras, algumas preciosas. O velho não quis acceitar os seixos, conforme chamou às pedras que lhe dera o neto (TEÓFILO, 2009, p.46-47).⁸⁵

Chama atenção na narrativa de Rodolfo Teófilo a riqueza de informações que o cronista dispõem em seu texto, o que mostra que a história deve ter sido contada várias vezes ao autor. Em alguns momentos a história parece entrar em sintonia com as lendas escritas pelo padre Telles. Há um cunho moralista, de negação da luxúria, mas há um lado de anedota também, beirando o fantástico. A história de busca pelo ouro em Tauá se passa em inícios do século XIX, sendo as lendas ainda vivas na tradição oral e repassadas como conto familiar, o que aconteceu nas memórias de Rodolfo Teófilo, que a escreveria em inícios do século XX.

Podemos perceber que grande parte da escrita de padre Telles se baseia em narrativas que possuem vinculação com a ocupação holandesa no Ceará em 1649 e sua fracassada busca por ouro na então capitania do Ceará.

⁸⁵ O livro *Scenas e Typos* foi publicado em 1919, mas não há datação nos vários textos diferenciados que compõem o livro. A história narrada por Teófilo se passa no início do século XIX, possivelmente na década de 1820. Em 2009 a Fundação Waldemar Alcântara publicou uma versão fac-similar do referido livro.

O aproveitamento do sal e da exploração das minas de prata da Serra de Maranguape constituíram a preocupação dos invasores, não sendo compensadores os resultados obtidos (ALVES, 2003, p. 9). Renato Braga explica que:

As notícias sobre as riquezas minerais do Ceará vinham dos primórdios da colonização. Corria que Martins Soares Moreno havia retirado metais preciosos de Itarema, nome que os índios davam a Serra de Taquara, contígua à de Maranguape. Nesse mesmo local, os holandeses, a mando de Matias Beck, durante cinco anos, de 1649 a 1654, tentaram sem resultado lavra da prata. Iguamente foram infrutíferas a suas prospecções em busca deste metal na Serra da Ibiapaba, para epilogouos lados do Camucim (...), por cerca de vinte anos os holandeses procuraram ouro e prata no Nordeste. A tentativa cearense epilogou o ciclo batavo de mineração, cuja lembrança não se apagou da memória popular. Esses invasores impressionaram de tal modo os nossos antepassados que ainda hoje a gente rústica atribui aos flamengos tudo que é fantástico, grandioso, fora do comum (BRAGA, 1962, p. 345).

As invasões holandesas ao Ceará no século XVII alimentaram o imaginário popular antes mesmo da escrita do padre Telles. Aqui podemos pensar com Paul Zumthor, quando este nos chama atenção para o fato de que,

admitir que um texto, num momento qualquer de sua existência tenha sido oral é tomar consciência de um fato histórico que não se confunde com a situação de que subsiste a marca escrita (...) além das evidências e da racionalidade de nossos métodos, há este resíduo: o múltiplo sem origem unificadora, nem fim totalizante... e cujo conhecimento pertence ao ouvido (ZUMTHOR, 1993, p. 35).

Não só o ver fazia parte dos métodos científicos, embora ele fosse de fator determinante, o ouvir também servia como guia em buscas de pistas e averiguações. Na verdade, o que contava mesmo era o transitar. O corpo em movimento apreendia e sintetizava as experiências em campo, uma escrita científica passava antes de tudo por uma viagem e por suas apreensões racionalizadas nas páginas que compõem o diário da cada viajante.

A invasão holandesa ao Ceará e sua malfadada exploração de prata na serra de Maranguape deixou marcas na oralidade dos cearenses. Para os provincianos, os flamengos são superiores em inteligência aos portugueses e deixaram tesouros escondidos em terras cearenses. No *Mapa Curioso do Novo Descoberto* encontra-se um item intitulado “Thesouros achados, e tirados”, onde escreve-se as seguintes histórias:

No lugar Agoa branca, diz um tal Luiz Freire de Andrade, que um hollandez velho pelo roteiro de um leteiro tirou um thesouro, e ausentou-se, deixando os vestígios do caixão; no lugar Villa-Velha (barra do Rio Ceará) no tempo do governador Antonio Jose Victoriano desembarcarão a noite uns Olandezes, e tirarão um grande thesouro, que estava enterrado entre duas arvores; no caminho do Siupe, junto a pedra que tem leão esculpido, tirarão thesouro; em 1760 um navio Olandez veio a costa, e sua gente arrancou um grande tesouro, e retirou-se; na barra do Paripueira os Olandezes saltarão a noite, e sacarão dois caixões que estavam enterrados entre arvores.⁸⁶

Se no início do século XIX, quando Padre Telles realiza a coleta das lendas do ouro, os holandeses eram vistos como os invasores e usurpadores das riquezas do Ceará, em 1859, eram os membros da Comissão Científica que carregavam tal estigma e que poderiam repetir a história dos “Thesouros achados, e tirados”. Pois alguns dos lugares descritos como contendo tesouros encantados foram visitados pelos cientistas, uma vez que Freire Alemão trouxe consigo os escritos do padre Telles. O primeiro contato com este documento e os cientistas se deu logo após a sessão de 30 de maio de 1856 (no IHGB), quando Lagos propôs a criação da Comissão Científica. O Dr. Maximiano Marques de Carvalho ofertou um manuscrito em 4 volumes intitulado *Lamentação brasílica*.

Juntamente com o texto do Senador Pompeu, contendo as transcrições do Padre Telles, publicados na Revista do Instituto Histórico do Ceará em 1909, acompanha, na mesma revista, outra parte do documento *Mapa do Novo Descoberto* sendo desta vez comentado por Tristão de Alencar Araripe, intitulado *Letreiros Lapidares*. Neste trecho do documento encontram-se os lugares por onde o padre “nas suas incursões ia memorando as tradições relativas a esses tezouros”, nas palavras de Araripe. Alguns lugares, principalmente cavernas, mostravam “letreiros roxos” e desenhos estranhos, que segundo a tradição oral eram sinais de tesouros. Cito alguns trechos:

(...) e d'esta fazenda [Curú] para baixo, buscando o Siupé, à beira das estrada dizem estar um leão esculpido em uma pedra, perto da qual, ao pé, se axou um fôssso, donde se julga se sacou tezouro; Serra, do defunto José Rodrigues, em altura da Varge da Vaca. Refere José Ferreira, pardo, morador nos Barreiros, n'esta serra, a qual fica d'altura da Varge da Vaca, há um leteiro em uma pedra, a qual tocando-se, tange como sino.⁸⁷

⁸⁶ RIC, 1909, p.357.

⁸⁷ RIC, 1909, p.351.

Tanto os holandeses como os membros da Comissão Científica são descritos da mesma forma. É de se notar que os cientistas também seguiram um roteiro já percorrido anteriormente pelo padre Telles o que mostra o quão vivo eram estas lendas, pois ainda subsistiam em 1859 as mesmas narrativas coletadas em 1806 pelo padre.

Ainda no texto transcrito por Araripe encontra-se o seguinte: “Taquirá, serra do Maranguape, n’este lugar há uma pedra alta, faceada, quadrangular, e no plano de seu tecto está esculpida uma cruz”. A relação com a cruz e na serra, supõe um possível marco de tesouro escondido pelos padres. Em 1859, em visita a Aquiraz, Freire Alemão observa que “o chão da igreja e do claustro tem sido revolvido profundamente pelo povo, e talvez pelas autoridades, cuidando acharem-se ali tesouros escondidos pelos padres.”⁸⁸

Sobre os letreiros roxos do qual fala o padre Telles, Freire Alemão descreve um fato, acontecido em São Benedito:

Terminada a missa uns meninos muito espertos afirmaram-nos que ali não muito longe existiam letreiros em uma pedra. Dirigimo-nos todos para lá e muita gente da melhor que ali estava nos acompanhou; os pequenos, chegando ao rio (Salgado), que está seco e só com poças e tem aqui o fundo de rochas, mostraram-nos o que eles chamam letreiros: era uma veia de quartzo que tinha na rocha e que, fendida em várias direções, apresentava-se a quem não sabe ler como uma linha escrita. O Lagos logo viu o logro [e] gritou: “É deste menino, quero atira-lo na água “. Os meninos se esparramam num momento e tudo dá em galhofa.⁸⁹

Não era somente o povo “ordinário” que acreditava em solos minados de ouro. Os intelectuais da província, se não acreditavam em tais riquezas, ao menos escreviam sobre elas. Em 2 de novembro de 1861 o jornal *O Araripe*⁹⁰ noticiava a seguinte nota:

⁸⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006, p.47.

⁸⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006, p. 220.

⁹⁰ Editado o primeiro número em 7 de julho de 1855 *O Araripe* dizia-se “destinado a sustentar as idéias livres”, proteger a causa da justiça e propugnar pela fiel observância da lei e interesses locais, tendo sob a redação principal o jornalista João Brígido dos Santos (STUDART, 1924, p. 26). João Brígido manteve uma boa relação com os cientistas do IHGB durante sua permanência no Ceará, tendo doado uma coleção do seu periódico para a biblioteca do IHGB. Em 1862 foi aceito como membro da instituição sob proposta de Capanema e Lagos (notícia vinculada no próprio jornal de João Brígido. Cf: *O Araripe*: 27/09/1862).

DICCIONARIO TOPOGRAPHICO: Fomos obsequiados pelo Sr. Dr. T. Pompeu de Sousa B. com um exemplar do seo dictionario topographico e estatistico do Ceará: Obra muito recomendavel aos que se interessão pelas cousas da provincia, e que, com justiça, foi admittida como um dos escriptos mais uteis destes ultimos tempos. O Sr. Dr. Pompeu tem sido incansavel em fazer conhecido o Ceará, e só elle tem conseguido muita cousa neste sentido. A seos esforços devemos a consideração, em que o Ceará é hoje tido como entre as demais provincias. Elle tem feito conhecer todos os seos elementos de riqueza, sua adiantada civilização, a belesa e recursos de seu solo, e finalmente quanto é susceptivel do maior incremento e prosperidade. Seos escriptos e ultimamente a exposição dos arte-factos e productos naturaes que acaba de faser o Sr. Dr. Lagos habilitão o resto do imperio para conhecer melhor o Ceará do que muitas das opulentas provincias.O dictionario topographico existe á venda nas livrarias da capital.

Os estudiosos e intelectuais cearenses informavam e mostravam os progressos do Ceará ante as demais províncias do império brasileiro. Quantificavam e localizavam-se as riquezas locais. Uma topografia das potencialidades do Ceará passava por uma escrita que localizava e mostrava cada rincão da região. A geografia e a estatística unidas davam corpo à província. O Ceará mostraria que sua maior riqueza seria a contribuição para a prosperidade da nação. Desta forma, no Dicionário Topográfico, nossas riquezas se fizeram conhecer através do seguinte subitem do verbete província do Ceará:

Produção, industria e comercio - Na parte mineralógica encontra-se ouro em várias pontes, prata, plumbagina, chumbo, ferro, antimônio, amianto, arsênico, antrocita, mármore, calcareo, porphyros, diversos crystaes e salinas em toda a costa.entre as plantas, muitas medicinais.⁹¹

Os intelectuais cearenses resolveram usar como instrumento de enaltecimento da província as ideias sobre o solo rico em ouro. Senador Pompeu escreveu, através de seu conhecimento geográfico, sobre a existência de ouro no Ceará. O mesmo ocorreu em relação ao conhecimento histórico, pois Tristão de Alencar de Araripe, em 1867, insiste em publicar a existência de ouro nestas terras. Tristão Alencar Araripe indica as riquezas desta província ao dizer da existência de suas potencialidades minerais tais como ouro, prata, zinco, salitre, pedra-hume⁹². Se o que despertou o olhar da corte para as

⁹¹ BRAZIL, T. P. De Souza. Dictionario *topographico e estatístico da provincia do Ceará*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1861, p.27 (grifo nosso).

⁹² ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958, p.53.

províncias do norte foi o ouro, foi com este mesmo “metal” que os intelectuais desta província construíram o seu discurso. Esses livros/discursos nos podem servir de análise sobre o projeto político desenvolvido pela citada intelectualidade cearense. Foucault nos sugere pensar a correlação de forças existentes na produção e circulação dos discursos. Para este filósofo, a escrita deve ser entendida dentro de um campo de saber/poder. O livro não é um simples reflexo da mentalidade do autor,

Por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que o interrogamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo de um complexo de discursos (FOUCAULT, 1997, p.26).

Estudiosos cearenses buscavam uma narrativa onde a província ocupasse um lugar singular entre suas irmãs. Desejava-se demarcar suas particularidades através de sua natureza e riquezas. Neste sentido, mobilizaram-se os intelectuais cearenses na tentativa de criar e delimitar um passado e um presente para o Ceará, inserindo-o na nação que se pretendia consolidar. O ouro que vinha das tradições era a riqueza que o Ceará daria para o futuro do país. Em 1867, quando Araripe publica seu livro sobre a história da província cearense “dos tempos primitivos até 1850” seu desejo era assinalar as particularidades da província cearense e inseri-la na nação através de uma escrita histórica. Para o autor, “cumpre assinalar o caminho que trilhamos na pomposa marcha do povo brasileiro e mostrar a parte que tivemos na obra de nossa majestosa nacionalidade”.⁹³

Freire Alemão relata que era mania do povo da terra (os cearenses) acreditar que o solo era cheio de ouro. Em sua viagem do Aracati ao Icó, o botânico relata que,

(...) em caminho encontramos um sujeito, que vinha muito depressa; passou por mim olhando-me com atenção e parou a conversar com o meu ordenança, depois volta e se dirige para mim, parei e nos saudamos: era o proprietário da casa em que dormimos que, tendo notícias da nossa chegada a sua casa, vinha encontrar-nos. Andamos juntos por algum tempo e entre várias conversas se mostrou sentido de não estar em casa porque tinha no seu sitio um lugar com indícios de haver ali alguma mina. É a mania da terra: todos julgam ter em seus domínios minas e tesouros

⁹³ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Dos tempos primitivos até 1850, 1958, p. 64.

escondidos⁹⁴ (...). Em Lavras contaram maravilhas de achados de ouro aqui e enfim desfizeram-se em elogios ao território de Lavras, que, dizem eles, nunca sentiu seca, nem em 1845 a seca se fez sentir aqui⁹⁵.

Em 1861, Freire Alemão registra em seus diários uma de suas leituras. Nela há uma forte crítica à ciência nacional e aos trabalhos realizados pela Comissão Científica. Ele transcreve em seu diário o trecho onde se segue a crítica e aqui a transcrevemos novamente:

Agora estando eu lendo a Corografia histórica &&... do Dr. Melo Moraes, aí encontramos no Tomo 2º, pág. 449 o seguinte: O governo do Brasil, até agora, só se tem limitado a gastar com mão largas, e improficuamente não só com o fantasma da colonização, como com outras coisas de nem uma utilidade, como por exemplo, a viagem científica, aparatosamente decretada que o resultado provável há de apresentar, é de envergonharmos com o estrangeiro. Não era mais proveitoso mandar-se colonos para o cultivo das serras, que uma comissão a apanhar borboletas, e ossos de animais esbrugados pelos urubus? Se a comissão científica fosse explorar as minas de metais preciosos e diamantes para nos dar um verdadeiro conhecimento das riquezas naturais delas; demarcar topograficamente o continente brasileiro, para facilitar aos geógrafos o conhecimento da nossa terra, mui proveitoso seria, porém gastar-se tanto dinheiro com a classificação das plantas já por demais estudadas⁹⁶.

A nota parece ter chocado Freire Alemão a ponto dele a transcrever para seu diário, como forma de delimitar o que se falava sobre seus trabalhos, e era também uma forma de se informar das críticas para elaborar possíveis defesas. Na citação fica clara a pouca compreensão do campo científico nacional, pois as plantas e animais já haviam sido, segundo o crítico, catalogados por estrangeiros. Cabia aos cientistas nacionais dar novas informações sobre nossas riquezas, tais como ouro e diamantes. Esta insistência pela busca de ouro em terras brasileiras não fazia somente parte de uma idéia regional ou um desejo nacional. Hobsbawm faz uma breve análise sobre a descoberta de ouro na Califórnia e as conseqüências que a difusão deste caso provocou na dinâmica social de muitos países:

Em janeiro de 1848, um indivíduo chamado James Marshall descobriu ouro no que parecia ser uma vasta jazida em Sutter's Mill, perto de Sacramento, na Califórnia, uma extensão ao norte do México que havia sido anexada

⁹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 133.

⁹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007. p.83.

⁹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire 1861, Mimeo, Fl. 247-248 (Grifo nosso).

aos Estados Unidos pouco tempo antes, sem significação econômica exceto para uns poucos fazendeiros e rancheiros mexicanos-americanos, pescadores comuns e de baleias, que usavam o conveniente porto da baía de San Francisco, onde florescia uma pequena cidade de 812 habitantes brancos. Como esse território fazia face ao Pacífico e estava separado do resto dos Estados Unidos por grandes cadeias de montanhas, pelo deserto e pela planície, suas atrações e evidente riqueza natural não eram de imediata relevância para as empresas capitalistas, sendo, porém, reconhecidas. A corrida do ouro mudou rapidamente esta situação. Por outro lado, “um dos resultados mais extraordinários dessa descoberta maravilhosa é o impulso que deu as empresas do Celeste Império. Os chineses, até então as mais impassíveis e domésticas criaturas do universo, haviam começado uma nova vida nas minas da Califórnia e para lá se dirigiram aos milhares”. Em 1849 havia ali 76 chineses; no final de 1850, 4 mil; em 1852, não menos de 20 mil e, por volta de 1876, cerca de 111 mil, ou seja, 25% de todos os habitantes não-californianos do Estado (HOBBSAWM, 2005, p. 96 e 99).

Esta corrida em busca do ouro californiano movimentou muitos portos espalhados pelo mundo, levando milhares de pessoas a migrarem para a América do Norte numa espécie de descoberta do interior do continente (no caso o oeste americano). Havia uma dinâmica na Corte que se atrelava à corrida americana pelo ouro. Alencastro, em seu estudo sobre a movimentação da cidade do Rio de Janeiro no Império, analisa que:

Parte da movimentação internacional criada na corte nos anos 1850 resultou também do efeito direto da corrida do ouro na Califórnia. Como não havia o canal do Panamá, aberto só mais tarde em 1914, nem as estradas através dos Estados Unidos, apenas duas rotas ligavam Nova York a San Francisco. Ia-se de navio até a Costa da América Central, passava-se o istmo do Panamá (então território colombiano) em lombo de burro e depois se embarcava, no Pacífico, noutro navio para a Califórnia. Ou se fazia a viagem inteira de navio, descendo a América do Sul do lado do Atlântico até o cabo de Horn, para depois subir pela costa do Pacífico. Nessa rota, a escala na Bahia e no Rio ocorria com frequência. Um relatório da embaixada francesa na corte informa: “a febre amarela do ouro [...] traz ao Rio, cada dia, em escala, navios americanos carregados de emigrantes para a Califórnia”. Mais de 8 mil americanos já haviam passado pela baía de Guanabara nos primeiros cinco meses de 1849 (ALENCASTRO, 1997, p.34).

O “el dorado” cearense não se confirmou. A ciência nacional ainda titubeava entre experiências nos sertões e críticas na Corte. Na década de 1850, com a corrida do ouro nos Estados Unidos, a agitação no porto do Rio de Janeiro e a criação da Comissão Científica em 1856 contribuíram para aumentar as expectativas de descobertas de ricas jazidas de metais preciosos em solo nacional, e quando esta não veio, os cientistas começaram a ser

cobrados por resultados positivos. Gonçalves Dias, já em 1860, mostrava-se insatisfeito com as cobranças feitas à Comissão. Em carta ao *Jornal do Comércio*, datada de 12 de abril de 1860, desabafa (ou ironiza):

Mal se compreenda como se tenha feito alguma coisa, sem se haver descoberto meia-dúzia de minas de ouro ou de prata pelo menos. Os de lá ainda se contentariam com qualquer califórnia, os daqui, porém, mais ambiciosos ou mais exigentes, querem já o ouro pronto, em barra ou moeda, para não haverem muito trabalho em juntá-lo, com prego torto fincado na árvore, cacos aos montes, e letreiros ininteligíveis, que tudo isso é sinal de Ter andado flamengo na terra (BRAGA, 1962, p. 68) (Grifo nosso).

Como as minas de ouro não foram encontradas, críticas aos trabalhos da Comissão Científica começaram a aparecer. O senador Dantas fazia duras críticas aos cientistas. Dizia-se que o governo gastava somas fabulosas ao enviar para o sertão uma comissão científica para pegar borboletas. Daí, já no período de atuação da Comissão Científica, este nome virou marca: “Comissão das Borboletas”. Parecia para muitos incompreensível a atividade de pesquisa de cunho naturalista no país. No enredo do livro *Inocência*, 1872, o naturalista alemão Meyer causa espanto ao justificar suas viagens a caçar “borboletas” pelo sertão. Assim se dá a apresentação do naturalista por José, seu auxiliar, a Pereira, um sertanejo:

O Sr. Aqui é doutor, disse ele apontando para o alemão e dirigindo-se para Cirino../Doutor? Exclamou este com despeito/sim, mas doutor que não cura doenças. É alemão, lá da estranja, e vem desde a cidade do Rio de Janeiro caçando *Anicetos* e picando borboletas../*Borboletas?* interrompeu com admiração Pereira” (...). Segue Pereira momentos depois: “Mas agora me conte, perguntou Pereira com ar de quem queria certificar-se de coisa posta muito em dúvida, deveras o senhor anda palmeando estes sertões pra fisgar *anicetos*? (TAUNAY, 2004, p.55).

Mas nenhum outro evento foi mais criticado do que a vinda de catorze dromedários de Argel para o Ceará.⁹⁷

A importação de camelos já tinha sido planejada anteriormente pelo governo do Ceará, pela lei 63, de 25/08/1837, do presidente José Martiniano de Alencar, que autorizava a mandar vir das Canárias ou Egito (por Gibraltar) dois

⁹⁷ Em 1995 a escola de samba carioca, Imperatriz Leopoldinense, narra no Sambódromo, através de seu samba enredo “Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube.... lá no Ceará” as aventuras da Comissão Científica, tornando-se a campeã daquele ano.

casais de Camelos. A lei, no entanto, não chegou a ser executada (PORTO ALEGRE, 2006, p. 138). O “oásis do deserto”, como Capanema chama os dromedários, fazia parte de um projeto a nível mundial de aclimação de alguns animais das mais variadas partes do globo. Por influência da Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris, que tinha Capanema como seu representante no Brasil, a experiência de aclimação de dromedários já vinha sendo realizada com sucesso nos Estados Unidos e Austrália. Sendo positivo os resultados nestes países, o Brasil tentaria obter o mesmo êxito. Os dromedários, sendo designados na imprensa local por camelos, aportaram em Fortaleza a 24 de julho de 1859. Em 26 de julho noticiava o jornal *O Cearense*:

CAMELLOS - Chegou de Argel com 28 dias a barca franceza “Stlandede” condusindo 14 camellos encomendados pelo governo imperial para esta provincia. Chegarão todos vivos, e vierão 4 Arabes para tratar delles. A barca conduz mais para o Rio alguns cavallos arabes, encomenda do Imperador (O CEARENSE, 26/07/1859).

Em matéria do dia 29 do mesmo mês os editores do jornal ainda divulgavam e elogiavam tal empreitada e seus possíveis resultados para o país:

Amante de nosso paiz, e verdadeiro entusiasta de todos os beneficios, e melhoramentos que tendem a desenvolver a nossa prosperidade, agradecemos ao governo imperial, ao Sr. Dr. Capanema, a Sociedade de Acclimação de Paris, e a Mr. Ferdinand Dinis a introdução dos dromedarios em nossa provincia, e fazemos votos a Deos para que sejamos tão felizes neste ensaio, quanto tem sido os Americanos, e os Javaneses (O CEARENSE, 29/07/1859)..

Mas nem todos elogiaram a vinda dos dromedários. O jornal literário *O Sol* aproveitou da situação para atacar o presidente da província, João Silveira, seu principal alvo de críticas. Na realidade, os editores do jornal *O Sol* não eram a favor ou contra a vinda dos animais, mas o fato serviria para alimentar polêmicas que acabavam desgastando a já cambaleante imagem dos cientistas. Em nota de 28 de julho de 1859 o jornal ironiza:

Grandes Novidades.

No dia 24 pelas 3 horas da tarde teve começo o desembarque dos 14 camellos na praia desta cidade; o que causou expectação foi ir S. Exc. o Sr. João de Sousa em pessoa honrar os novos hospedes dessa provincia. S. Exc. já n’outra occasião assistio ao desembarque do trem da Commissão Scientifica cujo serviço de polpa mandou decantar nos jornaes

do Rio de Janeiro; agora assiste ao desembarque dos camellos, e naturalmente mandará celebrar o nosso serviço pela imprensa do Rio. A época das governanças provinciaes costuma ser marcada por um facto contemporaneo de maior vulto, a do Sr. João de Sousa ficará designado na posteridade pela vinda dos camellos. Quando nossos netos quiserem trazer a memoria a desgraçada época do governo de João de Sousa aos seus descendentes, não repetirão o anno, mas dirão que foi no tempo da vinda dos camellos para o Ceará, e assim camellos e João de Sousa serão ideas associadas (O SOL, 28/07/1859)..

A curiosidade e as polêmicas envolvendo os dromedários foram muitas. Discutia-se sobre quem recairiam as responsabilidades de se cuidar dos animais, se caberia aos cientistas ou a alguma autoridade. Cabe ressaltar que vieram quatro árabes para cuidar dos dromedários, mas nenhum falava português e ninguém na província falava árabe. No meio de tantas confusões, um dromedário fugiu e foi parar em Arronches (atual bairro da Parangaba, que à época era muito distante da circunscrição da cidade de Fortaleza). Capanema assim narra o fato:

Um dos quadrúpedes fugiu; só no dia seguinte foi encontrado perto de Arronches onde, por mera casualidade, escapara aos bacamartes que estavam carregados para dar cabo do anticristo, como chamaram a esta insólita aparição. Felizmente um cidadão dos que freqüentavam o Dr. Coutinho lembrou-se de ter ouvido a este uma lição de zoologia em que o camelo era descrito com tal detalhe, e isso bastou para ser logo reconhecido o bicho, e como fosse tratado de feio, porém amável, inofensivo e muito útil, o bom do arronchereiro conseguiu convencer aos seus vizinhos que naquela pele não se achava metido nenhum diabo, mas sim uma alma muito inocente. E foi o que lhe salvou a existência.⁹⁸

Um dos dromedários saiu gravemente ferido em viagem a Baturité. Os cientistas foram acusados de sobrecarregar o animal, gerando novas polêmicas. Capanema, de forma satírica, narra esta passagem:

Procuraram acelerar o passo; o camelo parecia mover-se lentamente, porém um homem só correndo o podia acompanhar. Vencia-se muito caminho, mas, com as passadas largas, o camelo baixava e alteava alternadamente o corpo, e isso com sofrível rapidez, de modo que as tripas dos cavalheiros, ou antes cameleiros, eram sacudidas de um modo insupportável. Só tripa de mouro agüentaria impunemente os tais choques. Não quiseram mais experimentar o trote e o galope desses bichos, deram-se por satisfeitos com a marcha mais lenta.⁹⁹

⁹⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p, 297 (Grifo no original).

⁹⁹ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p, 300.

Segundo Marco Antônio Villa, dois anos depois, apesar do entusiasmo inicial, os resultados deixavam a desejar. Dos catorze dromedários só restavam cinco, e duas crias nascidas no Ceará¹⁰⁰. Em 1862 só restavam dois casais, sendo três que vieram da África e uma dromedária que nascera no Ceará. Em 1864 havia ainda três dromedários na província cearense. O fracasso da experiência não era admitido oficialmente. Em 1867, seguindo as determinações do ministro das Obras Públicas, o governo provincial colocou em haste pública os quatro dromedários que permaneciam na fazenda do Coronel Francisco Fidélis Barroso. Em 1865 o governo reconhece o fracasso da tentativa de aclimatação destes animais, sendo desde então não mais mencionados nos relatórios de presidente de província. Os dromedários restantes, segundo a tradição oral, teriam morrido em meados de 1870 (VILLA, 2000, p. 35-36).

Os gastos com os dromedários serviam de pretexto para que na capital do Império brasileiro se atacasse a Comissão Científica. As supostas riquezas minerais, principalmente ouro e prata, não se confirmavam. Poucas notícias eram dadas sobre sua atuação na província cearense, fazendo com que opositores ao governo ou inimigos pessoais dos cientistas os atacassem na imprensa carioca.

Ouro em rochedos onde se encontravam letreiros de cor vermelha, lendas de tesouros encantados, pregos em árvores que apontam para cavernas encantadas, ouro que vem na raiz do capim. Essas foram as histórias que os cientistas seguiram em suas rotas. Ciência e lenda não estavam dissociadas no Ceará de 1859, pelo contrário, o saber popular direcionou em parte o roteiro dos cientistas do IHGB. “No lugar do ouro lendário, os cientistas encontraram um território abundante e miserável, que não obstante, em 1824 tinha proclamado, por forças das suas elites políticas, a República no Brasil. Por tudo isso, não havia dúvida para o império: a província do Ceará deveria ser melhor conhecida” (RIOS, 2006, p.23).

¹⁰⁰ Dos catorze animais que chegaram ao Ceará, dez eram fêmeas e quatro machos. Algumas chegaram prenhes.

2.3. O VAQUEIRO

Na escrita sobre o passado cearense poucos personagens foram tão lembrados e descritos como a figura do vaqueiro. O termo passou a ser associado ao sertão e a seu modo particular de vida. A palavra vaqueiro é sinônimo de coragem e liberdade. Figura emblemática, o vaqueiro vai se constituindo ao longo do tempo como uma das figuras símbolos da povoação do sertão selvagem.

A entrada, pelos vaqueiros, sertão adentro estava associada às demandas geradas pela economia da metrópole portuguesa. Os rebanhos, destinados ao abastecimento interno e à exportação, que necessitavam de grande quantidade de terras para o criatório extensivo, foram empurrados para o sertão – num processo que se inicia no século XVII (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p.25).

Em 1701, o rei de Portugal, atendendo às exigências dos senhores de engenho, estabeleceu que a criação de gado somente poderia ocorrer a partir de dez léguas do litoral. Esta determinação foi fundamental para o desbravamento do interior cearense. Os rios eram os caminhos preferidos dos boiadeiros, às margens dos quais surgiram os primeiros núcleos de ocupação na capitania do Ceará. E nessa ocupação, destacava-se a figura do vaqueiro, homem forte que lidava com as adversidades da natureza, cuidava dos rebanhos e administrava a fazenda na ausência do fazendeiro. A atividade ligada ao pastoreio vai gerando aos poucos a imagem de seu protagonista, o vaqueiro.

Segundo Tânia Brandão, o vaqueiro vai aparecer em vários momentos da construção da imagem do sertão. Seja em fontes oficiais ou literárias, sua presença vai se afirmando como o portador da cultura sertaneja. Ele “apresenta-se como consistente objeto de investigação histórica sobre o sertão nordestino. Graças à importância desta figura no conjunto da sociedade que se formou com base no criatório bovino, o vaqueiro é um tradicional símbolo desta parte do Brasil” (BRANDÃO, 2008, p. 126-127).

Ele vai ser o personagem associado e ligado diretamente ao sertão, o típico homem “sertanejo”. Outras imagens e observações menos românticas também foram feitas sobre os vaqueiros, mostrando que sua vida no sertão

não corresponde a uma imagem idílica. Maria Graham, no seu *Diário de uma viagem ao Brasil*, escreve uma passagem sobre uma família de sertanejos, saindo do Recife para o interior, com a qual a visitante inglesa se depara por acaso em 27 de setembro de 1821:

As famílias que encontramos formava um grupo muito pitoresco: os homens vestidos de couro dos pés à cabeça. A jaqueta leve e as calças são tão apertadas como as roupas dos mármores de Egina, e produzem mais ou menos o mesmo efeito, o pequeno chapéu redondo tem a forma do pétao de Mercúrio. Os sapatos e polainas da maior parte eram excelentemente adaptados para a defesa das pernas e dos pés no cavalgar por entre as asperezas. O tom geral do conjunto era um belo castanho queimado. Fiquei aborrecida porque a mulher do grupo vestia uma roupa evidentemente à moda francesa. Estragava a unidade do grupo. Ia montada por trás do homem principal, num dos pequenos e espertos cavalos da terra (GRAHAM *apud* SÜSSEKIND, 1990, p.25).

A moça à francesa que “estragava a unidade” nos sugere indícios de contradições que norteava a vida no mundo pastoril. A vida nas fazendas era marcada pela contradição, pela exploração e pela pobreza, mas o que prevaleceu foi a imagem do vaqueiro como homem forte e errante, daí a figura do homem livre que corre o sertão e que marcaria parte da literatura sobre o sertanejo. E será sob esta ótica que se dará o encontro dos membros da Comissão Científica e o vaqueiro.

Há uma passagem no romance *Luzia-Homem de Domingos Olimpio*, publicado em 1903, onde o encontro entre Comissão Científica e o vaqueiro é citada de forma emblemática:

Rouolino, que estivera a parte, examinando o animal enfermo, com olhares magistrais de conhecedor, aproveitou o ensejo para encontrar uma de suas anedotas (...). Era por volta da era sessenta. Não me lembro bem o ano; só sei que eu era rapazote, pelo tope dos doze. Andava por estes sertões uma comissão de doutores, observando o céu com óculos de alcance, muito complicados, tomando medidas das cidades, povoações e apanhando amostras de pedras de barros, ervas e matos, que servem para meizinhos, borboletas, besouro e outros bichos. Os maiores dessa comissão eram homens de saber, Capanema, Gonçalves Dias e Gabaglia, um tal Freire Alemão e um doutor médico chamado Lagos e outros. Andavam encourados como nós vaqueiros, davam muitas esmolos e tiravam, de graça, o retrato da gente, com uma geringonça, que parecia arte do demônio. Apontavam para a gente o óculos de uma caixinha parecia gaita de foles e a cara da gente, o corpo e a vestimenta saiam pintados,

escarnados e cuspidos, num vidro esbranquiçado como coalhada (OLIMPIO, 1998, p. 155-156).¹⁰¹

Cientistas errantes, com maquinários estranhos a registrar tipos e paisagens, ao mesmo tempo em que eram também objetos de curiosidade e estranhamento por parte da população local. O autor continua sua narrativa e nos informa sobre a hospedagem dada à comissão por um velho sertanejo.

Ali pelas sete horas disse a eles [os cientistas] o velho [vaqueiro]: “achava melhor vossa senhorias passarem cá para dentro, porque vem aí um pé-d’água de alagar”. Ora, os doutores, que sabiam tudo e adivinhavam pelas estrelas as mudanças de tempo, zombaram do aviso; saíram para o terreiro e olharam para o céu, sempre limpo e claro, para verem o que diziam as estrelas. O mais sábio deles, o doutor Capanema, disse que o velho estava sonhando com chuva, mania de sertanejos, que não pensam noutra coisa. Teimaram em ficar no alpendre... Quando estavam ferrados no sono, ali pelas onze horas, acordaram debaixo d’água. De manhã, antes de deixarem o rancho, foram agradecer a hospedagem, e um deles perguntou ao velho; “como é que vossa senhoria percebeu sinais de chuva, que escaparam a nós outros científicos, envergonhados do quiro de mestre que nos deu?” O velho sorriu, e respondeu: “É muito simples tenho ali no cercado, um burro velho que, quando está se formando chuva, rincha de certo modo: é aquela certeza”. O tal de Gonçalves Dias, pequenino, muito ladino e esperto, começou a bulir com os outros, dizendo a eles: “Estamos numa terra, onde burros sabem mais que astrônomos” (OLIMPIO, 1998, p. 155-156).

O que chama a atenção na descrição feita por Domingos Olimpio é o estranhamento entre saberes diferentes no mesmo espaço. Enquanto o sertanejo entende o mundo através de sua experiência direta com a natureza, os cientistas usam do saber científico e de seu maquinário para entender o mesmo objeto: a natureza. Enquanto o primeiro se entende inserido no meio natural e percebe de forma direta suas mudanças, o segundo concretiza o projeto científico do século XIX, que seria a separação entre o homem e a natureza, esta subjugada à racionalidade daquele. Distanciando-se do mundo natural, o homem pôde fazer da natureza seu objeto de estudo, desenhando, escrevendo, fotografando e falando sobre um mundo exterior a ele.

Nas monografias escritas pelos membros da Comissão Científica, não há nenhuma dedicada ao modo de vida do homem sertanejo. Foram

¹⁰¹ A primeira edição deste livro é de 1903. Existe algo de interessante nesta passagem citada, pois ela parece ser mais um relato, uma lembrança do próprio autor, pois Domingos Olimpio nasceu em 1850, quando a Comissão por aqui passou. O autor tinha um pouco menos da idade por ele citada.

registradas notas dispersas e rápidas, raramente demoradas em alguma análise. O registro acompanhava a agilidade dos viajantes que, no caminho de uma cidade a outra, paravam para pedir hospedagem nas casas desta gente, onde segundo se dizia, era do “costume do cearense” dar hospedagem no alpendre da casa a quem pedia pouso. A dormida se resumia ao alpendre, uma vez que o estranho não podia ter acesso ao mundo íntimo da casa, principalmente os quartos. Zelava-se pela integridade e honra das moças, uma vez que os defloramentos faziam parte do cotidiano, sendo constantemente caso de brigas e assassinatos. Era motivo de estranhamento e distanciamento também a vergonha com que algumas pessoas recebiam os cientistas. A pobreza inibia maiores contatos promovidos pelo acanhamento de algumas famílias. Capanema em uma de suas incursões, para em uma casa e pede leite. A senhora ensaiou uma tentativa de negação por vergonha de não ter copos:

De caminho os nossos viajantes tiveram de experimentar os efeitos de um desses acanhamentos que por aqui é freqüente entre o povo, e mais de uma vez terão de dar com ele onde menos lhes conveniência lhes fará. Chegaram a uma casa junto à qual havia um curral com algumas vacas, que um rapaz se ocupava em mugir; os Srs. Doutores pediram leite, o rapaz declarou que só a senhora é que dispunha dele; dirigiram-se à tal dona do sítio e do leite e pediram que lhes vendesse uma cuia dele; respondeu ela que não; instaram, quanto maior tornava-se o embaraço a pobre mulher, mais instavam os viajantes, afinal ela foi buscar uma tigela e deu-lhes leite quanto pudera beber, e não quis paga. Perguntou quando voltávamos, e pediu que voltássemos a passar. Soubemos depois que nesse mesmo dia ela foi daí a uma légua pedir copo emprestado para, quando esses senhores voltassem, poderem beber leite em vasilha decente.¹⁰²

Quando Capanema, em regresso da viagem, passa novamente pela mesma casa, o comportamento da senhora já era outro. Segundo Capanema “Passamos por casa daquela boa mulher, que não quis que bebêssemos leite; hoje ela o ofereceu com cara risonha e de boa vontade, pois já tinha copo em que o pudesse apresentar”.¹⁰³ Dar hospedagem e receber bem aos viajantes fazia parte dos “costumes” do povo da terra.

Em outros casos, a conversa e a interação com os cientistas acontecia de forma mais harmônica e sem acanhamento por parte dos cearenses, que

¹⁰² CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 208-209.

¹⁰³ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 250-251.

para espanto dos cientistas apresentavam um desembaraço em conversação digno de nota. Freire Alemão gostava muito de conversar com “os da terra” e muitas destas falas, principalmente sobre a história e geografia botânica do Ceará, eram anotadas e nos servem de análise para a compreensão, não apenas do estranhamento, mas da dinâmica social e econômica sob a qual vivia parte da população. Em várias passagens nos é possível vislumbrar as relações estabelecidas entre os cientistas e a população local. Em sua despedida da cidade de Canindé, em início de fevereiro de 1861, Freire Alemão transcreve a sua afetividade por esta gente e agradece pela boa acolhida.

(...) dirigi-me para a casa do Sr. Zacharias para aí deixar o que tencionava dar-lhe, achei na sala só as duas moças, e dei a mais velha uma nota de 5\$ para entregar ao velho; e por essa ocasião fiz ainda meus adeuses as moças, que cheias de amabilidade me disseram: o Sr. deixa muita saudades; Como é possível minhas senhoras, se eu as levo? Disse eu. Mas deixa mais de que leva, disseram. Sem dúvida que eu saí saudoso daquele lugar. Se acontecer que alguém leia isto, me tomarão por bastante pueril nestas coisas. Mas são notas que faço para mim, são recordações, para outros tempos. Tenho tanta necessidade de emoções para fazer diversão à minha habitual tristeza, que tudo me impressiona; e a cessação dessas impressões me deixa sempre saudade. Demais temos sido recebido por esta gente com tanta amabilidade, tão familiarmente que quando me separo, é como se me separasse da família.¹⁰⁴

E será através das hospedagens e das conversas que os cientistas, principalmente Freire Alemão e Lagos, irão compor suas narrativas sobre o sertão cearense. Seus escritos íntimos e seus relatórios oficiais tem como plano de fundo as falas dos sertanejos e seu modo de vida.

Segundo as estatísticas de 1862 do Senador Pompeu, na segunda metade século XIX, as duas atividades que mais ocupavam os cearenses eram a agricultura e a pecuária. Em 1860 havia 5.000 vaqueiros ou encarregados de fazendas de criar e 10.000 operários ou subserventes do vaqueiro (GUABIRABA, 1989, p. 60). A vida levada pelos vaqueiros impressionou o botânico Freire Alemão, que os descreve de forma quase heróica:

A gente toda que tenho visto, os homens são, ou foram vaqueiros; quase todos trazem o chapéu e gibão de couro, outros em vestimenta completa. São afáveis, obsequiosos, francos, e me parecem de boa índole, curiosos, falam bem, e têm uma fraseologia pitoresca. Os meninos são bonitos, e

¹⁰⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. 1861, FI 205. mimeo (Grifo nosso).

espertos, quase todos têm a cor morena, e vermelha, bons dentes, bonitos olhos; alguns são claros, loiros. As mulheres aparecem pouco; as crianças andam quase sempre nus. Em geral são indolentes, imprevidentes, não conhecem os cômodos da vida; vive-se à primitiva (...). A vida porém do vaqueiro é aventureira e cheia de fortes emoções, e se presta a um belo episódio de um romance: o boi bravo, o cavalo ensinado, e o homem animoso e destro, tudo correndo e precipitando-se por matas cerradas, por montes pedregosos; até alcançar o boi e o derrubar. Quantas peripécias, quantos perigos vão aqui; a velocidade, e bravura do boi, o ardor e sagacidade do cavalo, a destreza e destemidez do homem etc., tudo causa emoções, e inspira aos rapazes o desejo de se distinguirem nesta vida, onde muitos encontram a morte.¹⁰⁵

Em 1865 o escritor cearense Juvenal Galeno (1836-1931) publica sua coletânea de poemas *Lendas e Canções Populares* e nela inclui vários versos com cenas, tipos e ideias “populares”. Juvenal Galeno irá, sob orientação de Gonçalves Dias, tentar retratar o cotidiano do povo e traçar identidades para o Ceará. A poesia servia também para demarcar traços e tipos culturais. Dentre os escritos, há um poema sobre o vaqueiro, onde o escritor cearense reafirma o modo de vida dos trabalhadores das fazendas e narra uma pequena história, no qual o ofício de vaqueiro passa de pai para filho.

- Papai, também quero
No campo correr,
Por montes e vales,
Nos altos penhascos,
Nos verdes penascos,
Sem nada temer;
Papai, também quero.

Papai também quero
A rês derrubar;
Que importa o perigo?
A rês eu vencendo.
Meu sangue correndo
Não faz-me pesar;
Papai, também quero
A rês derrubar.

Papai, também quero
Vaqueiro hoje ser,
Vestido de peles...
Dos campos na lida...
Que dita... que vida...
Lutar é viver!

¹⁰⁵ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961, p.280 (Grifo nosso).

Papai, também quero
Vaqueiro hoje ser

Papai, também quero
No campo correr!
- Cresceu o menino,
Agora, vaqueiro,
Seu filho primeiro
O mesmo a dizer:
- Papai, também quero
No campo correr!¹⁰⁶

Os homens “nasciam” e se perpetuavam nas fazendas, sendo o ofício uma tradição que passava de pai para filho. Ser vaqueiro aparecia não somente como um dom, mas como um dom herdado de pai para filho, como um ofício onde o segredo pertence à família. Será nesta mesma perspectiva que outro escritor cearense, José de Alencar, em 1875, irá escrever sobre o vaqueiro. Neste romance de Alencar, a observação de Freire Alemão sobre “a vida do vaqueiro é cheia de fortes emoções” parece ser mais verdadeira do que nunca. O romance tem o sertão como ator principal e as descrições de Alencar ganham páginas e páginas na tentativa de criar uma paisagem imaginária para seu leitor. Arnaldo, no romance alencarino, é um vaqueiro destemido que zela pela fazenda do capitão-mor Gonçalves Pires Campelo, e tal devoção do vaqueiro se deve a memória de seu pai, Sr. Louredo, o vaqueiro mais destemido que já havia passado pela fazenda do Sr. Campelo. Todas as aventuras desenvolvidas por Arnaldo no decorrer do romance são comparadas a de seu pai, onde o filho não só herdava, mas continuava o ofício do pai.

Freire Alemão, em conversa com um vaqueiro, anota suas reclamações e percebe como funcionava esta rede de dependência na fazenda pastoril:

Conversando ele comigo e perguntando-lhe eu pelas vantagens que tinham os vaqueiros, disse-me que tinham um sobre quatro bezerros, que ele chama *sortes*, e o leite durante o inverno, quando o dono não vinha passar o inverno na sua fazenda. “Neste caso davam algumas vacas de leite, para as crianças”, disse ele. Aqui entrou ele a lastimar-se, dizendo que os donos das fazendas, seu maior prazer era tirar as sortes do pobre vaqueiro. Assim os primeiros bezerros que separam antes da partilha são os dízimos e sempre escolhem os melhores; mas quando chega o “dizimeiro” os lhe dão os piores e nunca os mesmo os aí escolhidos. Tudo isto é uma desvantagem do vaqueiro, que se reclamar é uma desordem. Enfim, diz ele, a vaqueirice nas águas do Cariri é uma coisa desgraçada e se o

¹⁰⁶ GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. Vol. 2. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1969, p.84.

vaqueiro se sujeita a ela é por ser esta sua educação. “Um vaqueiro que entra com duas camisas numa fazenda sai com uma e esta rota. Se o vaqueiro tomo ao dono mantimentos, o que uma carga de farinha de milho, de arroz etc., no fim do ano não recebemos sorte”.¹⁰⁷

Nas observações feitas por Freire Alemão aparece a estrutura social na qual o vaqueiro estava inserido. Os perigos da profissão e a exploração do vaqueiro pelo dono da fazenda foram notadas. Uma análise detalhada seria possível apenas através da escuta do outro como parte das “investigações científicas”. Na viagem realizada de Aracati para Icó, Freire Alemão e Lagos presenciaram “o espetáculo do derrubamento do boi” e, admirado, o botânico escreve:

Quando chegamos do Pereiro achamos já na povoação muitos vaqueiros com suas vestimentas de couro e seus quataus, amestrados no exercício de vaqueiro e prontos para derrubar gado, de que já havia uma boa porção dentro de um curral. O sol era ardentíssimo, como já disse, mas eles quiseram mesmo àquela hora (era mais de meio-dia) dar-nos o espetáculo do derrubamento dos bois. Fomos para que foram convidadas e vieram alguns de longe; e eram rapazes alguns filhos, irmãos ou parentes de alguns fazendeiros distintos, como era um dos que nos acompanhavam ao Pereiro, eram por todos uns 12 que com seus trajos e montaria especial faziam um bom efeito. O Reis, trepado na cerca do curral com seu álbum, desenhava a serra. Abria-se o curral, partiu um boi e atrás dele um ou dois cavaleiros, e quando estavam na maior força da carreira um cavaleiro deitando-se do lado do boi, pega-lhe na cauda enrolada na mão e imediatamente o cavalo abria, isto é, afastava-se do boi e cavaleiro puxando-o pela cauda dava com o boi no chão para o seu lado, e às vezes com tal força que o boi dava duas voltas, ou tombos. Isto é um exercício que eles fazem por brinquedo, mas na vida de vaqueiro é o modo de amansar o boi bravo, que levantando um ou dois tombos fica entregue, ou pacífico. Às vezes morre o boi, outras o cavalo, outras o cavaleiro, e outras todos.¹⁰⁸

Apesar das contradições em volta do ofício e do “ser” vaqueiro aparecerem nos relatos dos cronistas e viajantes que passaram pelo Ceará no século XIX, a imagem que acabou se firmando nos registros feitos foram aquelas ligadas à destreza e valentia realizadas no ofício do vaqueiro e características positivadas, tais como a coragem. A destreza como o homem sertanejo encara seu ofício numa região bravia como o sertão dá a ele traços

¹⁰⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007, p. 77 (Grifo no nosso).

¹⁰⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemã*, 2006, p. 146-147 (Grifo nosso).

desta mesma região, sendo a associação entre o sertão e o homem imediata. Assim, quando se fala do homem sertanejo, vem toda uma imagem do homem forte, valente e destemido. Em 1857, as memórias de D'Alencastre ressaltavam o trabalho do vaqueiro, pontuando-o enquanto importante para a manutenção da produção pecuarista. O cronista elogia as aventuras do vaqueiro, ao mesmo tempo em que denuncia a vida desta gente, que para o cronista era permeada pelo perigo:

A primeira vista parece muito simples a sciencia de um vaqueiro; assim não sucede; porque um vaqueiro, para ser bom, deve saber correr a rédea solta atrás de uma rez brava por entre o matto e a catinga cerrada, deve saber derribar pela cauda ou de mucica, e também vara o boi que espirrar da maromba. E quantos não morrem no exercício de seu emprego, ora atiradas das sellas, ora rebentadas pelos troncos das árvores? (D'ALENCASTRE *apud* VIEIRA JÚNIOR, 2004, p.70).

Capanema iria ter a mesma sensação do cronista sobre os perigos da profissão do vaqueiro quando em Ipú soube do acidente de um vaqueiro:

quando estávamos a sair do Ipu, soubemos que um vaqueiro tinha fraturado uma perna, a parte superior da coxa; o nosso médico mandou incontinenti seguir ambulância e avisar que, acabado o nosso almoço, seguiríamos. Quando chegamos ao lugar, não encontramos o paciente, pois já tinham feito o curativo e o transportado para sua casa, distante.¹⁰⁹

Acidentes, pobreza e submissão foram as anotações feitas pelos membros da Comissão Científica sobre os vaqueiros, mas as observações acabavam caindo no elogio à bravura. As características que norteavam os valores no mundo sertanejo, onde caberia ao homem demonstrar força e destreza, acabavam por inibir as contradições e a submissão a qual estava submetida parte da população nos idos de 1860. O mesmo olhar que denunciava uma situação de vida precária tornava possível o vaqueiro como um símbolo de resistência e homem de uma luta desigual com o meio natural e social.

Uma imagem positivada foi se criando ao longo do tempo sobre as aventuras vividas pelos vaqueiros no sertão. As vaquejadas se tornaram o momento em que o vaqueiro poderia demonstrar a todos o domínio de seu

¹⁰⁹ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *A seca no Ceará: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia. Estudo introdutório de Kênia Rios.* Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 194.

ofício e, embora isto pudesse custar a vida, as pessoas esperavam pela festa onde o homem exerceria o domínio sobre os touros. Tanto entusiasmo acabaria dando às vaquejadas um aspecto quase que lendário, onde as histórias ali acontecidas se sobrepunham ao acontecido, mas isto não invalidava o evento, posto que o que contava era a narrativa e a forma de dizer. Freire Alemão, ao assistir uma dessas vaquejadas, valoriza o “espetáculo”, embora deixe transparecer um certo desencanto, ao esperar algo mais:

O que se conta destes homens, correndo atrás de bois por meios de catingas ou matas cerradas, por lugares pedregosos e cheios de precipícios, é próprio a formar um romance. São homens destemidos, ágeis e vigorosos e cheios de entusiasmos por essa vida. Desde criança se acostumam a ela. Todavia, o espetáculo que nos ofereceram, que muito nos interessou pela sua novidade, não pôde ser tão brilhante como era de se desejar, porque sendo na povoação havia pouco campo para a carreira e esse mesmo era de ladeira, algumas casas serviam de obstáculos.¹¹⁰

As descrições que Freire Alemão realizou sobre o sertão buscam analisar o que há no sertão e em que ele pode ser útil à nação. Exploração e integração da riqueza passam a se configurar como sinônimos. Em seu relatório lido no IHGB, em retorno à Corte, o botânico irá mostrar um sertão cuja figura principal não será o vaqueiro, um tipo local, e sim a natureza, tida como domínio do vasto império que se pretendia consolidar. Em suas descrições consta que:

A região do sertão abrange quase toda a Província [cearense] seu terreno montuoso, pedregoso árido é revestido de matas denominadas catingas [sic]. As árvores de catingas são geralmente de pequenas dimensões, e largam as folhas no tempo seco. Suas espécies características são: sabiás, juremas, pereiros, imburanas, mufumbos, catigueiras, etc. Estas formam maciços do meio dos quais se levantam sobranceiras e dispersam muitas árvores de boa estatura, e de ótimas madeiras, como são as seguintes: aroeira, pau-d'arco roxo angico, gonçalo-alves, marfim, cumaru, violete, coração de negro, braúna, pau-branco, etc., etc.¹¹¹

¹¹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006, p. 147.

¹¹¹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 274. O livro de Renato Braga trás como anexo relatórios e outras fontes produzidas pelos cientistas. Citaremos em rodapé as fontes utilizadas a partir do livro de Renato Braga.

Capanema foi o único cientista a escrever ferrenhamente contra as condições de vida do sertanejo. Temia-se que a pobreza gerasse movimentos contrários ao interesse nacional e que a exploração do povo do norte favorecesse o aparecimento de aventureiros advindos das repúblicas vizinhas ao Brasil com o desejo de propagar a revolução. Em uma monografia publicada em 1901, Capanema denuncia a pobreza do sertanejo:

Vê-se às vezes um comboieiro sujeitando-se até a mau trato por um insignificante salário; vê-se um vaqueiro coberto de couro, passando dias inteiros nos espinhos, com a vida dependendo apenas de uma pisada falsa do cavalo, ou de um galho seco; vê-se um jornalista com a camisa toda rota sobre uma ceroula cheia de remendos; todos eles pais de numerosas famílias, habitando choupanas que não abrigam contra chuvas nem ventos.¹¹²

Era comum de Freire Alemão dar alguma quantidade de dinheiro aos pedintes ou comprar algumas frutas, doces e outros alimentos da população pobre da cidade onde eles se encontravam. O contato com a pobreza foi uma constante entre os cientistas, mas em seus textos o que se priorizou foram as características positivas, tais como uma terra onde a natureza era promissora e a província sujeita ao progresso dentro da dinâmica nacional, sendo assim inserida na construção da nação. O sertão se tornaria motivo de prosa nacional e seria cenário para os romances e ensaios históricos. Quando, em 1875, José de Alencar publica o romance *O Sertanejo*, ele realça as qualidades tanto do homem que no sertão habita como descreve o próprio sertão em seu impetuoso florescer. As terras sertanejas após um período de estiagem se tornam cinza e agreste, mas logo que cai as primeiras chuvas toda a sua exuberância vem à tona: “Que prodígios ostenta a força criadora desta terra depois de sua longa incubação! (ALENCAR, 2007, p. 67).

¹¹² CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *A seca no Ceará*, 2006, p.226.

2.4. A VIOLÊNCIA

As representações sobre o sertão se alternam entre a pureza da cultura, (diferente do litoral, corrompido pelo desejo do cosmopolitismo) e a violência destas terras longínquas e sem lei. A violência nos sertões não passou despercebida pelos cientistas do IHGB, assim como não foi diferente com viajantes que os antecederam e nem por seus sucessores. O registro sobre a falta de lei e ordem nas terras interioranas do Norte foram feitas pelo viajante inglês Koster (1810) e também pelo escocês Gardner (1839). Segundo Cláudio José Alves, “o sertão, originalmente o espaço longe da civilização costeira portuguesa, torna-se objeto de discussão político-econômica e sociológica-literário. Transforma-se em objeto de esforço nacional” (ALVES, 2006, p. 58). E este esforço de se entender as terras distantes da Corte, mas pertencentes à nação, estava na escrita e nos olhares dos cientistas do IHGB.

O sertão visto como um lugar de natureza inóspita, povo forte, valente e também violento não foi um retrato feito somente por nossos cientistas. Antes e depois deles muito já se havia escrito sobre os feitos violentos dos homens do sertão. E de tanto repetirem a mesma fala sobre a criminalidade, foi essa a imagem que passou a se associar, de forma direta, à região. O olhar do outro, do viajante, acabou prevalecendo. Para alguns estrangeiros que passaram pelo norte do país no início do século XIX eram constantes as descrições do sertanejo como “homens selvagens”.

Através da escrita dos viajantes é possível perceber as tensões existentes entre o olhar estrangeiro diante da estrutura social cearense. Em passagem pelo Ceará em 1839, Gardner estranhava: “Para um europeu acostumado a viajar com relativa segurança, sem recurso ao porte de armas, o encontro com viajantes trigueiros com ar de salteadores, cada qual armado de pistolas, espada, adaga, faca e espingarda, dá uma idéia muito desfavorável da moral desta gente” (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p.162). Ainda segundo o escocês, dois de seus ajudantes entraram em discussão e ameaçaram esfaquear-se. Na observação do estrangeiro, isso é modo usual de resolver desavenças nestas terras. Na ótica de outro viajante, o inglês Koster, que por aqui esteve por volta de 1810, “essa gente é vingativa. As ofensas muito dificilmente são perdoadas

e em falta da lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos” (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p.167).

A relação com a violência marcou tanto os escritos dos cientistas como também foi uma das memórias associadas à Comissão. Alguns cientistas, principalmente Gonçalves Dias, envolveram-se num escândalo onde a causa principal era o fato de um de seus ajudantes estar portando uma faca, instrumento usado no cotidiano e no trabalho, mas também, muito usada em desavenças e assassinatos.

A polêmica que ficou conhecida como “o caso Abel” se deu no início de 1860, quando os membros da Comissão Científica se encontravam em Icó. Durante a viagem dos cientistas pelo interior, o Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves assumiu a presidência da província. Uma de suas primeiras atitudes foi determinar que os delegados capturassem e processassem os portadores de armas proibidas, mesmo aquelas que se destinassem à caça e aos trabalhos rurais.

Em inícios de janeiro de 1860, em uma de suas excursões, o Dr. Coutinho, auxiliar da seção de geologia, entregou sua faca de mato a seu ajudante, morador da região, Abel, conhecido por sua fama de valentão e com passagem pela polícia. O destacamento da polícia de Icó, ao vê-lo com o facão, resolveu prendê-lo. Ele, porém, conseguiu fugir e foi parar na casa onde estavam hospedados os membros da Comissão Científica. Gonçalves Dias se pôs na questão, argumentando que o rapaz estava a trabalhar para os cientistas. O destacamento se retirou sem efetuar a prisão, o que irritou o presidente da província. Este incidente revela na realidade uma tensão entre o poder local e os cientistas do IHGB (BRAGA, 1962, p.76).

O episódio repercutiu tanto na província como na Corte e serviu para aumentar a difamação sobre os cientistas. A tensão entre Marcelino Nunes Gonçalves e os cientistas, principalmente Capanema, mostrar-se-á desde então bem mais aflorada. Em nota ao jornal *O Cearense*, o presidente da província é categórico ao afirmar que as leis não se restringem a ninguém:

Ao delegado de policia do Icó. – Tendo chegado ao meo conhecimento por comunicação do commandante do destacamento ali estacionado, que no dia 19 do mez proximo passado, entrou nessa cidade armado com uma grande faca de ponta, um individuo de nome Abel Rodrigues Pimentel, que não foi preso em razão de refugiar-se na casa em que estão hospedados

os membros da comissão científica, e por dizer um dos membros da mesma comissão, que aquelle individuo fazia parte de sua comitiva, que as ordens existentes a respeito da prohibição do uso de armas, não se estendião a referida comissão, determinando-lhe, que instaure o competente processo contra o mencionado Abel Rodrigues Pimentel, visto como a lei, e as ordens, que tenho expedido, não fazem excepção de quem quer que seja, para deixar de soffrer as consequencias do crime; e do resultado me de conta (O CEARENSE, 23/03/1860).

Percebe-se que o desejo do Presidente da Província era tanto de divulgar o fato como reafirmar sua autoridade. Em outra nota, Marcelino segue em sua argumentação:

Ao commandante do destacamento de Icó. – Accuso ter recebido de seo officio de 27 de janeiro ultimo, em que me communica, que tendo entrado nessa cidade Abel Rodrigues Pimentel, encourado e montado a cavallo trazendo uma grande faca de ponta, Vmc. pretendeo tamal-o, e prendel-o, e que tendo elle entrado na casa em que se achavão hospedados os membros da comissão scientifica, Vm. para lá se dirigio acompanhado de soldados, afim de effectuar a prisão, e entendendo-se para isso com o Dr. Gonçalves Dias, foi lhe por elle dito, que a arma pertencia ao Dr. Coutinho, que o individuo que com ella se achava andava ao serviço da comissão, e que as ordens existentes sobre a prohibição de armas não se estendião as pessoas da comitiva da comissão; e em resposta tenho a dizer-lhe que Vmc. procedeo muito mal deixando de effectuar a prisão, visto como as leis e as ordens, que tenho expedido não fazem excepção de quem quer que seja para deixar de soffrer as consequencias do crime (O CEARENSE, 23/03/1860).

Marcelino Nunes Gonçalves estava disposto a entrar em confronto com os cientistas. Além dos ofícios publicados em *O Cearense*, ele ainda publicaria um folheto intitulado *O Processo Abel*, com uma introdução e os ofícios envolvidos no caso. Segundo Renato Braga, “este folheto foi distribuído dentro e fora da província cearense. O Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves ainda se encarregou de comunicar o fato ao Ministro do Império” (BRAGA, 1962, p.77).

O caso gerou tanta repercussão e mal entendidos que Gonçalves Dias tomou a decisão de escrever uma carta ao Imperador Pedro II. O poeta expõe a situação em que se encontravam os membros no momento em que Abel estava com o facão e reclamava que “em parte alguma nos fez a autoridade a mínima reflexão, por que usávamos de armas”¹¹³.

¹¹³ DIAS, Antonio Gonçalves. Correspondência ativa de Antonio Gonçalves Dias, 1964. p. 271.

O incidente conhecido como *Caso Abel* era também resultado dos conflitos e tensões nas quais os cientistas estavam envolvidos na Corte e na província cearense. Capanema ainda escreveria sobre tal episódio em carta enviada a Gonçalves Dias; “o governo quer acabar com a Comissão. Se a Comissão procedia mal, o governo devia sem demora chamá-la a conta, e substituir logo os indivíduos que não satisfaziam as vistas do país”.¹¹⁴ Capanema ironizava sobre o assunto:

Já se vê que o rigor é excessivo; mas quis o cão, segundo frase da terra, que há poucos dias, mesmo na atmosfera da forja da Lei Marcelina, na capital, um cidadão se lembrasse de empurrar uma faca de ponta pelas tripas de outro; foi caso parece que imprevisto pelo sábio legista, pois a polícia por duas vezes cercou casas e ruas, sem poder pilhar o esfaqueador, que estava lá mesmo bem escondidinho. É coisa mesmo de admirar: há leis entre nós a modo que feitas para proteger os malfeitores e incomodar os inocentes. O que acabamos de referir só serviria para provar que uma lei é de utilidade quando se torna indispensável; mas que não basta só isso, é necessário que haja meios, e sobretudo vontade de a cumprir, quando não, torna-se uma ridícula comédia; a lei a que se não pode dar cumprimento não só não tem força moral, como também tira-a aos que deveriam ser seus executores. Porém, infelizmente, muita lei nossa está no caso das nossas comendas e títulos; não tem significação alguma.¹¹⁵

Ainda em Icó, Freire Alemão se depara com uma afronta, causada pelo responsável de entregar a correspondência na cidade, onde se pode analisar as imagens feitas por esta gente sobre os cientistas e de onde podemos perceber as nuanças que se deram entre a visão local e os olhares dos cientistas sobre os costumes do povo cearense:

Aqui mesmo no Icó se deu conosco uma coisa, que serve para caracterizar os costumes. É encarregado aqui do Correio um miserável, que tem uma pequena taberna, a qual também é a casa do Correio. Este sujeito estava muito prevenido contra nós, e quando chegamos mandamos lá um ordenança saber se havia ofícios e cartas para nós. E o que havia de responder o homem do correio? Não tenho aqui ofícios nem cartas, para essa gente tenho balas!¹¹⁶

Desde a chegada dos membros da Comissão Científica à capital, as histórias sobre bebedeiras e orgias na casa do comendador Machado, onde

¹¹⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.260.

¹¹⁵ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 233-234.

¹¹⁶ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961, p.287

ficaram hospedados (no sítio onde se encontra hoje o prédio Excelsior Hotel), viraram motivo de desconfiança para as famílias mais tradicionais. Tanto em Fortaleza como nas cidades do interior a imagem dos cientistas ficou abalada. A “recepção” em Icó é resultado deste estranhamento. Mas o que chama atenção é o fato de que “facas”, “balas”, “bacamartes” são instrumentos do cotidiano para esta gente e os assassinatos são motivos de conversas banais. Importa perceber os dispositivos retóricos usados pelos membros da Comissão Científica e compreender como esta narrativa se estruturou numa perspectiva “que serve para caracterizar os costumes”.

Lagos, em seu relatório lido no IHGB, após seu regresso à corte, rebate as críticas feitas à Comissão Científica sobre uma suposta visão dada a priori, de um sertão violento, criada pelos membros da Comissão:

Segundo parece (assim se exprimiu facetamente um órgão da imprensa do Ceará), a Comissão vem de cangaço; vem armada de cabeça até os pés, e com algum piquete de cavalaria andante para livrá-la dos ataques das feras, das tribos antropófagos, e de assassinos malvados, e talvez de moinhos de vento. À vista de tal armamento de soldados, supões-se que é perigoso passear-se no interior do Ceará, e receia-se que os nossos pacíficos patrícios do sertão sejam tão selvagens que incomodem os ilustres sábios. É um engano completo: os nossos sertanejos são hospitaleiros e pacíficos, recebem os viadantes com agrado, e os obsequiam quanto podem. A Comissão só deve recear as constipações, quedas e mosquitos nas montanhas, e no sertão a falta d'água, o calor, o sol, alguma cobrinha cascavel, algum novilho, etc.¹¹⁷

Na fala de Ferreira Lagos aparece uma descrição do sertanejo que se tornará uma das marcas “identidade” do povo cearense, a saber, o trato com os visitantes, pois, nas palavras do zoólogo, “os nossos sertanejos são hospitaleiros e pacíficos, recebem os viadantes com agrado, e os obsequiam quanto podem”.

No seu *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes á prosperidade da província do Ceará*, publicado em 1877, Raja Gabaglia busca uma compreensão da violência usando como documentação os relatórios de presidente de província.¹¹⁸ Para o cientista, olhando a história de forma

¹¹⁷ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p.316-317

¹¹⁸ Os relatórios de presidentes de província eram escritos como espécie de “estado atual da província”, que um presidente escrevia geralmente quando de sua sucessão, dando a ver ao seu sucessor a situação em que se encontram as coisas. Nele encontram-se descrições sobre muitos assuntos, desde a quantificação da violência, contas públicas, educação etc...

retrospectiva, seria possível entender e buscar soluções para alguns males sociais. A história seria a “mestra da vida”, o *exemplo* daria soluções para questões postas no presente.

Sua narrativa remonta ao Ceará de José Martiniano de Alencar (1837) e segue até 1861:

A 7 de Abril de 1835 o benemérito senador Alencar, cearense verdadeiramente dedicado ao seu país e ao seu berço dizia: “ Neste ramo (segurança publica), o mais indispensável, e para que se inventaram sociedades e se fizeram leis, tudo quanto tenho a referir-vos é triste, é mesmo horroroso. Além de não haver em nossa província segurança alguma de propriedade, tendo-se tornado ineficazes todos os meios legais de obrigar ao devedor de má fé, e havendo-se vulgarizado de tal maneira o furto, que quase não é reputado crime, pois não há exemplo de ser alguém por ele punido, ocorre, o que mais sensível é, que o assassinato se tem tornado tão vulgar, que espanta referir a historia dele. Vós sabeis, senhores, os muitos assassinos que se cometem diariamente a ponto de ninguém se poder julgar com alguma segurança em sua pessoa, e de se ter a população tornado quase insensível ao aspecto de tão horrível atentado. Começou-se por assassinar nas estradas, passou-se ás casas, ás praças, ás ruas, e por fim até nos cárceres vão assassinos buscar vitimas á sua ferocidade”¹¹⁹.

Gabaglia continua em suas anotações sobre a violência na província cearense e, nas décadas seguintes, a violência ainda se faz pauta. Os abusos cometidos na província aparecem nas estatísticas. A quantificação dos crimes podem nos dar uma ideia de sua dimensão:

Em 1852 surge um belo clarão de melhoramento na administração do presidente Almeida Rego, que presta o importante serviço de nesse ano fazer capturar 193 criminosos. Apesar disto ainda em 1853 a presidência diz: Infelizmente temos de lamentar que a segurança individual ainda seja tão pouca em alguns lugares da província, que parece revelar a existência de um estado anormal, em que na falta de autoridades constituídas, acham-se os indivíduos na plena liberdade de seguir o ímpeto das paixões mais violentas, holocaustando á vingança as vitimas de seus entranháveis ódios. Sirva de prova a natureza da maior parte dos crimes que figuram no mapa (77 crimes: 31 homicídios, 3 tentativas de morte, 33 ferimentos e 10 crimes diversos)¹²⁰.

O cientista usa os dados para analisar o desenvolvimento e a dimensão da violência nas terras cearenses e se interroga: quais são as cores e pincel apropriados para traçar os crimes, abusos e o despotismo do forte sobre o fraco, do rico contra o pobre e do perverso contra o virtuoso? (GABAGLIA,

¹¹⁹ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 106.

¹²⁰ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 109-110.

2006, p. 112). As indagações feitas por Gabaglia se dirigem às condições sociais e políticas gestadas na região. A realidade político-administrativa corrompida, os abusos do poder local, a concentração de renda, em suma, os potentados locais e seus capangas seriam uma das causas da violência:

Que devia resultar? Converterem-se as serras indiretamente em feudos de meia dúzias de mandões; e, se faltavam castelos, ameias e fossos para completar o arremedo dos tiranos e salteadores da Idade Média, sobravam armas e sequazes para derramarem o luto, a devastação e a desgraça entre cidadãos honestos e população pacíficas das cidades e dos campos. *Quem não é por nós é contra nós*: nestas palavras cifram-se os planos desses chefes que a força bruta e prática dos crimes os tornavam salientes.¹²¹

As anotações de Gabaglia são importantes para nossa análise na medida em que suas impressões sobre a violência não vêm de suas andanças pelos sertões e sim dos arquivos. Os Relatórios de Presidente de Província, documentação usada por Gabaglia, nos releva o olhar do poder local e suas estratégias na manutenção da ordem. Os casos anotados pelo geógrafo tampouco foram aceitos de forma passiva. Para o cientista, a violência era também resultado das disputas entre potentados locais que usavam de seus “cabras”¹²² para se vingarem e cometerem assassinatos. Estes, sob a proteção de seu senhor, sentiam-se a vontade para cometer seus atos criminosos. O botânico Freire Alemão relata que “de viagem os figurões, ou os que querem passar por tais, andavam sempre com certo número de homens armados, chamados cangaceiros”.¹²³

Freire Alemão mostra, através de um caso vivenciado por seu sobrinho Manuel, assistente da seção botânica, como a violência e a proteção dos criminosos por poderosos era prática comum:

Quase nunca é o ofendido, ou que se julgue tal, o matador, há muita gente se presta para isso. Meu sobrinho Manuel, gracejando com um dos nossos camboieiros, mulato, e moço lhe perguntou se ele se prestaria a fazer uma morte, a que o sujeito respondeu sem hesitação: Se meu amo mandar, e me livrar, sim senhor. Mas você tem ânimo de matar a uma pessoa que não lhe fez mal? Isso não é comigo, respondeu, quem manda é quem sabe

¹²¹ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 113 (Grifo no original).

¹²² Nome pelo qual eram conhecidos os capangas ou agregados dos potentados locais.

¹²³ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961, p. 303.

disso. E quanto quereria você para fazer esta morte? Como meu amo é rico há de dar 600 mil-réis.¹²⁴

O uso da violência estava atrelado ao fator proteção. Era visto como uma prestação de serviço, onde o contratante era o responsável pelo “pedido”. Os crimes eram motivos de conversas no cotidiano e tratados com naturalidade. Os atos criminosos passaram a ter suas histórias narradas em versões diferentes, tendo sido incorporados ao senso comum, tanto por seu lado anedotário, como por seus ditados. Alguns lugares passaram a ser denominados pelos crimes que ali ocorreram. A história da violência estava impregnada de falas, lugares e canções. Cada uma delas relatando uma situação vivenciada na província e que passava de geração a geração pela oralidade.

Em uma passagem de seu diário, Freire Alemão cita um lugar que levava em sua própria denominação as marcas de histórias trágicas:

Passamos pelos lugares denominados Ossos, Raposa e este Defuntos, separados uns dos outros obra de meia légua. Eis aqui a tradição a este respeito: Certos homens habitantes de Jiqui, que viajavam pos estes lugares, tiveram uma desavença e se dividiram em duas parcialidades e combateram, resultando daí ficar uma das parcialidades vencida e muitos mortos (outros contam que uns viajantes, encontrando-se com uma malta de gentios, os maltrataram e que estes vieram de noite e os mataram a todos dormindo). Desta mortandade de um ou outro modo ficou o nome ao lugar Defuntos. Os parentes dos mortos vieram ao lugar, juntaram os ossos e os conduziram para dar-lhes sepultura em Russas, carregando-os em malas às costas de animais; estes ao passar o riacho da Raposa, aparecendo-lhes aí um destes animais, se espantaram e deitaram a correr, do que vem a darem a este lugar o nome de Raposa. Enfim os animais esparramados foram até o lugar chamado Ossos, onde lançando a carga fora semearam os ossos pelo chão, onde apanharam ficando o sitio com o nome que tem¹²⁵.

Em vários momentos os cientistas, principalmente Freire Alemão, deparam-se com o anedotário popular que se reporta à violência. Falas cotidianas anotadas pelo botânico são permeadas pela memória dos atos criminosos. Regiões, pessoas, autoridades, datas e fatos que avivam uma “tradição” da violência. Os atos eram praticados por motivos banais e a faca era o instrumento mais usado (e citado):

¹²⁴ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961. p. 287.

¹²⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006, p. 136-137 (Grifos no original).

Estávamos à mesa quando um dos criados disse-nos que naquele momento um homem havia esbordoado a mulher e a deixara por morta. Soube-se depois que um sujeito encontrando a mulher em adultério dera três facadas pelas costas, que lhe vararam os pulmões. O Lagos foi chamado e lhe fez curativo, e supõe que não escapa. Foi confessada e sacramentada.¹²⁶

A violência também estava ligada à honra. Roubos de moças e defloramentos ou adultério estavam associados a causas de assassinatos. Freire Alemão relata o caso de um rapaz cearense que roubou uma moça pernambucana e dirigiu-se ao Icó. A família da moça o procurava para matá-lo. As desavenças ligadas ao sexo “frágil” eram resolvidas a facas ou a bacamartes pelos homens da família da moça que caiu em “desgraça”. Caberia ao homem zelar pela dignidade de sua mulher ou filha. O uso de armas causou estranhamento aos cientistas, homens da cidade, vivendo na Corte, onde o “costume” do uso de armas parece como sendo típico de terras bárbaras. Os olhares da Corte impregnaram as narrativas dos cientistas sobre os atos dos cearenses.

Em Serra Grande, Freire Alemão escutou e escreveu sobre uma festa que acabou em morte:

Alguns dias antes de vir-mos para aqui houve em um sítio visinho uma desordem que principiou por ter um rapaz ido com uma rapariga para uma fusaca, ou samba, e querendo outro disputá-la saiu o velho caboclo pai do primeiro que estava na bulha armado de faca, a coisa acomodou-se; mas querendo outros desarmar o velho caboclo que estava bêbado, este esfaqueou os dois, um dos quais é o que fomos agora ver: mas logo que virão o cabo no chão, outro sujeito, armado de cacete deu-lhe cacetadas na cabeça que lhe abriu o crânio, e matou. O matador fugiu. O velho caboclo morto se enterrou no mesmo dia em que se enterrou outro sujeito morto também em consequência de bordoadas. Veio depois para nossa casa o subdelegado, junto com um mocinho bastante inteligente e aqui estivera conosco conversando por algum tempo. Nesta conversa nos contou o subdelegado horrores de mortandade cometida pelos Mourões, Barros, Melos etc. etc., que tenho pena de não poder reproduzir aqui.¹²⁷

Ainda segundo o botânico, “É também coisa muito comum por estes sertões, por qualquer desavença, ou ofensa, verdadeira ou não, mandar-se dar um tiro. É isto devido a muitas causas, mas a principal é haver instrumentos

¹²⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007, p. 40.

¹²⁷ ALEMÃO, Francisco Freire, 1860, fl. 45-46, mimeo.

fáceis para isso”.¹²⁸ As tentativas de inibir os usos de armas, ou melhor, delimitar seu porte, não deram resultados e ainda acabaram gerando desavenças entre os cientistas e o governo da província, como já foi citado no caso Abel.

Chama atenção também nesta citação de Freire Alemão o diálogo que ele teve com o subdelegado. Nesta conversa sobre os “horrores de mortandade cometidos pelos Mourões, Barros, Melos”, o botânico mostra como as atrocidades e disputas entre famílias cearenses que marcaram a história da província no século XVIII ainda estavam latentes, tanto nas memórias das autoridades como nas falas populares. As desavenças entre as famílias Montes e Feitosas, agregavam, cada uma a seu modo, outras famílias, formando uma verdadeira rede de trocas de favores, e alarmando os sertões cearenses no início do séc. XVIII, numa história feita de sangue e violência.

Os Feitosas eram originários de Alagoas e chegaram ao Ceará por volta de 1707. Com o tempo, suas sesmarias se estenderam pelo rio Jaguaribe e Icó. Já os Montes, originários de Sergipe, chegaram à capitania cearense em 1682, situando-se na zona do Icó e seu poder acabou se estendendo pela região. Estas duas famílias entrariam em disputa, o que ocasionou um surto de violência nos sertões nas duas primeiras décadas do século XVIII. Uma série de assassinatos, emboscadas, saques, incêndios e articulações entre potentados locais deixariam marcas de sangue e muitas memórias¹²⁹. A força desta disputa residia na terra, na ocupação de cargos administrativos e patentes militares, como também no número de homens em armas (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p.206).

A violência e a rebeldia às leis não eram praticadas somente por “assassinos e vagabundos”. Casos envolvendo “cabras” e policiais, ora de lados opostos, ora unidos, era uma constante nas alianças. Às vezes as agressões envolviam os próprios policiais. Como observou Freire Alemão, a política do “porrete” perpassava toda a estrutura social:

¹²⁸ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961. p.287

¹²⁹ Para um estudo mais detalhado sobre as disputas destas duas famílias no sertão cearense Cf: CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil, 1700-1930*. Fortaleza: UFC, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Estando jantando entrou um dos nossos criados dizendo que um policial fora morto pelas tropas de linha. Com efeito, apartados da primeira luta, um dos mais valentes policiais, o que mais se havia distinguido na refrega, dirige-se só para o rio a banhar-se. Os soldados de linha, não sei quantos, dirigiram-se para lá, acometeram-no e o assassinaram. O matador já esta preso, e mais outros cúmplices, e da força da linha vão ser retirados para fora. É o segundo assassinato depois que aqui estamos e notei que este fato não atrai (desperta) a curiosidade de muita gente.¹³⁰

Freire Alemão continua sua observação sobre a banalidade em relação à violência:

Hoje soubemos que o dono da casa quis matar um carneiro para obsequiar-nos, fui disso dissuadido pelo Sr. Delegado nosso companheiro, dizendo-lhe que levávamos matalotagem. Mandou-nos logo estender redes lavadas, em que nos estendemos. Quando cessou a conversa conosco, foi com o subdelegado que conversei até tarde, e então a conversa era quase sempre sobre prisões de criminosos, sobre mortes, e ferimentos. Há três ou quatro dias que em um samba de casamento, dois valentões, um deles criminoso de morte, brigarão, esfaquearam-se, e estão ambos à morte. Quando a Campo Grande havia morrido dois de ferimentos em Soure, tinha havido duas mortes etc. etc. É triste isto por aqui, as mortes, as brigas, as facadas os processos se enfiam; e é o objeto de conversa geral desta gente.¹³¹

Facas, bacamartes, famílias, banalidade e indiferença são os termos mais recorrentes e associados à palavra violência. Mas talvez nenhuma palavra, neste período histórico, esteja mais associada à violência que *política*, com as disputas levadas a cabo entre os partidos conservadores (conhecidos por caranguejos) e os liberais (chimangos). Capanema, fazendo alusões aos desmandos dos poderosos locais, reflete ironicamente: “Esses tempos idos estão liquidados, desde que acometeu o povo a mais perniciosa e incurável epidemia – a *Política*”.¹³² A política do bacamarte se associava aos partidos em busca de votos e poder sobre a região. Embora as divergências políticas fossem grandes, o espaço geográfico era pequeno e eles se cruzavam no cotidiano e se encontravam em lugares públicos, embora esta última ideia fosse evitada. Capanema, em visita ao Ipú relata a clivagem da sociedade por motivos partidários,

Criaram-se desavenças, formaram-se partidos, hostilizando-se, sacrificando nas lutas partidárias os interesses, não só individuais, como da

¹³⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007, p.31.

¹³¹ ALEMÃO, Francisco Freire. 1860, fl. 86-87, mimeo.

¹³² CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *A seca no Ceará*, 2006, p. 196.

comunidade. Chegou a ponto de se dividir a população em chimangos (nome de um pequeno gavião) e caranguejos: chegavam as senhoras a trazer, como distintivos, nos alfinetes de peito, gravados, os respectivos bichos, e na igreja onde entrava a primeira senhora, sendo chimanga, aí não pisava outra, sendo caranguejo; isso tocava ao ridículo.¹³³

Ainda segundo o geólogo havia o seguinte costume: "indivíduos que se detestam por qualquer motivo, que nada tenha de político, ameaçam-se dizendo: — Nas eleições o espero! Já se vê que a desordem nem sempre é filha do acaso e do momento, mas sim de longa data premeditada para ajuste de contas".¹³⁴ As disputas políticas e seus respectivos partidos, chimango e caranguejo, permeavam e davam corpo à cidade. A divisão era clara e cada uma das "repartições" buscava dominar a região. Toda a tensão alimentada vinha à tona nos períodos eleitoreiros. Freire Alemão, em visita a um senhor na região do vale do Jaguaribe, percebe que as eleições serviam como um momento de desforra:

O Sr. Cassiano tem hoje, se bem me lembro, 67 anos e está bem disposto. Contou-nos que entrou nas revoluções de 1817 e 1824 (...). Víamos dentro da casa várias mulheres e crianças, muitos homens, que creio eram todos da família. Um desses sujeitos mostrando-nos uma bengala de aroeira, muito pesada, disse: "É bengala de eleições; ainda está virgem, mas pode ser que sirva em 1860". Não sei qual é a opinião política dessa gente, mas é provável que sejam chimangos visto os precedentes do chefe.¹³⁵

E a "bengala de eleição" deve ter feito sucesso ou vítimas em 1860. Um acontecimento de grandes proporções, revelador das tensões e contradições emergentes, foi a eleição realizada neste ano. Houve tumulto, mortes e fraudes no Ceará e em províncias vizinhas, mas a cidade que melhor sintetizou estas disputas foi Telha (hoje Iguatú). As eleições eram realizadas no dia 7 de setembro, dia de agitação e confusão.¹³⁶

No dia 7 de setembro de 1860, Fortaleza parecia pacata, não houve tiro de rojões e a cidade estava silenciosa. As tropas haviam sido enviadas ao

¹³³ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *A seca no Ceará*, 2006, p.196 (Grifos no original).

¹³⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 188.

¹³⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006, p. 129.

¹³⁶ Segundo Maria Sylvania Porto Alegre: "O 7 de setembro assinalava a data mais importante do calendário político-eleitoral, quando se registravam votações em todo o país. Estas eram marcadas, frequentemente, pela violência e pela fraude. O costume de dar salvas de tiros iniciava o ritual barulhento que acompanhava a movimentação das urnas, em geral colocadas nas igrejas, para as eleições paroquiais. Como a maioria das festas da igreja e comemorações públicas, não se dispensava os tiros de bacamartes e os rojões" (PORTO ALEGRE, 2006, p.334-335).

interior para acalmar os ânimos ou simplesmente participar mais ativamente das trocas de votos, uma vez que a própria milícia estava envolvida em escândalos de fraude. E fraude foi o que não faltou na capital. Capanema explica um caso que ele chama de “estranha multiplicação de votos”, onde noventa cidadãos renderam 450 votos:

Montada a mesa começou o processo de votação que correu pacificamente, e só apresentou de notável a multiplicabilidade dos indivíduos; havia um caboclo que era gente; se ele dançasse valsa deixava a perder de vista os tedeosco mestralhões. Plantou-se entre a mesa e o grupo a que pertencia, e chamado, entregava a sua listra, e fez meia-volta à direita com o calcanhar firme; nesse tempo chamava-se um ausente, o chefe do grupo entregava depressa ao meu votante outra listra – foi só meia-volta à direita entregá-la e deste modo ele deu quinze listras amarelas. Fazia gosto vê-lo, era um corrupio. Outro que teve medo de alguma vertigem, corria da mesa para o capataz, e deste para a mesa, com tal regularidade que parecia o pêndulo de um relógio de parede; fez isso dez vezes, a 1\$000 cada amarelinha. Outros não foram tão felizes; no entretanto, noventa cidadãos deram 450 votos. Uns chimanguinhos quiseram protestar, mas um chefe retorquiu-lhes logo: — Quando estiverem de cima façam o mesmo, e eu estarei com vocês então. — Amém.¹³⁷

Em Maranguape não faltou dinheiro para compra de votos. Os votantes aproveitavam das disputas entre os partidos para “lucrar”. Vendia-se o voto a quem melhor o pagasse. Em Fortaleza, Capanema se depara com pessoas indo vender seus votos e traça o seguinte diálogo:

Vamos a essa soberania: logo de manhã cedo encontrei um grupo na rua, perguntei: Para onde vão?
- Empregar nossos votos – foi a resposta. Já temos 2\$ por cada um, isso é pouco, diz o Gustavo dá mais e vamos lá.
- Vocês são chimango ou caranguejos?
- Não sei.
- Nem nós; e é o que decide nossa da nossa crença política.
Ora, já viram por onde vai a soberania? O voto livre? E livre mesmo porque o vendem a quem melhor o paga!¹³⁸

As críticas feitas por Capanema recaem sobre todo o Império Brasileiro, onde, segundo o geólogo, não seria possível construir uma nação soberana e progressista com o povo preso a politicagens locais. Mas o geólogo também

¹³⁷ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.183 (Grifo no original).

¹³⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.182.

deixa transparecer em suas descrições um pouco da astúcia dos cearenses em suas vendas de votos.

Em Telha houve o maior tumulto, envolvendo brigas e mortes. Morreram o delegado de polícia, um chefe liberal e mais de 12 homens, havendo mais de 30 feridos (PORTO ALEGRE, 2006, p. 88). Capanema aproveita para ironizar com os partidos políticos e fazer críticas ao governo de Totônio (como chamava o governo de Antônio Marcelino):

A Telha, vila lá do Quixelô, é por sua natureza um lugar oficialmente pacífico. Parece que foi a menina dos olhos do Exmo. Sr. Governo Totônio, porque não eriçou de baionetas o adro da matriz. Constou também que a lagoa piscosa do Aguatu pariu muito caranguejo e pituaçu para o dia da luta, como se chama por cá o dia em que o povo tem de provar qual o poder de sua soberania. Contam que a caranguejaria tinha afiado as unhas e ufanava-se de que não consentia bico de chimango no buraco da urna: o primeiro que tivesse o desaforo de lá meter o pescoço levaria de tesoura — e goela fora. Chimango, porém, não é animalejo peco: no dia marcado fez como Pedro Malasartes que, armado de bacamarte, pôs-se atrás da porta otomana defendendo a cúria romana; ele empolgou o bacamarte que escapou à vigilância e às incessantes recomendações do Sr. Governo Marcelino; tomou posição bélica e, quando a caranguejaria abriu as unhas e fechou a igreja, sibilaram as balas, começou a batalha renhida e sanguinolenta, a autoridade dispunha de um fragmento de Guarda Nacional e, como vítima mais notável, caiu com o peito varado por mortífero projétil o delegado. Foi essa carnificina mais violenta que a gloriosa batalha de Moron, onde o exército imperial perdeu nove praças, ou a memorável passagem do Tonelero. Na Telha cobriram o campo da peleja oito cadáveres e quarenta feridos, dos quais alguns morreram depois. Passadas poucas horas entrava a marche-marche o contingente do Icó; — era tarde, o sangue tinha corrido, fumegava ainda para exacerbar os ânimos e fazer brotar o germe de futuras vinganças.¹³⁹

A eleição de Telha repercutiu em todo o império, mas ela era apenas a ponta do *iciberg* das disputas do poder que envolvia os dois partidos políticos naquele momento. Eles debatiam-se para ocupar os cargos administrativos, o que significava a manutenção do poder local em um momento onde a centralização política da corte tentava se impor. Nas eleições de 1856 e 1860 os liberais ocuparam posições importantes. Nas eleições de 1860 o senado passou para as mãos dos mesmos, o que acirrava a rivalidade entre liberais e conservadores em várias províncias do país, descontentes que estavam com o direcionamento dado pelos liberais. No Ceará havia, em 1860, uma população

¹³⁹ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.187.

de 502.225, 68.324 votantes e 1.264 eleitores. A província era representada por quatro senadores, oito deputados gerais e 32 deputados provinciais. Toda esta soma política estava dividida entre as tensões partidárias e suas respectivas localidades de atuação. Em Fortaleza, o boticário Ferreira e o fazendeiro Miguel Fernandes Vieira lideravam o partido conservador, enquanto o partido liberal era chefiado por Thomaz de Sousa Brasil (PORTO ALEGRE, 2006, p.91).

A política era uma das pautas recorrentes nas conversas travadas por Freire Alemão em suas visitas. Por onde passava, ele registrava os descontentamentos das pessoas e suas posturas políticas. As disputas dos oligarcas refletiam em toda a sua região de atuação, o que tornava o assunto parte do cotidiano. Em Aracati, ele observava que a disputa política causou um distanciamento entre as pessoas da cidade.

Os partidos políticos foram aqui extremosos e divididos e animados uns contra os outros de um modo singular: cada um partido habitava as casas de uma parte da grande rua; como ainda hoje: numa rua é chimango, a outra caranguejo; cada um tinha sua igreja, não se cumprimentavam; perderam-se as relações de famílias, entre os dissidentes; insultavam-se mutuamente e estava sempre de quem vive? ou alerta uns contra os outros. As eleições eram verdadeiras batalhas, nunca se faziam sem sangue: e é a gente tão amestrada nisso, direi antes tão turbulenta, que eram chamados a fazer eleições em outros lugares. Como ontem nos disse aqui o boticário, praticavam de toda a qualidade de bandalheiras e falsificações. Mas parece que – entendo isso – não havia verdadeiras idéias políticas, eram famílias separadas e brigadas com seus partidários; a política era pretexto.¹⁴⁰

Muito já foi escrito para se entender a sociedade sertaneja e seus atos “facínoras”. Desde os determinismos geográficos que colocavam o homem como simples produto do meio geográfico e resultado de uma região inóspita até outras leituras apontam a miséria e a estrutura de atraso como responsáveis pela caracterização desta sociedade. Os cientistas do IHGB também escreveram sobre a violência e opinaram sobre suas causas. Para eles a solução estava em empregar tantos braços ociosos fosse possível na produção de riquezas para o país. A solução era o trabalho. Capanema propõe: “que se ocupem alguns desses tantos braços vadios”¹⁴¹. Gabaglia, em uma

¹⁴⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006, p.69.

¹⁴¹ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.176.

análise mais demorada, caminha para a mesma reflexão do geólogo. Citando um relatório de presidente de província de 1849, ele transcreve a seguinte nota:

Sinto que igualmente lisonjeiro não seja o quadro que tenha de apresentar-vos sobre a segurança pessoal e de propriedade. Desgraçadamente, como sabeis, nos sertões desta província os direitos individuais ainda estão longe de gozar de todas as garantias filhas da civilização, o bacamarte continua aí a ser um recurso adotado para a reparação e vingança de ofensas particulares, mais vezes supostas do que reais, e por outro lado, o latrocínio se tem tornado o meio ordinário de subsistência, abraçado pela classe dos proletários, de que abunda a província.¹⁴²

A transcrição de Gabaglia, feita através dos Relatórios de Presidente de Província, revela uma preocupação com a segurança pessoal e propriedade privada, preocupações constantes dos políticos e potentados locais. Novamente, as narrativas deixadas pelos ex-presidentes da província guiavam a escrita de Gabaglia em sua argumentação.

Ainda segundo o relatório transcrito por Gabaglia, o crime e o furto são “filho da mendicidade e vadiice, que cumpre extirpar, inspirando o hábito ao trabalho e ativando o progresso da indústria”. E o trabalho, o progresso e a indústria neste momento encontravam-se na agricultura, tanto para abastecer o mercado interno, como para produzir excedentes para o exterior. O uso da terra estava associada ao excedente, à produção capitalista. A agricultura geraria dividendos para a nação e ainda ocuparia estes braços ociosos. O trabalho era duplamente favorável, pois a luta era para superar a agricultura de subsistência e gerar excedentes para o mercado capitalista que se iniciava no país (MENEZES, 1995, p.187). Nas narrativas dos membros da Comissão Científica, o povo do Ceará era visto como indolente e ocioso. E para superar a agricultura de subsistência era preciso angariar braços, criar uma pedagogia do trabalho. A agricultura seria a riqueza da nação, livraria o Brasil da dependência externa e eliminaria um mal interno, a violência, causada pela vadiagem.

¹⁴² GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 108 (Grifo nosso).

3. O CEARÁ ENTRE O EXPORTADO E O EXPOSTO

3.1. PRODUTOS DA TERRA

Em 11 de dezembro de 1858 o jornal cratense *O Araripe* em nota assinada com o nome *Do Monitor Brasileiro* trás uma análise sobre a situação social da província. A matéria *A Actualidade* versa sobre política, agricultura, indústria, comércio, moral pública e costumes, relatando o futuro pouco brilhante que vai surgindo para o Ceará:

A agricultura conserva-se estacionaria, nos lugares onde os lavradores tem o trabalhador escravo, e em outros lugares definha pela falta de braços, que por muito tempo ainda não serão suficientes. A industria não progride, porque os manufactureiros não encontram vantagem em favor dos productos nacionaes. O commercio luta com as difficuldades que traz a falta de confiança, que produz uma crise, que se for longa, trará males incalculáveis (...). A este estado de politica, de commercio, de desanimo e de miseria, chama-se – Aactualidade (O ARARIPE, 11/12/1858).

Nesta mesma edição o jornal anuncia a vinda da Comissão Científica para o Ceará e comenta: “Deos queira appareção os resultados tão desejados, e que não seja infructifera a despesa superior á cem contos, e com objectos indispensaveis, feita pelo governo” (O ARARIPE, 11/12/1858).

Ao que parece, o autor da nota queria destacar os problemas vivenciados pelo Ceará e associá-los a possíveis estudos ou contribuições dadas pela Comissão Científica. É bem possível que esta nota tenha sido transcrita por João Brígido. A Comissão Científica chegaria ao Ceará em 4 de fevereiro de 1859 e a noticia de sua chegada se deu na imprensa cearense dias depois¹⁴³.

Os temas relatados e denunciados pelo “Do Monitor Brasileiro”, compunham na realidade os dilemas e problemas vivenciados pelo II Reinado. A tensão entre o trabalho livre e o escravo, a dependência do país, a ampliação do comércio interno, todas estas questões estavam intimamente ligadas. A

¹⁴³ O jornal *O Cearense* noticiou a primeira nota em 15 de fevereiro e *O Araripe* em 5 de março.

demanda gerada nos países industrializados colocava o Brasil em uma situação difícil: a de participar do rol dos grandes países capitalistas como simples fornecedor de matérias-primas. Esta era praticamente a única posição na qual o Brasil poderia atuar entre os países de capitalismo mais avançado. O dilema era este: como competir entre as grandes potências capitalistas com uma estrutura social e política tão atrasada, com relações de trabalho escravocrata e o uso irregular da terra?

Na segunda metade do século XIX, com o aumento da urbanização, o avanço da indústria em escala mundial vai acentuar as tensões entre a velha estrutura voltada para a subsistência e a nova ordem econômica capitalista voltada para o excedente. Acentuava-se a questão, mas ela já vinha sendo colocada desde fins do século XVIII. No Ceará a economia e a agricultura já eram analisadas e planos estavam sendo traçados para potencializar os usos da terra na província. Os projetos contemplavam a cotonicultura e as relações de trabalho, termos que, segundo seus mentores, estavam associados. Agricultura e trabalho funcionavam sob uma mesma ótica.

O algodão aparecia como sendo o tipo de cultura mais viável às condições climáticas e sociais da província. Seu cultivo destinava-se a ocupar os braços ociosos e gerar dividendos para o Ceará. Seu plantio requeria pouco capital e sua colheita não exigia grandes técnicas, o que se adaptava à realidade destas terras. Sua constante demanda no mercado mundial prometia colocá-lo como um dos principais produtos de exportação. No início do século XIX o algodão toma vulto na província cearense e as medidas e incentivos tomados pelo governo, mesmo que de forma temporária, dão resultados:

O algodão se consolidou enquanto principal atividade agrícola cearense. O governador da capitania (1808-1812), Luiz Barba Alado de Menezes, era uma das autoridades a ter olhar auspicioso sobre o algodão. Segundo ele, houve crescimento da agricultura cearense a partir de 1803, e essa agricultura aumentava mais ainda devido os portos que possibilitavam sua exportação. (...) agricultura e algodão eram tratados como sinônimos. (...) a cotonicultura representava a única atividade agrícola digna de referência. Esse destaque se justifica pelo peso comercial e lucro fiscal advindo da exportação do algodão (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p.77-78).

O estudo da agricultura estava citado como trabalho a ser realizado em três das cinco seções da Comissão Científica (Geologia, Zoologia, Etnografia), mas isso não impediu que todos seus membros escrevessem sobre o tema. O

estudo da terra, da natureza e seu uso permeavam os estudos dos cientistas. Buscava-se uma racionalização do cultivo através do domínio das técnicas agrícolas e do conhecimento das propriedades do solo. Saber quais as culturas que melhor se adaptavam a determinado tipo de solo era uma das preocupações da Seção Geológica:

Com referencia a agricultura, se poderá ainda a uma collecção dos diferentes solos em quantidade sufficiente para que se possa determinar o seu gráo hydroskopico, de aquecimento e conservação das temperaturas, assim como as diferentes analyses chimicas. As amostras deverão trazer as indicações seguintes: se mato virgem, capoeira, capão, alagadiço, etc., ou campo cultivado, e neste caso qual a planta que produz melhor nelle, se se acha esgotado para uma ou mais plantas, com quantas cultura se esgota, e que tempo leva a regenerar-se. Acompanharão as ditas amostras uma porção de tronco, folhas e fructos dos vegetaes que elles de preferencia produzem, afim de que se possa analysar as suas cinzas, e determinar á priori, á vista de uma vegetação, quaes elementos se deverão addicionar ao solo para produzir outra qualquer que se intente, servindo dest'arte o estudo geologico do paiz de guia ao agronomo que procure cultivar-o.¹⁴⁴

Nos trabalhos da Seção de Zoologia percebe-se o caráter utilitarista que a ciência tinha a desempenhar. Voltava-se para resultados práticos que o estudo da agricultura poderia produzir:

o estudo melhor dirigido dos diversos ramos das sciencias phisicas e sua applicação ás necessidades da agricultura tem produzido resultados de grande importancia, que nenhuma pessoa instruída contesta actualmente, e a entomologia é chamada a representar um papel indispensavel nas sciencias agrícolas.¹⁴⁵

Estes estudos, mesmo que pertencentes à “Comissão Científica de Exploração do Norte”, destinavam-se a estudos mais gerais. Até mesmo porque, no roteiro inicial, tinha-se a intenção de investigar outras províncias do país. Gabaglia, em seu texto publicado em 1877, traça um perfil dos estudos geográficos ligados à agricultura e sua importância para o país, mas em sua opinião, o sul deveria ser favorecido por sua importância agrícola. O “norte agrário” ou a agricultura do norte parecia não ter tanta importância naquele momento histórico:

¹⁴⁴ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XVIII.

¹⁴⁵ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XXIX.

Resultou, porém, que na meteorologia se deve tender a aumentar as observações de preferência a concluir desde já preceitos, limitando os resultados na apreciação das médias aproximadas para utilidade geral da navegação e da agricultura. Por este motivo, além de outros, reconheço a necessidade de organizar e desenvolver os estudos meteorológicos; mas em Referência a todo o Brasil em vez de referir-se a certa província de preferência às outras, e, caso parcialmente houvesse de proceder-se, creio que às províncias do sul e centro caberia a precedência, porque é nelas que a meteorologia pode trazer benefícios mais prontos e eficazes aos estudos agrícolas, de cujos produtos se sustentam as rendas gerais do Império: no ponto de vista financeiro as províncias ao norte de Pernambuco, posto que também carentes dos mesmos benefícios, deveriam ceder o lugar a suas irmãs do sul para vantagem geral.¹⁴⁶

Freire Alemão, quando de seu regresso à corte, realiza a leitura de seu relatório no IHGB, e nele suas críticas sobre a agricultura incidem não apenas sobre o Ceará e sim sobre o Império como um todo. Reclama por impulso, incentivo e instrução agrícola. Para o botânico, estes são os meios de se fazer a máquina da agricultura funcionar. Sua análise provém de observações realizadas na província cearense e em outros lugares por onde passou. Parte das críticas feitas pelo cientista em seu relatório é também visível em seu diário. Assim, o que Freire Alemão deu a ler na corte, era parte de sua experiência no norte do país:

Não se deve esperar de mim que entre nesta parte em largas considerações da tecnologia agrícola, para o que me faltam habilitações em teoria e prática. Ainda menos me entregarei a lamentações estereis sobre o passado e presente da nossa lavoura. E digo nossa lavoura, porquanto eu tivesse de dizer a respeito da do Ceará, referer-se-ia á de todo o nosso País. Por todo ele a cultura é costumaria, e ninguém se arreda da trilha antiga sem grandes empuxões. Não há aqui argüição, é isto da natureza das cousas, em toda a parte tem acontecido, e está acontecendo o mesmo. O homem, se seu espírito não é cultivado a ponto de servir-lhe de guia e abrir-lhe novos caminhos, é por instinto aferrado às noções que desde a infância bebeu pelo exemplo. Há mesmo nesta costumácia um sentimento de amor ao próximo, que dificilmente se vence. A grande necessidade é pois ilustrá-lo, abrir-lhe os olhos sobre seus interesses, despertá-lo de sua indolência e pôr suas forças e inteligência em atividade útil. Felizmente parece que vamos encetando esse caminho, e dado o primeiro impulso, a máquina rodara por si.¹⁴⁷

Estes impulsos dados à agricultura se dariam tanto pelos estudos científicos quanto pelo uso de braços ociosos ou simplesmente os “vadios”. As soluções propostas reclamam por técnicas agrícolas, incentivo do governo à

¹⁴⁶ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 100.

¹⁴⁷ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p.275-276.

agricultura e combate à violência. Capanema escreverá sobre o tema de forma arguta, associando agricultura, trabalho e progresso:

Por aí vão muito mal, meus senhores: se quiserem ter instituições agrícolas, criem primeiro a agricultura; se quiserem dobrar impostos e criar mesmo novos, promovam primeiro a produção daquilo que o país dá com tão notável abundância, desenvolvam as indústrias mais fáceis para ocupar esses numerosos braços que vão nascendo anualmente nas cidades, e tornai profícuos esses milhares e mais milhares de braços que estão inertes por esses campos e sertões, dai um passo mais: multiplicai vinte até cinqüenta vezes esses mesmos braços, auxiliando-os com os recursos que hoje oferece a mecânica com uma profusão espantosa. Não digais que o nosso povo é indolente, ide às oficinas mecânicas, públicas e particulares da corte, entrai nas fábricas de tecidos da Bahia, recomendo-vos a dos Queimados. Perguntai ao digno engenheiro Vignolles, na estrada de ferro da Bahia, e ide assim correndo por Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará; encontrareis numerosíssimos exemplos de que o povo brasileiro não é indolente: trabalha tanto como qualquer outro. O que precisa é de um impulso.¹⁴⁸

Segundo o estudo de Sylvia Porto Alegre, a alusão a *instituições agrícolas*, citada por Capanema, pode estar relacionada à formação do Ministério da Agricultura, cogitada pelo governo e criada pelo decreto imperial 1.067, de 28 de julho de 1860 com o nome de “Secretaria de Estado e Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”. O novo órgão se envolveria em questões polêmicas na política do II Reinado, tais como demarcação de terras indígenas e regulamentação das terras públicas e devolutas, agricultura e trabalho livre (PORTO ALEGRE, 2006, p. 342). A “institucionalização” de temas como a agricultura e trabalho livre mostra a relevância que essas questões possuíam e os debates que suscitavam. E os “numerosos exemplos” citados pelo geólogo serão citados também por outros membros da Comissão Científica. Após 1850, quando houve a proibição do tráfico negreiro, a questão da mão-de-obra parecia levantar preocupação e era discutida até mesmo por quem não tinha escravos. Virou conversa popular e, como tal, ganhava dimensões e versões as mais diversas. Freire Alemão, em hospedagem numa casa do interior cearense, transcreve a conversa que teve com a dona da casa, onde esta versa sobre a escravidão:

¹⁴⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.228 (Grifo no original).

De noite à hora da ceia, e o nosso hospede nos fez companhia, ficando a mulher encostada a porta interior, e dai tagarelando. É notável a simplicidade desta gente. Perguntaram-nos se nós vínhamos mandados pela Rainha, e como respondêssemos que sim; perguntarão mais se a Rainha já tinha feito pazes com o Imperador a vista da nossa ignorância a tal respeito se explicaram então: dizendo: correu por aqui que a Rainha, que é chimanga, quer que todos os escravos sejam forros, ao que se opõe o Imperador, que é do partido caranguejo, esta desavença os separou, e receia-se por isso grandes novidades; porque dizem se quiserem forrar os escravos muita gente se há de opor e resistir, e há de haver muita desordem, porque sem escravos não se pode passar.¹⁴⁹

O Ceará não era terra tão desconhecida pelos cientistas da Corte. Gonçalves Dias já havia estado na província no início da década de 1850, tratando de assuntos ligados à educação, por ordem do governo imperial. Capanema e Freire Alemão haviam tomado conhecimento sobre esta província na década de 1840 através dos escritos do naturalista Feijó. Mas havia um olhar “armado” que norteava estes naturalistas. Além de uma visão dada pela história natural, havia teorias em voga naquele momento e será sob a ótica destes olhares pré-concebidos (e concebidos) que o Ceará será esquadrihado pelo olhar científico nacional.

No Crato, Freire Alemão se depara com pedintes, como em muitas outras localidades por ele visitada, e observa que se prefere pedir esmolas que procurar empregos,

Em baixo o calor era fortíssimo, mas no alto da serra a temperatura era bem suportável. Estavam lá em cima em um rancho abertos duas mulheres pardas e um rapazinho; tinham até algumas frutas de jatobá. Disseram-nos que ainda não tinham almoçado e tinham ido colher frutas como marangabas, jatobás para comerem. Que miséria antes queriam esta vida de selvagem do que sujeitarem-se a trabalhar!¹⁵⁰

Ainda segundo o botânico, “Os homens são em geral imprevidentes, indolentes, e pouco amigos do trabalho; pelo contrário as mulheres estão sempre ocupadas (enquanto eles se balançam nas redes)”.¹⁵¹ Como ocupar a população com o trabalho quando estes não tinham muita simpatia para ser “operário”? Freire Alemão, em diversas passagens de seu diário, faz referência ao tipo de alimentação, ao *tipo físico* e à *cor* desta gente. Através destes

¹⁴⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. 1860, fl. 23-24, mimeo (Grifo no original).

¹⁵⁰ ALEMÃO, Francisco Freire *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. 2007, p. 15.

¹⁵¹ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961. p.210.

detalhes, buscava-se um perfil da gente do sertão. Uma espécie de “determinismo” norteava o olhar do botânico:

O povo em geral é bom, industrioso, mas indolente como são os povos dos países quentes, e das raças americana, africana, e dizemos também latina. As mulheres são mui políticas, e o clima ajuda a criação dos filhos; a gente sem ser formosa, é de boa aparência, principalmente no sertão, onde se vêem belas formas, e vivas cores; mas tudo se deteriorou logo pela [riscado – “sendo de viver”] falta de cultura e costumes semi-bárbaros.¹⁵²

A Comissão Científica tinha como objetivo a tarefa de descrever a nação pelo olhar nacional, uma descrição própria, rejeitando assim as “falsidades” propagadas pelos cientistas estrangeiros. Mas observa-se que Freire Alemão insiste e incide sobre o mesmo olhar: as teorias “deterministas” da Europa. As ideias de determinismo europeu se propagaram pelo mundo, além disso, os nossos cientistas tiveram sua formação no velho continente, fato que os levou a beber na mesma fonte dos defensores das teorias vigentes naquele momento. Capanema também deixa transparecer suas teorias deterministas ao analisar a violência causada em Telha, motivada pelos ânimos alterados durante a eleição que ali ocorreu. Pergunta o cientista: “Serenação os ânimos até Dezembro? Duvido, salvo se contarem com os efeitos da seca; eu lhe explicarei quais são”. E segue expondo sua argumentação:

Nos Estados Unidos formou-se uma sociedade de legumistas, mui digna irmã da sociedade de temperança, que proíbe o uso de todas as bebidas fermentadas, salvo no caso único em que venham misturadas com salsaparrilha, o mais poderoso depurativo do sangue, e como não há sangue mais impuro que o do tal tio Samuel (U.S., United States, ou, na linguagem do povo, Uncle Sam) engole ele quantidades enormes de rum, conhaque etc. salsaparrilhado — isso não é intemperança. O mesmo tio descobriu que o homem carnívoro é de instintos ferozes, por isso, a fim de que a nação americana se torne uma nação mansa, para não engolir o mundo quando crescer demasiadamente, decretou o uso exclusivo de legumes. Referem-se para isso a uma experiência do velho abade Spallanzani que fez um gavião comer só pão, e ficou o passarinho mais manso do mundo; no entanto, que um pombo sem fel só alimentado a carne tornou-se feroz como um abutre. Ora, o povo cearense durante o inverno se alimenta de carne, segue-se que em setembro ainda o povo está cheio de instintos ferozes e sanguinários. Ora, em dezembro já o gado está magro, o alimento da população é só legumes, milho, jerimums etc., e o povo já pode ter alguns instintos columbinos. O Dr. Lagos que aparece

¹⁵² ALEMÃO, Francisco Freire. 1860, fl. 75, mimeo (Grifo nosso).

por cá é dessa opinião, ele andou por aquelas bandas da Telha e Icó, conhece as circunstâncias e aprecia-as zoológicamente.¹⁵³

A argumentação dos cientistas se dá através de suas experiências, suas viagens e contatos. E as experiências dos cearenses e sua relação com o trabalho passam a ser observadas e registradas. Mas nem só de teoria foi feita a imagem da “índole” do cearense. Os cientistas também dariam propostas para melhorar a agricultura cearense.

Nos escritos e relatórios dos cientistas, a agricultura, junto à pecuária, são as riquezas da província. Gabaglia registraria que “só os gados e os produtos agrícolas representam as duas fontes essenciais da riqueza geral da província”.¹⁵⁴ O parco progresso do Ceará não se devia à esterilidade da terra e sim à falta de incentivo, pela precariedade dos transportes, que além de dificultar a circulação interna, acabavam encarecendo os produtos, sendo este um aspecto duplamente desfavorável. Segundo Gabaglia o Ceará tinha “Clima favorável à existência do homem e à produção agrícola; comunicações péssimas; abandono e destruição das matas”.¹⁵⁵ A destruição das matas aparece não apenas atrelada aos malefícios à agricultura (cottonicultura e agricultura de subsistência) e sim a todo o meio ambiente. Uma acirrada discussão foi travada sobre este tema.

Em dezembro de 1859 Thomaz Pompeo de Sousa Brazil publicou o livro intitulado *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Esta discussão sobre as maneiras de minorar ou evitar as secas será tema de divergência entre os intelectuais locais e os cientistas do império.¹⁵⁶ Mas segundo as “memórias” dos agricultores, o Senador Pompeu estava certo, pois junto ao desmatamento veio o agravamento das secas. Gabaglia recordaria futuramente as críticas feitas ao desmatamento e endossava a discussão: “Vozes eloqüentes pela imprensa em 1859 e 1860 lembraram a necessidade de cuidar na conservação das matas. E é provável que a seção de botânica com a ilustração que possui elevará a questão à devida altura de sua importância, visando-a sob muitas outras

¹⁵³ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006. p. 187-188.

¹⁵⁴ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 62.

¹⁵⁵ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 66.

¹⁵⁶ Uma discussão detalhada desta polêmica foi escrita por Kênia Rios em introdução à publicação dos textos de Gabaglia e Capanema. Cf. RIOS, 2006.

faces”.¹⁵⁷ Ainda segundo o geógrafo, “Afirma-se que antigamente as estações eram regulares. Que todas as serras, quando cobertas de matas, tinham mais longo inverno e copiosas chuvas, e mesmo que os invernos sucediam-se com períodos mais uniformes”.¹⁵⁸ Técnicas rudimentares como as queimadas, levaram à destruição das matas, e as secas aumentaram o problema, como observou Freire Alemão:

O nome Serra Grande havia criado em minha fantasia a imagem de uma serrania alterosa e revestida de majestosas matas: acendia-se-me o de a ver, e para ela caminhava com certa sofreguidão; mas todo esse alvoroço acalmou apenas e avistei de longe rasa como o Apodi e Araripe. Seus bosques, de que já não resta se não a lembrança, dizem que foram ricos em ótimas madeiras. O nosso modo bárbaro de cultivar a terra deu cabo de tudo. A temperatura subiu, as águas diminuíram, os efeitos das secas já ali se fazem sentir.¹⁵⁹

A agricultura também trazia prejuízos devido ao uso não racional da terra. Sua expansão acarretava o desmatamento. Freire Alemão observou “que a cultura do algodão tem destruído grandes porções de mata. Hoje com a cultura do café estão também se descobrindo os montantes que dantes se conservavam nas matas”¹⁶⁰. Seja na cultura do café ou do algodão, o uso do solo era o mesmo, caminhava junto ao desmatamento. Devido a todos estes fatores, não surpreende que uma população numerosa (contando em 1862 com cerca de 519.000 habitantes) sofresse inúmeros problemas relativos ao abastecimento, motivados entre outras causas, pelo atraso das relações de produção, pelos precários meios de transporte e pelo clima. Muitas vezes precisou-se importar os alimentos de que necessitava a província (GUABIRABA, 1989, p.34).

O sistema de plantio era feito a partir de arrendamento da terra e os agricultores pouco lucravam plantando em terras alheias, nada conseguindo ou acumulando ao longo dos plantios. A estrutura social da agricultura não era muito promissora para a gente pobre. A sujeição e exploração a qual os trabalhadores agrícolas estavam submetidos os levavam a migrar ou buscar

¹⁵⁷ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006. p. 72.

¹⁵⁸ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006. p. 67.

¹⁵⁹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p.69.

¹⁶⁰ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, 1961. p.195

formas variadas de sobrevivência dentro deste sistema de concentração de terras e exclusão social. Juvenal Galeno em suas *Lendas e Canções Populares* escreve um poema intitulado “Cativeiro”, onde deixa transparecer essa exploração:

Passarinho, vai-te embora
Dêste raminho fronteiro,
Que em meu rôsto côr da noite
De prantos cai um chuvaireiro...
Vai cantado a liberdade
Que eu choro meu cativeiro.

Tua lei é o teu desejo,
Sempre assim desde janeiro!
Minha lei – capricho alheio...
Meu caminho o mais frageiro!
Vai cantando a liberdade
Que eu choro meu cativeiro.

De manhã, quando despertas,
Vem banhar-te no ribeiro,
E eu de enxada ao ombro marcho,
Mais triste para o cafeeiro!
Vai cantando a liberdade,
Que eu choro meu cativeiro.¹⁶¹

Juvenal Galeno faz uma crítica ao “cativeiro” sob o qual estava submetida parte da população. O botânico Freire Alemão sintetiza bem a mesma situação sob a qual estavam submetidos os agricultores em grande parte do país:

É um grande mal do Brasil a sujeição, em que a classe proletária estão para com os senhores de terras, e potentados. Esta pobre gente, nunca conta com sua pequena propriedade segura; está sempre à mercê do capricho, e da brutalidade dos que possuem a Terra, e tem em suas mãos a ação do poder; e receosos sempre da perseguição, não tomam assento em parte alguma e estão sempre de mochila às costas: e sem futuro certo não contando com o fruto de seu trabalho, entregam-se à inércia ou ao serviço alugado, e ao peno negócio, tudo enquanto prejuízo do país.¹⁶²

Entre o “roubo” e o “engano” se faziam as relações de trabalho. Para Gabaglia, a província ofertava condições para o cultivo e seu entrave era o ócio da população:

¹⁶¹ GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. Vol. 2, 1969, p.108.

¹⁶² ALEMÃO, Francisco Freire. 1861, fl. 146, mimeo.

acha-se nos anos regulares esta província em magníficas condições, abundância da caça, farta colheita de vegetais e frutos alimentícios concorrem para que uma avultada parte da população encare o trabalho mais pelo lado de funesta calamidade, que pela justa interpretação do dever inerente à criatura social.¹⁶³

Sua descrição da província é positiva e sua crítica serve como paliativo contra o estado de estagnação em que se encontrava o Ceará. Para o geógrafo, nem sempre a falta do que fazer era o problema, e sim a ociosidade do povo. Sua análise incide sobre a suposta “ociosidade”, mas as condições de trabalho em nenhum momento são consideradas. Para ele o Ceará é uma terra fértil, precisando potencializar suas riquezas:

A seu tempo se verá que minha maneira de apreciar as qualidades do povo cearense é de amigo, mas isto vai longe de asseverar aquilo de que não tenho convicção e de negar à ruína mesmo as conclusões que deduzi em mais dois anos de labutações, as quais, em boa dose, principalmente se agravavam pela indiferença para o serviço que sempre achava nos trabalhadores, mesmo facultando-se-lhes pagas generosas.¹⁶⁴

E era justamente nas colheitas do café que o sentimento “funesto” ao trabalho, descrito por Gabaglia, ganhava uma dimensão prática. Sobre os apanhadores de café, que ofertavam seu trabalho a muitos produtores, Capanema observa um pouco da “esperteza” dos cearenses:

A colheita é feita por braços livres, no que de um lado lucra o plantador, de outro, porém, sai lesado por causa da má organização da polícia a este respeito. O trabalhador que se propõe colher café vai ter com o lavrador, pede-lhe uma quantia de 2\$, 3\$ a 5\$ adiantados para comprar mantimento e deixar alguma coisa a família, e compromete-se a ir no dia imediato para o serviço; - não há nada mais justo, acontece, porém, que no mesmo dia o tal apanhador de café vai oferecer o seu préstimo a outro, ou a mais dois ou três lavradores com as mesmas condições, todos aceitam, porque precisam de gente, quando não, perdem a safra, ou parte dela; o bom do homem que tem prometido o dia imediato a todos aqueles que lhe adiantaram dinheiro, escolhe a resolução que deve tomar; ou some-se, ou vai colher café para um dos credores, ou mesmo para um do qual nada recebeu. Se ele assina contrato, pouco se importa, procede da mesma forma.¹⁶⁵

Outros trabalhadores ficavam apenas com um contratante, multiplicando suas horas de trabalho. Acontecia que na noite e na madrugada adentro, ele

¹⁶³ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 79

¹⁶⁴ GABAGLIA, Raja. *A seca no Ceará*, 2006, p. 80

¹⁶⁵ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p. 215-216.

trabalhava “por conta própria”, apanhava e vendia café por sua conta. Esta prática era bastante comum:

Um trabalhador no ponto mais alto da serra e mais afastado de qualquer povoação deu provas de boa indústria: à meia-noite ele levantava-se, tirava do terreiro uma a duas quartas de café, levava-o daí a mais de uma légua por trilhos estreitos, íngremes, escuros, vendia-o em uma taverna e voltava ainda a tempo para acabar de dormir, de madrugada era o primeiro em pé, à noite era o que tinha feito maior colheita. É muito provável que este indivíduo ativo não seja o único desta espécie, principalmente perto das povoações é natural que abundem. Isso é tanto mais certo quanto há sujeitos que com vinte cafezeiros fazem melhor safra que outros com duzentos. Há lojistas que ensacam mais café do que os fregueses podem colher de meias.¹⁶⁶

Ainda segundo o geólogo, em sua visita a Pacatuba, havia gente que não trabalhava e ninguém sabia de que sobrevivia, negava-se mesmo ao trabalho na agricultura como apanhador. Sua medida é enérgica contra este tipo de comportamento: “Todos aqueles que ela [polícia] descobrisse com a especial propriedade de viver do ar, trouxesse-os debaixo de boa vigilância até que mudassem de regime”.¹⁶⁷

Contra a “cultura do ócio”, Capanema sugere a atuação do governo no combate à vadiagem. Era preciso criar na população, desde cedo, a sujeição ao trabalho. O cientista argumentava que “ainda mais um benefício podia a polícia fazer: há tanto menino vadio completamente, em lugar desse estado pouco proveitoso não só para ele, como para a sociedade, a autoridade poderia fazer que ele aprendesse a trabalhar”. O geólogo transcreve um ditado popular onde se percebe as intencionalidades de uma pedagogia do trabalho:

Desde pequenino
Se torce o pepino
Não se deve esperar que vire cornichon.
Quanto às meninas, essas não exigimos que sejam mandadas apanhar café, só para respeitar um adágio da terra que diz:
Não manda
Sua filha para o café
Ela vai moça
E volta muié.¹⁶⁸

¹⁶⁶ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.217.

¹⁶⁷ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.217-218.

¹⁶⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*, 2006, p.218.

O recurso ao trabalho será elogiado por Capanema tempos depois, quando de sua permanência no Ceará durante o ano de 1878, visita ocasionada pela construção da estrada de ferro de Baturité. Em 1877 o Ceará passa por uma grande seca, o que ocasionou uma forte migração para a capital e outras cidades de maior porte. O governo usou dos socorros públicos para manter a ordem e fornecer ajuda ao povo. Capanema escreveria então sobre o uso do retirante como mão-de-obra:

Não é de longa data que o Ceará deu o mais belo exemplo de respeitar a dignidade individual da gente atingida pelos efeitos da seca. Era o ano de 1878, em que construía a estrada de ferro de Baturité (...), o engenheiro chefe era o finado Morsing (...). Recebeu um chamado do presidente [da província], que logo o aconselhou com as seguintes palavras “Sr. Morsing, tenho aqui na capital cinco mil retirantes que se sustentam e vivem em completa ociosidade; peço-lhes que me livre deles e os ocupe”. (...) Foi apresentado o engenheiro Pinkas ao presidente. Este lhe disse o que queria e fizesse pedido do que carecia. Este pedido limitara-se a pás, enxadas, alviões, picaretas, forjas, barras de ferro e aço, assim como alguma ferramenta de carpinteiro, enxofre e salitre; foi tudo prontamente satisfeito, e Pinka tomou conta dos cinco mil retirantes, levando logo tudo para o mato.¹⁶⁹

Em Aracati, Freire Alemão se depararia novamente com a questão do trabalho, da esperteza do povo e a ausência de policiamento para esta gente. Tanto em 1859, com as observações de Freire Alemão, como em 1878, com os reclames de Capanema, o governo é “chamado” a dar conta dos “vadios”:

Ouçõ aqui uma queixa geral contra a indolência e vadiação desta gente, custa-lhes muito a chegar e não têm persistência no trabalho; falham quando mais se precisa deles; eles fazem grandes estragos nas plantações, roubando tudo. Costumam muito furtar, isto é, pedir dinheiro adiantando – safam-se. O preço dum jornaleiro aqui é de 640 [réis] a seco. Todos se queixam da falha da policia, isto é, querem que o governo obrigue esses homens a trabalhar.¹⁷⁰

As críticas incidem sobre a má administração do governo, sobre a ociosidade do povo, a ausência de estradas que facilitassem as trocas comerciais na província e até sobre a estrutura agrária do país. A seca não aparece como fator determinante de atraso na produção agrícola da província. Buscava-se nestas análises científicas não uma natureza amorfa, pelo

¹⁶⁹ CAPANEMA, Guilherme. *A seca no Ceará*, 2006. p. 203-304. Na primeira versão deste texto encontra-se escrito: “Artigo inserto no Jornal do Comércio e reproduzido em avulso por deliberação da Sociedade Nacional de Agricultura”. Foi publicado em 1901.

¹⁷⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 72.

contrário, desejava-se descobrir os segredos e riquezas de cada paisagem. Cada província poderia gerar, através de suas particularidades, riquezas para a nação. Nesta busca pela integração nacional, cada lugar seria não apenas minuciosamente, mas poeticamente descrito. O Ceará é descrito como uma espécie de oásis no deserto, onde a miragem tem muito a surpreender para quem olha atento para o que ali está:

Ceará! O país de uma produção prodigiosa, superabundantes, onde o solo se esforça por produzir, como por encanto, uma pujante vegetação que se desenvolve com rapidez! Um terreno pedregoso, seco, coberto de arvoredos, com troncos denegridos, sem uma folha, produziria a impressão de uma natureza morta – mas uma atordoada algazarra de papagaios, periquitos, jacus, quero-quero, xexéus, corrupeiros e bandos de pombas revelam a existência de vida, de uma natureza animada – cujos habitantes se nutrem de sementes das gramíneas torradas, quebradiças, reduzidas a pó que o vento permanente durante os dias espalha como leve poeira, deixando o chão limpo coberto de abundância de grãos alimentícios.¹⁷¹

E será sob uma ótica de “natureza animada” que Freire Alemão irá ler seu relatório no IHGB (04/12/1861). Freire Alemão busca ser ouvido atentamente em suas observações sobre a Província do Ceará, dando seus feitos e roteiros: “E ficarei contente se durante a sua leitura [relatório] não desmerecer vossa atenção e benevolência” (BRAGA, 1962, p 259). A descrição feita pelo botânico a respeito da demarcação do espaço cearense passa pela fala e imaginação. Ao mesmo tempo em que falava sobre paragens tão distantes, o botânico mostrava ao Brasil sua imensa riqueza. Apresentava-se não apenas o Ceará, mas a riqueza brasileira ainda desconhecida em suas várias regiões:

Pode-se considerar na superfície do Ceará três regiões botânicas bem caracterizadas, a do litoral, a das serras, e a do sertão, as quais compreendem sub-regiões, cujo estudo não é para agora (...). A região do sertão abrange quase toda a província: seu terreno montuoso, pedregoso, árido, é revestido de matas denominadas catingas (sic). As árvores de catingas são geralmente de pequenas dimensões, e largam as folhas no tempo seco. Suas espécies características são: sabiás, juremas, pereiros, imburanas, mufumbos, catingueiras, etc. estas formam maciços do meio dos quais se levantam sobranceiras e dispersas muitas árvores de boa estatura, e de ótimas madeiras, como são as seguintes: aroeira, pau- d’arco

¹⁷¹ CAPANEMA, Guilherme. *A seca no Ceará*, 2006. p.189.

roxo, angico, gonçalo-alves, marfim, cumaru, violete, coração de negro, braúna, pau-branco, etc., etc.¹⁷²

O botânico elabora um relatório dividido em vários momentos, onde enumera as riquezas da província cearense. A terceira parte, intitulada “Considerações gerais sobre a agricultura cearense e seus usos industriais”, traz um estudo detalhado sobre as culturas agrícolas que podem gerar riquezas para a província, desde que sua produção seja estimulada. Na realidade, o cientista chamava a atenção para o potencial das riquezas existentes no Ceará. Ele cita então, entre outras, as seguintes culturas: Mandioca, milho, arroz, feijão, bananas, mamões etc... (BRAGA, 1962, p. 275)

Em outro momento ele chama a atenção para a “cultura das plantas que dão produtos industriais e mercantis”. Ele se detém em análise sobre o algodão, o café e a carnaúba, dentre outros. É interessante notar que Freire Alemão se detém tanto em descrever produtos que podem se tornar rentáveis quanto aqueles que já estavam na base da economia cearense. No primeiro caso temos o café e o algodão e no segundo a carnaúba.¹⁷³

Falava-se de cultivo, introdução de novas tecnologias e uso do trabalho como forma de otimizar as potencialidades da província cearense, mas a canalização deste esforço sobre a agricultura estava atrelada ao próprio momento histórico pelo qual o país passava e especialmente o Ceará. Novas forças político-econômicas afloram da segunda metade do século XIX em diante. A partir de então a agricultura passou a ser preocupação nacional, levantando sérias questões políticas e fazendo parte da agenda científica. Uma série de medidas levadas a cabo no período de 1850 em diante deu incentivo à agricultura, em especial ao algodão, devido à procura no mercado mundial, causada pela Guerra da Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos. Podemos sintetizar o período de 1850-1870 da seguinte forma:

¹⁷² BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p 271.

¹⁷³ O historiador Raimundo Girão elabora um quadro econômico do Ceará da segunda metade do século XIX onde o café e o algodão disputavam a hegemonia econômica na província. Sobre o café, observa o pesquisador, que “só após 1846 o café entra para as listas de exportação” (GIRÃO, 2000, p. 279). O café teve rápida expansão na província e superou, em valor, as exportações do algodão entre os anos de 1860-61 a 1864-65, sendo a serra de Maranguape e Baturité os lugares de maior produção (Idem, p. 380). O café seria uma das pautas de maior peso da província até o fim do império, quando o algodão avança em valor.

A ausência de secas destruidoras, os altos preços do algodão no mercado mundial, permitiram a elevação dos níveis de exportação, que superaram a importação. Várias firmas comerciais exportadoras estabeleceram-se no Ceará e a praça de Fortaleza sobrepôs-se às demais. Nesta fase, o Governo preocupou-se com a modernização da agricultura, tentando adquirir máquinas que seriam vendidas a longo prazo e a preços módicos aos agricultores e estabelecendo uma fazenda-modelo de criação de gado (GUABIRABA, 1989, p. 9).

Ainda na análise sobre os potenciais econômicos, a carnaúba parece ter sido eleita como um símbolo do sertão. É citada em vários momentos nos textos dos cientistas. O relatório lido pelo presidente da seção de botânica, Freire Alemão, no IHGB (22/11/1861), diz que as ribeiras do rio Jaguaribe são “cobertas de verdadeiras florestas de carnaúbas, que sempre verdes alegam aquelas paragens”.¹⁷⁴ Ainda segundo o botânico as carnaúbas “são palmeiras preciosíssimas; não há uma só de suas partes ou de seus produtos industriais que não seja de utilidade”. O que Freire Alemão leu sobre a carnaúba no IHGB fazia parte de sua admiração pela mesma durante suas andanças pelo Ceará. Em seu diário, o botânico relata os usos que a planta poderia desempenhar na economia local. Sobre as cidades à beira do rio Jaguaribe, onde abunda a planta, ele observa que:

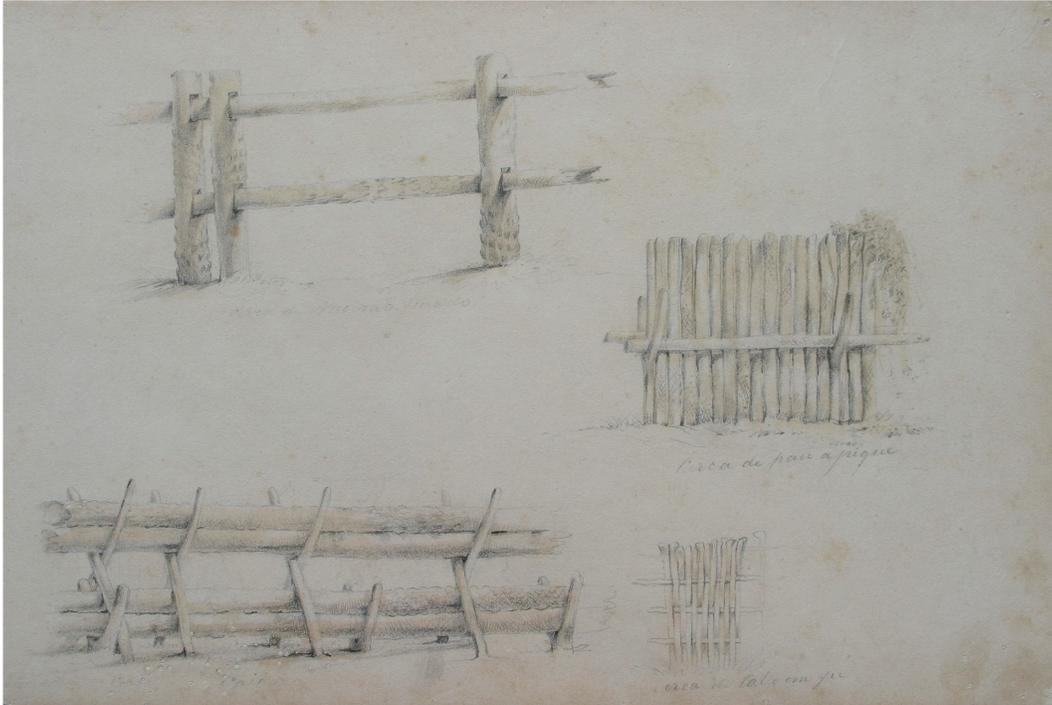
A indústria que tem por matéria-prima os produtos da carnaúba é importante. Da haste da carnaúba se faz todo o madeiramento da casa, mais esteios ou forquilhas, fazem-se bicas, ripas etc. O lenho ou a madeira externa é meio duro e pesado, de cor pardo escura, fazem dele bengalas etc. como se faz do airós [sic]. Da raiz se fazem cestas e cestinhas e costura e dela se servem como da salsa, do grelo se faz farinha e excelente tapioca como hoje mostra o tenente Bento), das folhas novas se fazem tucum ou fios do dorso (...). da mesma folha se fazem bons chapéus, cestinhas, peneiras etc., do talo da folha se faz muita coisa como caçuás etc. etc., a fruta é sustento para o homem é para o gado, da amêndoa torrada fazem café, das folhas desfiadas fazem enchimentos de cangalhas etc. etc. enfim da carnaúba se extrai grande porção de cera. Estas palmeiras são infinitas, por toda esta província é lugar em que não se vê outra coisa e por léguas de extensão, todos os lugares baixos e úmidos, vales e margens de rios, tudo está inteiramente coberto desta planta. Dizem que dois milheiros de folhas dão uma arroba de cera.¹⁷⁵

A carnaúba seria ainda objeto de desenhos dos cientistas. Ela está presente em várias aquarelas desenhadas por Reis Carvalho, não só pela presença constante com que ela aparece na província, mas principalmente

¹⁷⁴ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p. 262.

¹⁷⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 76-77.

pelo papel econômico que ela exerce no cotidiano e na economia local. Foi usada constantemente pelos provincianos na preparação de cercas, na construção de casas e no artesanato.¹⁷⁶



(Cerca de mourão furado. Cerca de pau a pique. cerca de talo em pé. Cerca de caixara).

Assim como os trabalhos com a carnaúba outra atividade que foi destacada pelos cientistas, especialmente Lagos, foi a pesca. A pesca é representada tanto como fonte de riqueza como arte do ofício. Nos relatórios lidos pelos cientistas no IGHB, a pesca, ao lado da agricultura, vai aparecer como um dos potenciais de riqueza da província cearense. Assim, as aquarelas e o texto chamam a atenção do governo para esta arte. Cabe ao governo incentivá-la. A tela e a escrita tem aqui um cunho utilitarista: expor para corrigir. Expor o meio social e suas técnicas e exigir o melhoramento.

¹⁷⁶ Raimundo Girão analisando a produção de cera de carnaúba nos fornece os seguintes dados: "No ano de 1856-57 embarcaram pelo porto de Aracati 538-568 Ks de cera, e pelo porto de Fortaleza 26.112 ks". Ainda segundo o pesquisador, baseado em dados do Senador Pompeu para o ano de 1862, a exportação de cera dos dois citados portos subiu a 720.000 ks., e o consumo local a 560.000 ks., no total de 1.280.000 ks (GIRÃO, 2000, p.387).



(Pescas das piranhas em Russas Quixó, 18 de setembro de 1859).

Lagos foi um ardoroso defensor da pesca no país. Sua descrição do ofício do pescador é eivada pelo tom romântico que fala e demarca a presença do pescador como sendo um tipo nacional e que pode oferecer à nação grande riqueza através de sua arte. No dia 6 dezembro de 1861, Lagos leu o relatório da seção zoológica no IHGB. Sobre a pesca escreve (e lê) que:

Enquanto os caçadores preparadores, que comigo levava, se ocupavam na caça e conservação dos quadrúpedes, aves, répteis e insetos, tratava eu relações com os pescadores que habitam nas praias próximas a cidade, sobretudo junto da ponta do Mucuripe, onde se acha colocado o farol, guia dos navegantes que demandam o porto, e a poucos passos uma pitoresca e aprazível povoação de cento e tantas cabanas, construídas de carnaúba, dispersa com irregularidade, simétrica pelo longo da praia entre elevadas e graciosas palmeiras, e ocupadas por indivíduos, a mor parte de raça indígena, que vivem exclusivamente da pescaria.¹⁷⁷

Sobre a jangada e o saber dos pescadores, relata:

As jangadas regulares são fabricadas de seis paus, e raras vezes de mais; seu comprimento regula quarenta e cinco palmos, sobre sete e oito de

¹⁷⁷ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p.319.

largura: os paus são importados de Pernambuco, onde existe grande quantidade das árvores que fornecem (...). Os jangadeiros, que nem de nome conhecem bússola, guiam-se no alto mar pela direção do sol, dos ventos, das estrelas e da Via-Láctea, à qual denominam mancha.¹⁷⁸

Para “Esta arte preciosa, tão lucrativa para o individuo, e não menos para o Estado, limita ali as suas operações às balizas dos nossos mares territoriais, e assim sucede em todo o litoral do Brasil”. Usando-se de Conde de Lacépède e sua *História dos peixes*, Ferreira Lagos referenda seu discurso, onde a pesca, canalizada para o trabalho, pode gerar riquezas e progresso para o país. Em seu discurso (e sua fala, posto que estava lendo), o zoólogo transcreve a seguinte nota do Conde de Lacépède:

A pesca precedeu a cultura dos campos, é contemporânea da caça; mas existe uma diferença entre a caça e a pesca, a saber, que esta última convém aos povos civilizados, e longe de opor-se aos progressos da agricultura, do comércio e da indústria, ele pelo contrário multiplica seus felizes resultados. – Se, na infância das sociedades, a pesca fornece a homens ainda meio selvagens um alimento suficiente e salubre, se os habitua a não temer a inconstância das ondas, se os faz navegantes; ela oferece aos povos civilizados abundantes messes ara as urgência do pobre, tributos variados para o luxo do rico, preparações procuradas para o comércio longínquo, estrumes fecundantes para as terras poucos férteis; ela obriga a atravessar os mares, a afrontar os gelos do pólo, a suportar os fogos do equador, a lutar contra a tempestade; ela espalha sobre o oceano florestas de mastros, prepara os marinheiros experientes, os comerciantes audazes, os guerreiros intrépidos. – Mãe da navegação, vai sempre crescendo com esta obra-prima da inteligência humana. À proporção que as ciências aperfeiçoam a arte admirável de construir e dirigir as embarcações, ela multiplica seus instrumentos, estende suas redes, inventa novos meios de sucesso, angaria maior pessoal, penetra nas profundidades dos abismos; ela arranca dos mais secretos asilos, e persegue até as extremidades do globo os objetos de sua constante pesquisa.¹⁷⁹

Lagos era um apaixonado pela pescaria. Em vários momentos de suas excursões pelo Ceará, ele saía para pescar com a população local. O convívio permitiu um contato maior com a vida mais cotidiana dos pescadores, inclusive com seus anedotários, as famosas “histórias de pescadores”. Sobre a criatividade das narrativas, ele anota que:

Antes de deixar este artigo, já talvez longo demais, escreverei ainda que meus entretenimentos com aquela boa gente, de uma credulidade ilimitada,

¹⁷⁸ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p.319-320.

¹⁷⁹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p.321-322.

resultou-me o arquivar, além das notas desejadas, uma curiosa compilação de contos mais ou menos extravagantes, a respeito de sucessos ocorridos no mar, da existência de peixes monstruosos, de naufrágios e cenas horríveis que se seguiram, de encontros inesperados na vastidão do oceano, etc.; histórias palpitantes de emoções, como as aventuras imaginárias do Robson de Daniel Defoe.¹⁸⁰

A partir do relatório de Lagos, temos informações sobre o cotidiano dos pescadores, constando nele técnicas, modos de vida e seus saberes. Infelizmente, muito do que foi escrito por ele se perdeu. Segundo Renato Braga:

Cumprindo a sua promessa, Lagos deu início à leitura da Linguagem popular do Ceará, capítulo de suas Observações de costumes, de preconceitos, e usos, de festas populares, e até de palavras especialíssimas e de significação exclusiva da população menos civilizada do Ceará. Trata-se sem dúvida, da primeira contribuição ao folclore cearense. Constituía volumoso manuscrito e, como o autor não entregou ao Instituto, certamente se perdeu (BRAGA, 1962, p. 98).

Juvenal Galeno também iria escrever sobre os pescadores, dando a estes um tom romântico, algo ausente em seu poema sobre os trabalhadores da agricultura. O pescador parece ter despertado uma visão idílica entre natureza e paisagem. Seu cotidiano aparece em meio às fúrias e benesses da natureza:

Depois... o sono, a tipóia!
O jangadeiro descansa!
Oh! Quanto amor e bonança
Naquele branco areal!
Que importa fúrias do vento?
Seu filho ali... sua esposa...
Perto a jangada repousa
À sombra do coqueiral.
Ai vida de pescadores...
Quem me dera vida igual!¹⁸¹

A agricultura e a pesca foram apenas alguns dos temas que de forma direta ou indireta, foram objeto de análise dos cientistas durante dois anos e quatro meses de viagens pela província cearense. Cenas, tipos, técnicas e falas faziam parte desta imensa natureza *brasílica*. Na tarefa de se inventariar a nação, mobilizaram-se botânicos, geólogos, geógrafos, zoólogos, historiadores, todos empenhados em traçar um quadro da nação brasileira. Um

¹⁸⁰ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p.326.

¹⁸¹ GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. Vol. 2, 1969, p. 17.

olhar científico esquadrihava, mapeava, desenhava e (d)escrevia os mais variados rincões, numa tentativa de conhecimento e integração. O resultado desta operação científica e nacionalista foram relatórios, aquarelas, exposições e muitas expectativas.

3.2. OS OLHOS DA CORTE

Em 27 de junho de 1851 o jornal *O Cearense* estampava a seguinte nota:

Todo mundo mandou objectos raros de sua industria para a exposiçãõ, só o misero Brasil nada pôde mandar, a menos que quisesse mandar um modelo de fazer eleições, isto é, um cacete, e baioneta – porque neste gênero de industria o nosso bom governo desafia ao mais provecos do mundo (O CEARENSE, 27, 06/1851).

O reclame acima incide sobre a ausência do Brasil na grande Exposiçãõ Universal de 1851, realizada em Londres. Essa exposiçãõ teve todos os seus faustos, com a rainha da Inglaterra abrindo o evento. O maior exemplo desse espetáculo se materializou no próprio Palácio de Cristal,

Mas de 1:200 contos custou o grande palácio de vidro. Que acaba de abrir-se no 1º de maio contendo os productos da industria de todo mundo. Este immenso edificio feito todo de vidro, e ferro, que é certamente a maior maravilha do nosso século foi construído dentro de um ano (O CEARENSE, 27/06/1851).

Estrutura e técnica materializavam-se no prédio-sede do evento. Seis milhões de pessoas de todo o mundo concorreram para ver o *espetáculo das vitrines* (TURAZZI, 1995, p. 231). O jornal *O Cearense* segue ainda mostrando a grandiosidade desta Exposiçãõ.

O edificio tem 1 848 pes de comprido, 408 de largo, e 66 de altura. A construcçãõ central com abobada de vidraças enormes tem 108 pes de alto, e consiste inteiramente de vidros e de ferro, à excepçãõ de chão de vários andares, o edificio tem 3 230 columnas, 2 244 amarras, 1 128 contrafortes, todos de ferro, 358 sustento de tecto, 900 0000 pes quadrados de vidro pollido. A galeria terá 29 pes de largo. A superfície que o cobre de 18 acres ingleses, o espaço necessário para deposiçãõ dos objectos exibidos é de 21 acres, ficãõ talvez 6 acres para os passeios dos visitantes ao 1º e 2º andar e as galerias ou 250 mil pés quadrado (O CEARENSE, 27/06/1851).

As Exposições Universais eram grandes laboratórios exhibicionistas. Buscava-se mostrar (e dar a ver) o que as nações haviam feito de progresso industrial e procurava-se novos maquinários que pudessem servir de incentivo ao avanço tecnológico. As Exposições tinham um caráter pedagógico e imperialista. O caráter universal do evento se ajustava a um novo projeto

político que se forjava no século XIX, aliando nacionalismo e burguesia. Esta, desejava de implantar sua visão de mundo e orgulhosa de si mesma, congratula-se com o planeta em expansão comercial.

Festejava-se a conquista do mundo com o mundo. As exposições comemoravam o trabalho, a ciência e a técnica. O primeiro momento desta nova era que inaugura a época das exposições é emblemático, carrega em si, na data do evento e no nome que carrega os próprios referenciais que buscava forjar. E as datas não são inocentes; estão ali para serem celebradas. Assim é que a pioneira “The Great Exhibition of the Works of Industry oh all Nations”, realizada em Londres, inaugurou-se significativamente no 1º de Maio de 1851, data que, antes de ser apropriada pelo movimento operário internacional, fazia parte do antigo calendário festivo religioso, marcando o início do ano de trabalho (HARDMAN, 1991, p. 60).

O destaque deste evento é sua própria estrutura, sua materialidade: o Palácio de Cristal. Construído em ferro e vidro, o prédio ficou no imaginário dos contemporâneos pelo estilo alegórico (ou fantasmagórico) e pela vertigem que o mesmo causava. “Um recinto quase perturbador dos sentidos”, como definiu um observador brasileiro enviado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional à Inglaterra para estudar a exposição. Um outro visitante exclamaria:

(...) que espetáculo aquele! Nenhum lápis ou pincel podem retrata-lo; a linguagem não pode descrevê-lo adequadamente. Um palácio de ferro e vidro, de magnetude estonteante, como o mundo ainda não havia testemunhado e que pode ser definido como uma das maravilhas da humanidade. Eu estava atônito do lado de fora do edifício, mas ao entrar pela porta do transepto sul deparei-me com uma visão que me deixou perplexo. As melhores criações da arte e da ciência de praticamente todos os povos do mundo civilizado colocavam-se diante de mim. Com a vista estonteada, não sabia que direção tomar (TURAZZI, 1995, p. 44).

Em 1855 acontecia em Paris a segunda Exposição Universal, Inaugurada em 30 de maio e encerrada em 30 de setembro, realizada nos Campos Elíseos. Percorreram a Exposição 5.160.000 visitantes, entre eles a rainha Vitória e o príncipe Albert, que viajaram para a França para a ocasião após quatro séculos sem que um monarca inglês pisasse em solo francês (TURAZZI, 2005, p. 232). Desta exposição o Brasil também não fez parte, mas enviou representantes: Raja Gabaglia, Guilherme Capanema e Gonçalves Dias. Capanema escreveria, a seu ver, sobre a péssima participação do Brasil

na exposição. Segundo o cientista “velas de cera de carnaúba horríveis”, lenços e guardanapos “remendados”, um chapéu de palha “todo amarrotado”, “uma celebre caixinha de costura intitulada ‘Império do Brasil’, contendo umas meadas de seda, o que no Rio causou tanto assombro e para o que aqui ninguém olha” (TURAZZI, 1995, p. 131). Para Capanema era melhor se apresentar pela ausência. Seria menos vergonhoso, pois o progresso passava pelo reconhecimento, pela imagem que um país criava para si e para o mundo e, segundo Capanema, o Brasil não estava preparado para ingressar nas festas industriais. Gonçalves Dias, tempos depois, em 1859, ainda reclamava da falta de eficiência do governo em se apresentar neste evento. Em carta a um amigo, desabafava que:

(...) a exposição já tinha começado há meses, o Brasil não tinha concorrido, - a nossa bandeira mesmo tinha sido arriada do palácio da exposição, e nós comissários brasileiros nos achávamos em uma posição singular. Assim mesmo a aceitamos e começamos com os nossos trabalhos, enquanto esperávamos as prometidas ordens do Govêrno para as despesas necessárias; essas ordens nunca chegaram, ou só quando já não eram precisas.¹⁸²

A terceira Exposição Universal aconteceria em Londres em 1862. O Brasil buscava se representar desta vez. Se os países dependentes se viam em desvantagens em relação aos produtos industriais, eles se destacavam pelo que tinham de particular, de exótico. Como argumentou Nina Rodrigues: Se um país não é velho o suficiente para se venerar ou rico para se fazer representar, precisa ao menos se tornar interessante (SCHWARCZ, 1995, p. 239).

As exposições universais mobilizavam o mundo numa dinâmica interna e externa. Antes de cada país enviar seus produtos para as exposições, havia uma seleção e uma preparação localizada. Uma exposição regional, preparativa para a nacional, e esta, um ensaio para a Universal.

Nas *Instruções de Trabalho*, Gonçalves Dias escreve sobre a necessidade de se conhecer a nação e suas riquezas. Segundo o poeta “porque se é de boa filosofia que o homem se conheça a si próprio, é de melhor política que qualquer paiz trate de conhecer os seus recursos para

¹⁸² DIAS, Antônio Gonçalves. Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias, 1964, p. 250.

saber o que possui, de os catalogar para saber onde existem, e de os aquilatar para saber quanto valem”.¹⁸³ Na realidade, um inventário da nação passava por sua quantificação. A ciência da estatística se formava e se reforçava junto ao desejo de quantificar, usar e mostrar a riqueza das nações. O primeiro Congresso Internacional de Estatística realizou-se em 1853 e o segundo durante a Exposição Universal de Paris em 1855. Discursos, números, imagens – e também as armas – eram instrumentos de comparação e de persuasão na montagem do espetáculo (TURAZZI, 1995, p. 63).

Ainda nas *Instruções* consta que “ajuntará finalmente, o conhecimento do commercio interno e externo da provincia, de todos os dados estatísticos que puder, da fundação, prosperidade ou decadencia das povoações, procurando avaliar a superficie dos terrenos cultivados e incultos, e o valor das áreas ocupadas ainda por florestas virgens, por capoeiras, pântanos, etc.; assim como chegar a uma probabilidade do numero de selvagens”¹⁸⁴. A quantificação da natureza e a decodificação do espaço passa pelo crivo da ciência estatística, cuja finalidade é instruir e administrar através do uso da informação. Sobre a relação da ciência da estatística com a política, Oliver Martin infere que:

Ao lado de suas motivações ligadas às necessidades de administração e de controle dos súditos do reino..., os empreendimentos de contagem tiveram um outro objeto: a educação do príncipe. Tratava-se de instruir o príncipe do estado de seu território. O olhar era descritivo mas também apologético: o retrato do reino era também o retrato do soberano, de sua potencia, de sua grandeza. O monarca deveria possuir instrumentos práticos, uma ciência para a ação e o governo de seu reino. Nisto se reúnem os dois olhares das informações estatísticas, educação do príncipe e administração do reino (MARTIN, 2001, p. 18).

Baseado nos pressupostos científicos da estatística de “aquilatar e ver quanto vale” e para servir à educação do príncipe é que o Brasil ensaia seu ingresso nas festas de congratulação do mundo industrializado. Para Hardman as Exposições Mundiais significam o ordenamento pedagógico do mundo:

Um nome para cada coisa, um lugar para cada nome e para cada coisa, um tempo-espaço para exhibir os resultados. O Brasil, desde 1861, candidatou-se a tomar parte ativa nessa representação. Catalogou tudo que podia; decorou seus compartimentos; entrou na cena do desfile mundial as

¹⁸³ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. IX.

¹⁸⁴ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XLV.

mercadorias; completava-se, assim, o ritual de passagem que o fazia atuar por inteiro no concerto das nações. A imagem do país moderno dessa forma se construía. Já era possível se mostrar in totum e nos detalhes. Até as fraturas estavam expostas (HARDMAN, 1991, p. 91).

O ano de 1861 é significativo na história da indústria nacional. Em um único ano foram realizadas duas exposições. Em 7 de setembro se inaugurou no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, a “Exposição de produtos cearenses”, organizada por Ferreira Lagos e apresentada até o dia 15 do mesmo mês. Em 2 de dezembro do mesmo ano, abre-se, na Escola Central, capital do império brasileiro, a primeira “Exposição Nacional”. Novamente as datas são parte do próprio espetáculo. Esta última Exposição foi iniciada no dia do aniversário do Imperador D. Pedro II, contando na abertura do evento com as princesas Isabel e Leopoldina, sendo a primeira aparição em cerimônia pública da filha do imperador. Encerrando-se em 16 de janeiro de 1862 (TURAZZI, 1995, p. 248).

As Exposições tinham um caráter exibicionista, onde as nações faziam-se representar. O progresso passava pela tecnologia que cada país tinha. Este caráter comparativo fazia parte da corrida imperialista entre as potências europeias em busca de novos mercados mundiais. As comparações ordenaram a história do mundo, que passava a fazer parte da experiência, interpretada como um progresso para objetivos cada vez mais avançados (KOSELLECK, 2006, p. 284). Expor para ver e se dar a ver é uma forma de se representar e se comparar. Os países mais avançados olhavam com ares imperialistas os menos industrializados, e assim as potências ocidentais legitimavam a si mesmas. A tecnologia servia, também, para se criar um imaginário de superioridade entre os membros expositores.

A Exposição dos produtos cearenses, organizada por Ferreira Lagos, foi pioneira no país e fazia parte dos resultados da expedição da qual ele fez parte, como também fazia parte da própria integração da nação. Após uma viagem a campo era preciso expor os resultados, não só da província cearense, mas da nação, uma vez que agora, o Ceará, domesticado pelo olhar científico, passaria a compor a riqueza do país. Ferreira Lagos, ao submeter a organização dos materiais a um princípio de conhecimento científico, objetivava também sua exposição para um público. Coleção e exposição são, portanto, faces complementares de um mesmo esforço em que ciência e política caminham juntas (GUIMARÃES, 2000, p. 7).

Mas tudo o que se expõe passa por uma seleção. O que se daria a ver era o que era interessante, naquele momento histórico, de ser visto. As duas exposições realizadas em 1861 buscavam criar uma imagem da nação e da província num mesmo processo de consolidação que passava também pela imaginação, pela construção simbólica de si mesma em relação aos outros. As exposições, embora de curta duração, simbolizavam um trabalho de construção dos possíveis, de tornar real o que se figurava como efêmero. Era uma forma não apenas de mostrar, mas de criar, materializar e canalizar esforços na criação efetiva do que se exhibia.

O jornal *O Cearense*, em 26 de novembro de 1860, traça um breve roteiro da Comissão Científica, principalmente de Ferreira Lagos, que buscava uma avaliação das potencialidades econômicas da província cearense, e o resultado desta busca se efetivou com a realização da exposição dos produtos cearenses na Corte. Sobre as excursões e intenções do zoólogo, o jornal relata:

Amanhã parte para Sobral, e Serra da Ibiapaba, afim de continuar as suas explorações no arduo ramo da sciencia que lhe foi confiado. Todos sabem que este nosso distincto patricio, além de uma ampla colheita de objectos naturaes, teve a feliz lembrança de reunir na sua primeira digressão quanto poude achar de curioso e comprobativo do estado de civilização, industria, usos e costumes dos habitantes desta provincia, para que na côrte se conheça que não somos tão barbaros como lá se acredita. Desejando-lhe a mais prospera viagem, estimaremos que obtenha os mesmos satisfactorios resultados na sua segunda peregrinação, e seja acolhido pelos nossos patricios com o bom agasalho que confessa haver sempre recebido, e de que na verdade elle se faz merecedor pelas suas maneiras affaveis e gênio caritativo (O CEARENSE, 26/11/1860),

Cada província buscava sua própria história e sua participação dentro da nação. Neste intento, envolveram-se políticos e intelectuais. História, literatura, geografia e estatística aperfeiçoaram seus métodos e suas práticas nesta empreitada. José de Alencar, antes de publicar *Iracema*, em 1865, e o Senador Pompeu, antes de publicar seu *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, em 1863, já mobilizavam suas penas na busca de uma construção simbólica para o Ceará dentro do II Império. Em seus estudos, Ítala Byanca Morais da Silva traça um pouco das relações que envolviam os intelectuais cearenses na busca de uma especificidade para a província dentro da pátria. Através das cartas de José de Alencar ao Senador Pompeu se percebe as tramas de uma escrita:

Escrevo-lhe esta às pressas. Nada de novo tenho a dizer-lhe. Pelo Diário verá o que fiz; tudo que pude. O Nabuco fez-me promessas, que creio sinceras. Em todo o caso não desanime; e comunique-me todos os fatos, porque estou resolvido a fazer o que nunca se fez até agora; isto é, a de provocar uma questão e defender a nossa província na alta imprensa da côrte, de modo que o governo se veja obrigado a dar-lhe atenção.¹⁸⁵

Peço-lhe, pois, que me faça o obséquio de enviar-me uma correspondência da nossa província, escrita pela hábil pena que redige o Cearense e que tão conhecida é nesta côrte pelos artigos que outrora enviava para o Mercantil. Se me quiser fazer este favor, peço-lhe que na primeira correspondência se ocupe principalmente dos melhoramentos da Província, do seu desenvolvimento da sua industria, do comércio, da agricultura, importação e exportação.¹⁸⁶

A Exposição seria mais um dos meios de se divulgar a província cearense na Corte e ao mesmo tempo divulgar a própria capital do Império brasileiro, uma vez que a Comissão Científica estava atrelada aos interesses do monarca. O evento simbolizaria o poder do rei sobre seu território, numa tentativa de totalização do poder. Mas o evento trazia em si mesmo a divergência. Havia fortes desavenças entre os cientistas da Comissão. Capanema sempre junto a Gonçalves Dias, Lagos contra todos e Gabaglia e Freire Alemão tentando manter a neutralidade. Era esta a mistura de afetividade que marcava a união dos cientistas. Capanema em carta a Gonçalves Dias relata sobre a exposição cearense: “o Lagos vai fazer uma exposição de todas as cousas curiosas que trouxe e que comprovam o estado florescente da industria cearense, ele talvez leve algumas observações pelas ventas porque eu dei para escrever e continuarei”.¹⁸⁷ Capanema se mostra mais pensativo e decide tirar proveito do momento. Novamente, em carta para Gonçalves Dias, escreve que:

Mestre Lagos sôfrego de se tornar benemérito da pátria arranjou uma exposição de todas as suas rendas redes e bicos que trouxera do Ceará; pediu-me que dissesse alguma cousa fi-lo nos diários de 7 e 9 de setembro por meia dúzia de motivos: 1º algumas pessoas apreciarão aquilo como o mais relevante serviço (como aconteceu) era preciso chamar a atenção; 2º porque era preciso falar da Comissão, porque hoje conheço que a guerra que nos se nos tem feito não nos deve ofender. Não acharás neste Rio

¹⁸⁵ Carta de José de Alencar a Thomas Pompeu datada do Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1856 (In: SILVA, 2005, p. 62).

¹⁸⁶ Carta de José de Alencar a Thomas Pompeu datada do Rio de Janeiro em 1855. (In: SILVA, 2005, p. 67).

¹⁸⁷ Carta de Capanema a Gonçalves Dias, datada de 06 e agosto de 1861 (In: DIAS, Gonçalves. 1971, p.244).

Janeiro 20 pessoas que compreendam o que é a exploração científica; 3º precisei de um ocasião de chegar aos canhões as pontinholas para lhes conhecerem o calibre, e içar o pavilhão para saberem com que metralha se romperia combate quando fosse preciso responder a agressões, obtive maravilhoso efeito... O Jornal do Comercio entornou elogios ao Lagos a valer porém não entrou no assumpto, e para não ficar atrás do Diário tão bem bem escreveu uma serie de artigos sobre a exposição sabes quem o fez? Um veterinário francês do 1º regimento de cavalaria! Que vergonha.¹⁸⁸

Entre intrigas privadas e anúncios públicos se constituiu a Exposição de produtos cearenses na Corte. Esta experiência foi à primeira do gênero no Brasil, uma vez que serviu como preparação à primeira Exposição Nacional, que seria realizada em dezembro do mesmo ano. A exposição foi aberta ao público em 7 de setembro, dia da independência do Brasil, e encerrou-se no 15 do mesmo mês. Durante este período, o Ceará foi visto por muitos, e por muitos admirado. Uma imaginação do que seria a distante província do Ceará passa pela exibição de suas riquezas e potencialidades. Sua imagem se materializava em seus próprios produtos. O evento divulgava o Ceará na Corte e tentava melhorar a imagem da Comissão Científica, que sofria duras críticas por não obter os resultados esperados. Estava em pauta a imagem do Ceará, a imagem da Comissão Científica, a imagem da Corte. A materialidade expressa na exposição dos produtos tinha também uma ressonância subjetiva, para além do exposto.

As primeiras notícias sobre o evento chegam à imprensa cearense em outubro. O jornal *O Cearense* traz várias notas e muitas transcrições dos jornais da corte retratando a Exposição. Letras garrafais e matérias extensas com o título “EXPOSIÇÃO DE PRODUCTOS NATURAIS E INDUSTRIAIS” chamam os cearenses a lerem sobre a exposição e sobre a recepção dos produtos de sua província na capital do império. Os artigos aproveitam o momento para reclamarem pelo incremento e apoio do governo à indústria. Os artigos versam desde produtos industriais, artesanatos e curiosidades. Isto se devia ao fato de que o conceito de indústria ainda era pouco definido e envolvia muitas artes, e se buscava criar mercados para muitos produtos, industrializados ou não. Caberia ao governo patrocinar as exposições e delas tirar o proveito maior em prol da nação, como relata *O Cearense*:

¹⁸⁸ Carta de Capanema a Dias, datada de 11 de setembro. (In: DIAS, Gonçalves. 1971, p. 248-249).

Qual quer que seja a fisionomia politica do actual ministerio, e de outro qual quer, apesar de órgão do partido liberal da provincia, desse partido proscripto há 13 annos, não deixaremos jamais de applaudir as medidas que tiverem por fim promover os recursos de nosso paiz, desenvolver a sua prosperidade de qualquer maneira que seja, com tanto, que dahi resulte o engrandecimento de nossa terra, e o bem estar de nossos patrícios; porque, brasileiro, o que podemos mais desejar, do que a felicidade, e prosperidade de nossa patria? Os paizes cultos da Europa não tem chegado ao grão de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de sua industria, em todos os seus ramos, sinão por meio de uma exposição de seus productos, onde se nota o que merece correcção, e aprecia-se o que é bem acabado, recebendo os productores louvores, premios, e animações do publico, e do governo (O CEARENSE, 01/10/1861).

Caberia ao governo, suas instituições e associações, fomentar o mercado interno e seu crescimento industrial. O evento em si já significava que se tinha algo a se mostrar e o caráter exhibicionista não esconde as intenções nacionalistas do evento.

As exposições realizavam o sonho enciclopédico dos iluministas, já que eram a concretização de um imenso inventário, onde catálogos, quantidade e usos eram sistematizados e quantificados:

Ainda mais convém que os nossos patricios saibão, que não se trata só de objectos de industria humana, como tambem de todo, e qualquer de producção espontanea da natureza, porque trata-se de por em relevo o inventario de nossa riqueza, ou dos nossos recursos naturaes. É por isso que no cathalogo dos objectos, que se pedem, figurão diversas terras, pedras, mineraes, metaes, madeiras, resinas, fructos, cortiças, batatas (tuberculos de todas as qualidades), diversas plantas medicinaes, legumes, animaes, empalhados, pelles, penna &. Tudo isso importa conhecer-se, e expor-se; porque tudo isso tem um valor no mundo industrial, que pode ser vantajosamente explorado para a riqueza da terra, e dos proprietarios, que possuirem taes objectos (O CEARENSE, 01/10/1861).

O argumento “Tudo isso importa conhecer-se” fazia parte do projeto de emancipação econômica do país. Buscava-se entrar no rol dos países civilizados, mas não na condição de simples fornecedor de matérias-primas, e sim como país industrializado. Para isso, era preciso fomentar a indústria nacional, inventariar e catalogar seus bens e vendê-los no mercado externo. Muito do que se comprava dos países ricos poderia ser feito ou substituído no país se a indústria, sob a égide do governo, soubesse o que a nação possuía e desse bom uso a essas riquezas. Sobre a exposição e o comércio local, O *Cearense* ironiza:

Mencionaremos igualmente a variada collecção de madeiras, apresentando bonitas côres o que as torna apropriadas a diversissimos usos. Vemos, como exemplo, algumas bengalas de violete e duas do tronco da carnaubeira, que são muito mais bonitas do que as do ayri tão usado para este fim na Europa, e muito mais sólidas do que as de outras palmeiras, que têm muita sahida, sobretudo para cabos de chapêu de sol. Vemos o berabú (guarabú) torneado, e o angico, que produzem lindissimo effeito. O primeiro seria muito apropriado para embutir, e o segundo para marcenaria. No norte dão-lhe bastante emprego, mas apesar disso usam mobílias vindas da Europa. Não se supponha que são de madeiras exquisitas, trazidas de terras longiquas; não senhor! São de mogno que è madeira que foi das Antilhas e das Guyanas e volta para o Brazil. A differença está em que pagamos dous fretes e pelo menos quatro direitos de entrada e sahida (O CEARENSE, 01/10/1861).

O jornal continua a transcrição e sua reclamação sobre o papel que o governo deveria ter nos investimentos na indústria nacional e na sua importância para tirar o Brasil da dependência externa. Caberia ao governo central o incentivo e proteção à indústria nacional. Segundo *O Cearense*:

Quando ha necessidade de carvão vai o proprio consumidor queima-lo, porque manda-lo fazer por outros sahe muito caro, e os cobres que elle ganha devem sustenta-lo e servir para comprar o ferro que è fornecido até ao interior do Piauhy pelas fabricas inglezas! (...). A commissão scientifica propoz ao governo que se ensinasse ao povo o meio de tirar proveito dessas minas, produzindo com seus diminutos recursos e como o seu trabalho o ferro de que carecesse para o seu consumo. Parece porem que a proposta não chegou ao Rio de Janeiro! (O CEARENSE, 01/10/1861) (Grifos no original).

Um inventário das riquezas deveria analisar e expor os estudos realizados sobre o reino mineral e animal, o orgânico e o inorgânico. Produtos de origem animal foram expostos no intuito de chamar a atenção do governo para a necessidade que a nação tinha de incentivar a indústria e assim produzir excedentes, trazendo riquezas para o país e deixando de importar esses produtos que poderiam ser feitos no Brasil. Sobre as abelhas noticiou-se:

Examine-se por exemplo a collecção de abelhas que o Sr. Dr. Lagos reunio só no Ceará. Cada uma dellas dá uma qualidade de mel differente, e até com propriedades medicinaes; destas acham-se expostas dezoito qualidades com o seu mel e a sua cera. No norte dá-se tambem o nome de abelha a certas vespas que produzem mel excellente, muito denso, e que ás vezes crystalisam; destas vemos expostas sete espécies (O CEARENSE, 01/10/1861).

A apicultura parece ter chamado a atenção de Ferreira Lagos por sua fonte de renda, pelo potencial que o Ceará possuía em sua produção e pela

pouca exploração deste potencial. Em seu regresso à corte, Lagos leu no IHGB o relatório sobre os trabalhos realizados pela seção de zoologia. Nele dizia que:

A apicultura que tanto podia florescer naquela Província e produzir um bom lucro, não é ali explorada convenientemente, e apenas alguns indivíduos conservam cortiços por curiosidades para o uso domestico (...). Uma monografia das abelhas do Brasil será trabalho curioso e de importância, não só para a ciência, mas igualmente para o comercio, pois a bela cera de muitas além de satisfazer o consumo do País, libertando-nos do imposto que anualmente pagamos ao estrangeiro, poder-se-ia tornar ao mesmo tempo um gênero de subida exportação.¹⁸⁹

Na Corte chamava-se a atenção para o mau uso das riquezas minerais e animais do país, denunciava-se o fraco caráter científico de seus estudos e as vantagens e utilidades destes estudos para o progresso científico e emancipacionista do comércio nacional. Visava-se a maturação do comércio interno através de seu uso racional, o que equivalia a produzir em excedente para a exportação. Em 1862, quando da organização para a primeira exposição provincial do Ceará, o jornal *O Araripe* endossava a relação entre exposição e comércio:

Uma exposição não é somente uma ostentação, uma prova de adiantamento e progresso industrial; mas é também um princípio de commercio, e permuta. Allí se vai procurar comprador a muitos artigos, que são desconhecidos, se vai travar conhecimentos, que para logo servem grandemente. Assim, o que hoje se acha desaproveitado entre nós pode ir achar longe o seu emprego, amanhã será procurado com o maior empenho, constituindo-se o objecto de um trafico muito productivo (O ARARIPE,30/08/1862).

Na corte, em 1861, a exposição de produtos cearenses servia justamente para se aprimorar o comércio e se criar mercados consumidores:

Repetiremos ainda uma vez que a maior parte dos productos da exposição não representam industria, porque ainda não crearam mercado. Muitos só se fazem para uso particular; tem elles porem um grande merecimento que è provar a existencia dos principaes elementos para a criação de industrias. E è isso um dos pequenos serviços prestados ao paiz e principalmente à provincia do Ceará, que se deve felicitar pela perseverança e patriotismo do Sr. Dr. Lagos, a cuja incansável pesquisa se deve a preciosa collecção que está exposta (O CEARENSE, 01/10/1861).

¹⁸⁹ Relatório da Seção de Zoologia, lido no IHGB em 6 de dezembro de 1861. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*, 1962, p. 338.

Buscava-se uma racionalização, uma visão científica e ordenadora para o que se expunha. Os arranjos dos objetos nas exposições, assim como os próprios prédios faziam parte do espetáculo, onde a mercadoria passaria a ser o centro das atenções. Mas na ânsia incansável de se expor do industrial ao exótico, caía-se numa estranha arrumação, numa vertigem causada pelos objetos arrumados e ao mesmo tempo amontoados. O engenheiro André Rebouças, enviado pelo governo à Exposição de Viena em 1873, reclamava que a “exposição de Viena não tinha caráter algum civilizador; era simplesmente um imenso bazar de todos os povos do mundo” (HARDMAN, 1991, p. 82). Os produtos cearenses expostos na Corte não fugiram a essa estranha contradição. Buscava-se uma ordenação racional dos objetos, mas os mesmos acabavam compondo-se de forma desordenada, ocupando num mesmo lugar os mais dispareos objetos. Poderia pecar pelo excesso e não pela falta. Noticiava *O Cearense* que “Na exposição é digno de nota: o arranjo e disposição artística o conveniente de todos os objectos que podem ser vistos e examinados com a maior facilidade”.¹⁹⁰ Existia nas exposições um fetichismo pela mercadoria, uma vertigem dos objetos.¹⁹¹ A Exposição realizada na Corte em 1861 parecia um antiquário na arrumação e uma feira na intenção, pois se buscava criar um comércio nacional através do ato de expor, amontoar os produtos, tornando-os visíveis.

Embora o jornal chame a atenção para o arranjo “digno de nota”, mostrando a racionalidade e ordenação na exposição dos objetos, o *Diário do Rio* nos fornece uma outra visão, que parece mais com um imenso “bazar”, do qual reclamava o engenheiro Rebouças.

O que tem causado mais furor e admiração na corte estes dias é a exposição que faz o Dr. Lagos dos objectos que trouxe do Ceará relativas a artes, costumes, curiosidades & &. na realidade tem cousas que admira,

¹⁹⁰ *O Cearense*, 01/10/1861.

¹⁹¹ Sobre a relação entre exposições e formas de perceber as coisas, ou uma sensibilidade das coisas, Francisco Régis Lopes Ramos reflete que: “E as exposições universais, nas quais as nações exibiam seus produtos, suas peculiaridades econômicas, não eram somente uma maneira de alimentar a máquina do capitalismo. Além disso, ou subjacente a isso, estavam sendo tomadas novas configurações na própria maneira de enxergar as coisas. Na descoberta do poder da sedução da vitrines, punha-se em jogo o desenvolvimento da pedagogia do olhar” (RAMOS, 2004, p. 142).

sendo classificado em primeiro lugar um aparelho de chá de louça preta feita no Icó por uma moça surda, o algodão tecido no Crato e Baturité, 3 enormes queijos de manteiga muitas redes de diversas partes superabundando as de sobral, todas as especies de abelhas com a mostra do mel e cera de cada uma dellas, um pão de sebo e fructo da arvore que o produz, bengalla, chicote (entre estes um d'aquelles feitos no Crato com estoque e pistola) cabeçadas, todas as qualidades de cobras em vidro e em pelles, pelles das diversas especies de onças, camurça feita em Sobral, flores de palha de panno e de pulvilho (gomma) e uma cesta de flores de escama, todos os trabalhos feitos de carnauba, um tronco desta arvore, folhas, cera, goma, &. um homem vestido de vaqueiro com sua competente vara, cachimbo do Inhamuns &. uma figura de uma mulher de lenço ! & & &. será difficil querer aqui innumerar tudo, lavarintos de todas as qualidades, porém o que causou horror foram as disciplinas dos penitentes, entre as que vierão, veio uma ensanguentada. Vê-se também na exposição 38 qualidades de madeira de lei, 23 qualidades de feijão, farinhas, mandiocas, sal de cosinha, vinhos de caju, sapatos, manteiga de piqui, diversas qualidades de arros, de café, uma jangada competentemente aparelhada.¹⁹²

Há uma aparente desordem na arrumação dos objetos, mas ao que parece, esta era a forma de se dispor os objetos, pois Capanema e Gabaglia haviam viajado pelo velho mundo durante a Exposição de 1855 em Paris, olhando as formas de se expor. Talvez o amontoado de produtos fosse regra também no velho mundo e os cientistas da Corte apenas repetiram a tendência. Alguns dos objetos expostos parecem ter despertado o interesse dos cientistas mais por seu caráter exótico. Muito se catalogou e muito se expôs. Isso foi resultado dos mais variados lugares por onde os membros da Comissão Científica passaram. Expôs-se desde louças feitas por moça surda até bacamartes. O aparelho de chá feito por uma surda tem uma trajetória longa, antes de ser exposto. Freire Alemão relata em seu diário as primeiras noticias que ele e Lagos tiveram sobre a moça surda e sua arte:

De noite fui eu e Manoel visitar o juiz municipal, cuja senhora é filha do Icó (...). Soubemos aí que, antes de chegar-se ao Icó, há uma mulher muda que trabalha em louça admiravelmente, fazendo tudo o que se lhe encomenda e segundo o modelo que se dá, que a louça é mui preta e lustrosa.¹⁹³

Quando Lagos chega em Icó, vai ao encontro de tal moça. Em regresso à casa onde estavam hospedados, já no Icó, Freire Alemão registra o interesse de Lagos pela “louça preta”:

¹⁹² Nota do Diário do Rio transcrita em *O Cearense*, 01/10/1861.

¹⁹³ ALEMÃO, Francisco Freire. Diário de viagem de Francisco Freire Alemão, 2006, p. 81.

Depois chegou o Lagos que havia ido de manhã à casa da muda (daqui a quase quatro léguas) para a ver trabalhar uma louça preta de grande perfeição. Diz ela que um acaso a fez descobrir o modo de empretecer a louça, cozinhando-a uma vez com bosta de cavalo (o que não me parece acreditável). Seus pais trabalhavam com em louças (potes, panelas etc, etc.) os instrumentos de que se serve são os mais simples e toscos (e o Lagos trouxe-os para amostra) e com eles ela faz tudo (...). O segredo, ao que parece, consiste nisso simplesmente e ela não faz mistério: queimava umas xícaras na frente do Lagos, deste modo fez uma pequena fogueira de banha e à roda do fogo ia queimando a louça. Fez-me um presente de uma jarrinha fazendo-a girar continuamente, até que se achou corada e vermelha, tirou as brasas e tições, assentou as xícaras sobre o lugar da fogueira que estava quente, e depois foi lançada bostas de cavalo até cobri-las, a bosta entrou a arder e continuou até consumir-se, deixando as xícaras empretecidas. Depois passou-lhes pó cima cera de carnaúba (a de abelha faz o mesmo efeito), esfregando-os, e deu o negocio por concluído. A explicação que me ocorre é que bosta queimando-se dá um fumo muito carregado de partículas de carbono que se insinua da louça, um pouco aberto em razão do calor; a cera as firma e dá lustre. O Lagos me deu uma jarrinha.¹⁹⁴

Assim, antes de ir para suas posições nas exposições, os objetos passavam por um olhar que os diferenciava dos demais e os classificava como dignos de figurar ou não entre os produtos a serem expostos. A louça feita pela “surda de Icó” chama a atenção não apenas por suas peças úteis e bonitas, mas por sua técnica. Registrava-se saberes dispersos pela nação com o intuito de testá-los, aprimorá-los. A “técnica popular” passaria a integrar um saber nacional, cujo caráter utilitário era sua referência. Vista e registrada a técnica da muda que fabricava louças, seria digna de ser exposta com refinadas descrições:

Desamos das cavallarias para o solo e apanhemos um torrão de barro. É um serviço de chá, todo negro, com fórmãs originaes, ás vezes ornatos excavados; è trabalho de uma mulher surda, muda, e de pouca vista; os aparelhos de que ella se serve para produzir são variados fetios, são os dedos e os instrumentos que estão junto: Duas favas de mucana espetadas em um páozinho são os burnidores, e alguns seixos rio, com que ella grava os enfeites! O forno em que se cozinha essa louça è, ou um buraco no chão, ou um pequeno aparelho de barro simulando parte de uma casa de cupim. E digam ainda que esse bom povo não tem jeito nem recursos!¹⁹⁵

A “Exposição de produtos cearenses” apresentava-se de forma inusitada. O que se buscava mesmo era uma apresentação da província cearense na Corte, dando a ver à nação as particularidades de uma de suas

¹⁹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006, p. 164-165.

¹⁹⁵ Nota do *Diário do Rio* transcrita em *O Cearense*, 01/10/1861.

províncias menos conhecidas. Mostrava-se sua natureza e suas potencialidades. Desejava-se chamar a atenção para uma nova percepção do Ceará e sua inserção à nação. E a exposição se figurava como momento singular. Expunha-se racionalidade econômica, verdade científica e eficiência técnica (LATOURE, 1994, p. 129). Entre natureza e técnica figuravam lendas e anedotários:

Outros objectos da exposição são dignos do Instituto Historico, como o monstruoso bacamarte boca de nouite com que o coronel Filgueiras chamava o povo ás armas dando o tiro convencionado de alarma; as disciplinas com que populações inteiras se mutilavam guiadas por um sacerdote louco e ignorante; o freio e estribos desenterrados nas fronteiras do Piauhy e pertencentes aos primeiros povoadores; as machadinhas e varios utensilios de pedras dos antigos indigenas do Ceará, raça anterior á que foi encontradas pelos portugueses.¹⁹⁶

O bacamarte exposto de Filgueiras figura como secundário, pois o que despertou a atenção de Freire Alemão e Lagos foram as histórias sobre o próprio Filgueiras. Aqui o objeto passa a ter valor não por ele mesmo, mas pelo seu dono. Histórias fantásticas sobre este sujeito foram ouvidas pelos cientistas em suas andanças pela região do Crato. Um dos primeiros contatos com as lendas de Filgueiras já se atrelavam a seus bacamartes e a sua violência. No Crato, região marcada por conflitos, violência e insurgências (revolta de 1817 e o movimento separatista de 1824), Freire Alemão descreve sua impressões:

Jantou conosco um moço da Barbalha, tio do João Brígido, e contou-nos muitos casos de morticínio. Disse-nos que agente dos Inhamuns foi sempre levantada, matadora (...), hoje estão muito quietos e amedrontados. Pajeú foi também lugar mal afamado pelos muitos facínoras que gerou ou acoitou. Hoje está também muito mudada, em outro tempo se poderia chamar Pajeú das Balas, como hoje Pajeú das flores. Piancó é ainda atual covil de desabonados. “Estive, disse ele, em casa do major ou tenente-coronel Constantino, homem muito conhecido, muito tratável e de palavras macias; mas a sua mesa se acharam na minha presença 20 assassinos!”. Prometeu ao Lagos fazer diligência por lhe obter os célebres bacamartes do Filgueiras, os quais denominados Boca da Noite, Meia-noite e Estrela-d'alva. É com eles que Filgueiras dava rebate em seu sítio na Barbalha.¹⁹⁷

E o cano do afamado bacamarte boca da noite foi entregue a Lagos e segundo Freire Alemão pesava seguramente meia arroba.¹⁹⁸ Filgueiras tinha três bacamartes afamados: o Boca da Noite, o Meia-Noite e o Estrela-d'alva.

¹⁹⁶ Nota do Diário do Rio transcrita em *O Cearense*, 01/10/1861 (Grifo no original).

¹⁹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007, p. 21.

¹⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007, p. 64

Suas armas eram tão grandes que se metia um braço pela abertura do cano e só o Filgueiras era capaz de atirar com estas armas. Um sujeito, que era também homem de força, entendeu que podia atirar com um desses bacamartes, disparou-os e caiu ele para um lado e a arma para outro.¹⁹⁹ Freire Alemão registra: “contou-nos muitas coisas sobre o Filgueiras, histórias já contadas por muitos com variedades de pequenas circunstâncias”.²⁰⁰ Em uma de suas proezas, contava-se:

Existe ainda na vizinhança da sua casa um grande visgueiro à beira do caminho; muitas vezes passando ele por baixo, agarrava-se a um galho desses assim e suspendia o cavalo entre as pernas. Um dia estando aqui na cidade do deitado numa rede, a senhora da casa falando nos casos de força que se contavam dele, parecia duvidosa. Filgueiras levanta-se da rede, pela nela pelos punhos e arrebenta todos os cordões e diz para a Sra: “Comadre, que rede tão podre?”.²⁰¹

Outro objeto que despertou a atenção dos cientistas durante sua permanência no Ceará (1859-1861) foram as disciplinas, que alguns penitentes usavam para autoflagelar-se. Em visita ao Crato, em 1860, Freire Alemão, Lagos e Reis Carvalho ficaram espantados e impressionados com os aspectos da religião do Cariri, onde a gente “comum” usa das lâminas, penitências, para se auto-punir: “Dizem-nos que são de ordinário gente dos matos, homens e mulheres, mulatos, cabras, pretos e não sei se brancos também; vão com o corpo nu para a igreja. Os homens com um capote e as mulheres de lençol, todos com a cara coberta”²⁰². Contaram a Freire Alemão quem eram os penitentes. Mas os cientistas desejavam ver a prática religiosa:

Começou a novena e nos dirigimos para lá eu, o Lagos e o Reis e nos pusemos por fora de uma porta lateral. Eles me conduziam ao coro, por uma escada assaz trabalhosa, para ver o sangue dos penitentes. Com efeito as paredes do coro estão salpicadas, e muito, de sangue, até a altura superior à do homem; o pavimento tem também mancha de sangue em poça. Os penitentes se apresentam nus das pernas e do ventre para cima, levam sempre as cabeças cobertas. E as disciplinas são formadas de lâminas de ferro, três a quatro cortantes e afiadas pela margem.²⁰³

¹⁹⁹ ALEMÃO, Francisco Freire *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007. p. 42.

²⁰⁰ ALEMÃO, Francisco Freire *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2007. p. 84

²⁰¹ ALEMÃO, Francisco Freire *Diário de viagem de Francisco Freire Alemã*, 2007. p. 42

²⁰² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 200.

²⁰³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*, 2006. p. 214-219.

As disciplinas foram vistas, escritas e desenhadas por Freire Alemão em seu diário, e expostas na Corte. Sobre as disciplinas na Exposição escreveu-se que,

(...) porém o que causou horror foram as disciplinas dos penitentes, entre as que vierão, veio uma ensangüentada; Enfim não escapou nada ao Dr. Lagos, foi um grande serviço que prestou a nossa província que na realidade não era conhecida e hoje é admirada e tida em muita boa conta, estive com estrangeiros mui instruidos que fizeram mil elogios, e a concorrência de povo é immensa : Só as taes disciplinas é que todos olham com horror (O CEARENSE, 01/10/1861).

Muito do que foi parar na Exposição cearense não representa propriamente a racionalização do comércio nem a verdade científica. Muito do que se expôs passou pelo crivo dos cientistas, tanto em sua coleta como em sua arrumação para ser exposta. No caso da louça da moça surda, sua arte exótica chamou a atenção dos cientistas. Já Filgueiras e suas lendas faziam parte da oralidade cearense. Nada de científico nem econômico havia nisso. Buscava-se a diferença, o peculiar da província cearense: suas técnicas e suas lendas. A Exposição dava a conhecer o Ceará em seus mais variados aspectos.

A maior contribuição dada por Ferreira Lagos na realidade viria logo após a Exposição dos produtos cearenses, quando da realização da I Exposição Nacional. Nela, o Ceará foi uma das províncias que mais participaram, perdendo apenas para o Rio de Janeiro em número de produtos expostos:

Representação da Indústria fabril de todo o Brasil nas diversas exposições nacionais (Século XIX)							
Províncias	1861	1866	1873	1875	1881	1889	Total
Amazonas	-	7	-	7	1	-	15
Pará	1	10	2	17	-	8	38
Maranhão	-	10	3	7	3	2	25
Piauí	-	1	-	-	-	-	1
Ceará	34	16	2	39	-	14	105
Rio Grande do Norte	-	4	-	8	-	-	12
Paraíba	-	-	4	-	-	-	4
Pernambuco	3	17	9	40	27	79	175
Alagoas	-	-	-	21	16	-	37
Sergipe	-	2	-	2	4	2	10
Bahia	7	12	6	40	6	15	86
Espírito Santo	2	1	-	-	4	7	14
Rio de Janeiro (Província)	19	16	12	46	41	14	148
Rio de Janeiro (Município Neutro)	63	73	53	67	178	51	485
São Paulo	7	8	8	60	18	9	110
Paraná	2	9	4	94	11	6	126
Santa Catarina	4	11	1	28	2	13	59
Rio Grande do Sul	6	34	14	80	97	19	250
Minas Gerais	13	9	10	28	41	35	136
Goiás	-	-	2	17	-	-	19
Mato Grosso	2	-	-	4	-	-	6
Total	163	240	130	605	449	274	1.861

Fonte: Prefeitura do Distrito Federal, Exposição Nacional de 1908 (In: HARDMAN, 1991, p. 86)

Como já foi mencionado, a Exposição foi aberta em 2 de dezembro, aniversário do imperador e aconteceu no prédio da Escola Central, Rio de Janeiro, futura politécnica. Em seus 25 dias de duração ela foi visitada por 50.739 pessoas, uma média de 1.127 por dia. A receita com ingressos gerou 15:000\$000 (HARDMAN, 1991, p.68). Ensaia-se aqui não apenas uma forma de fomentar a indústria nacional, desejava-se uma participação na Exposição Universal de Londres de 1862, a primeira que o Brasil participaria de forma efetiva. Esta seria vista por mais de seis milhões de pessoas e contava com 28.653 expositores. E nela figuravam o Brasil e o Ceará. Lagos em carta ao senador Pompeu, publicada no jornal *O Cearense*, informa que: “Creio que enviarei para a exposição de Londres grande parte dos objectos que d’ahi trouxe, os quaes tem sido muito apreciados, mormente dos estrangeiros” (O CEARENSE, 01/10/1861).

Na exposição de produtos cearenses bradavam os mesmos desabafos daqueles de 1851, reclamando a participação do Brasil nas Exposições Universais. Sobre a pouca atuação que o país teve, por acanhamento ou despreparo, argumentava-se que:

Este sentimento actuou no Brasil, quando se tratou da primeira exposição universal de Londres em 1851, e mesmo na segunda em Paris; mas hoje todos sabem, que mal se comprehendeo o espirito daquella grande funcção, e objectos, que nos parecem menos dignos, terião lá subido acolhimento (...). Muitos destes objectos tem de ir para a exposição de Londres (O CEARENSE, 01/10/1861).

Em carta ao Senador Pompeu, Borja Castro, adjunto da seção astronômica e geográfica da Comissão Científica, relata suas impressões sobre a Exposição de Londres e a participação do Brasil:

Falando francamente, não tenho gostado dos hábitos dos ingleses, e se não fôra a consideração do que na Inglaterra posso ver muita coisa digna de atenção principalmente o que diz respeito à exposição tanto internacional como de produtos do país, certamente teria voltado para o continente. Um dos objetos que mais admirei foi o palácio de Crista, que em beleza leva vantagem extraordinária ao Palácio da atual exposição internacional. A exposição tem sido muito concorrida, chegando em alguns dias a ser visitada por mais de 60. 000 pessoas; aí representa o Brasil um papel que não me parece em importância, apesar de que pudesse o representar com muito mais brilho, caso as pessoas encarregadas deste

negocio no Rio de Janeiro tivessem conhecimento de que é uma exposição da ordem da que está atualmente aberta na cidade de Londres.²⁰⁴

A partir de 1862 o Brasil começa, de forma efetiva, a participar da “era dos espetáculos”, como ficou conhecida a época das exposições. Na Exposição Universal de Filadélfia, em 1876, abriu-se o evento na presença do presidente americano Ulysses Grant e da família imperial brasileira (TURAZZI, 1995, p. 238).

Em 1862 o presidente da província cearense escrevia em seu relatório que:

Ao actual gabinete coube a gloria de inaugurar no paiz a primeira festa indústrial, á que todas as provincias concorreram com devotado patriotismo. O curto espaço que teve a do Ceará para preparar-se não deu lugar a que ella se fizesse representar com a pompa de suas gallas, e apenas alguns productos naturaes e artificiaes da Capital, Maranguape e Aracatv lóram remettidos á exposição de Pernambuco, já directamente, já por intermedio da commissão de exposição que nomeei na Capital, presidida pelo digno Dr. Thomaz Pompeu’de Souza Brazil, que nunca se recusou a prestar ao governo e a provincia o concurso eficaz de suas extensas e variadas luzes. O ensaio foi pequeno, porem a idéa ha-de vingar; e exposições annuaes, annunciadas com tempo, darão lugar á manifestação dos immensos recursos e da riqueza natural e artificial d’esta parte do imperio. Consigno o facto neste documento como um acontecimento ,notavel, e de grandes resultados para o desenvolvimento da prosperidade da provincia, que a olhos vistos progride com passos agigantados.²⁰⁵

Palavras, textos, vozes, aquarelas e exposições delimitavam e davam a ver o Ceará na Corte e no IHGB. A capital do império despertava, juntamente com a ciência nacional, para a necessidade de se conhecer e integrar as riquezas da pátria. “As palavras não refletiam apenas a realidade social e política; eram instrumentos de transformação da realidade” (HUNT, 1992, p. 23). Ouvia-se através das vozes dos cientistas relatos de lugares até então desconhecidos pelo poder central. Para os cientistas, a informação servia à administração (e dominação). E a viagem com seus diários, telas e relatórios daria uma outra imagem da nação, pois “a viagem interessa sobretudo como um operador discursivo” (GUIMARÃES, 2000, p. 4).

²⁰⁴ Carta de Victor de Borja Castro ao Senador Pompeu, datada de 7 de julho de 1862. Cf. CÂMARA, 1960, p. 229.

²⁰⁵ Relatório com que o Dr. Manuel Antônio Duarte de Azevedo passa a administração desta província ao quarto vice-presidente da mesma, o Exm. Sr. Commendador José Antônio Machado em 12 de fevereiro de 1812, p.6.

Os textos, as telas e a exposição produzidos pela Comissão Científica durante sua permanência no Ceará (1859-1861) devem ser analisados na perspectiva de uma representação que tem sua materialidade atrelada a uma escrita (lida em voz alta) e uma exposição (visível). Entre o visível e audível, entre textos, telas e exposição se mostrava e se criava uma imagem social do Ceará através de um olhar científico. O espaço e a natureza da província passam a integrar nação em construção. Agora se fala e se vê as terras do norte através de práticas discursivas. Textos e telas como coisas que falam e mostram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 13 de julho de 1861 saía do porto de Fortaleza o vapor *Cruzeiro do Sul*. Nele embarcava parte dos membros da Comissão Científica de Exploração. Gonçalves Dias havia permanecido pouco tempo no Ceará e João Pedro Villa-Real, ajudante da Seção Zoológica, havia se casado com uma cearense e resolveu ficar em companhia de sua esposa (BRAGA, 1962, p.86). O vapor chegou ao Rio de Janeiro em 24 do mesmo mês. A imprensa do Rio de Janeiro não noticiou o desembarque, pois já não se falava mais da Comissão Científica na Corte.

Envolta em polêmicas durante sua viagem, a Comissão Científica, quando de seu retorno à Corte, não sabia ainda como ficariam as condições de produção e a continuidade de seus trabalhos. A verdade é que ela seria aos poucos relegada ao esquecimento pelo poder central. Outras questões iam ganhando vulto naquele momento, como a guerra contra o Paraguai (1865-1870), que passou a exigir a atenção e os recursos do Governo Imperial. Segundo Renato Braga, a Comissão Científica morre oficialmente em 1867, quando aparece pela última vez no relatório de José Joaquim Torres, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, onde o mesmo avalia a dificuldade que se tinha para levar a cabo os trabalhos realizados por cada cientista, não sendo possível, segundo o Ministro, fixar prazos para a realização e conclusão dos trabalhos efetuados (BRAGA, 1862, p. 101). No relatório do ano seguinte a Comissão Científica não mais constará nas páginas oficiais do Governo Imperial.

Outro fator que contribuiu para a não finalização dos trabalhos realizados foi a dispersão ocorrida entre os cientistas. Eles voltaram a seus trabalhos e sociabilidades de antes, ocupando o tempo em outras atividades. Em pouco tempo, a morte começou a fazer seu trabalho e em inícios de 1863 morria subitamente Manuel Freire Alemão, sobrinho e ajudante de Freire Alemão na Seção Botânica. A morte de Manuel abalou profundamente Freire Alemão, que entra em depressão e dispersa-se de seus afazeres, falecendo em 1874, após ser acometido de uma série de enfermidades. Gonçalves Dias faleceu em 1864, num navio, quando já avistava sua terra natal, o Maranhão.

Ferreira Lagos faleceria em 1871 e Gabaglia em 1972. Capanema morreria em 1906, com 84 anos de idade.

As disputas com as quais cada membro da Comissão Científica se envolveu, as discórdias na Corte, as intrigas internas e os escândalos gerados pelos cientistas durante sua permanência no Ceará (O caso Abel, o naufrágio do hiate palpíte e a vinda dos camelos) acabaram por eclipsar a experiência levada a cabo por estes homens, sendo a sua ousadia de desbravar o país pouco conhecida ou desdenhada pelo suposto fracasso que obtiveram. Para Renato Braga, a Comissão Científica de Exploração, às vezes designada, oficialmente por Imperial Comissão Exploradora das Províncias do Norte, nasceu de uma ideia generosa, mas acima da compreensão do governo e do povo. As circunstâncias de meio e de tempo lhe eram adversas. Por isso viveu e se foi quase sem deixar rastros. Não passou de um belo plano frustrado em suas esperanças (BRAGA, 1962, p. 106).

Dela resultaram algumas publicações e uma vasta coleta de objetos de interesses zoológico e botânico. A Seção Zoológica coletou mais de dezessete mil exemplares, com doze mil insetos, na serra do Cariri, nas serras do Araripe e na Ibiapaba; mais de oitenta répteis como cobras venenosas. A Ornitologia colheu quatro mil pássaros. A coleção ornitológica excedeu a quatro mil exemplares, sendo empalhados pelo naturalista-preparador João Pedro Villa-Real (ALVES, 2006, p.56). O herbário da seção botânica contava com quatorze mil amostras guardadas em caixa de cedro, revestidos de folhas-de-flandres. Parte desta coleta foi parar no Museu Nacional, sendo na realidade, uma das maiores coleções ofertadas até o momento para aquela instituição. Alguns trabalhos monográficos foram sendo publicados aos poucos. Em 1862 Freire Alemão publicou o 2º e o 3º Folheto da Seção Botânica. Em 1862 foi publicada parte do trabalho *Introdução (Trabalhos da Comissão Científica de Exploração)*, constando nele o histórico de criação da Comissão Científica, suas instruções de trabalho, os relatórios de Capanema, Freire Alemão e Lagos, além do roteiro feito pelos cientistas. A segunda parte de *Introdução*, deveria ter sido publicada em 1863. Nele deveria constar os relatórios de Gabaglia e Gonçalves Dias. O primeiro não escreveu seu relatório. Sobre Gonçalves Dias pairam dúvidas, mas o fato é que nunca foi entregue ao IHGB nem tampouco veio à luz, nem o relatório nem a segunda parte de *Introdução*.

Gabaglia publicaria ainda em 1860, como resposta às pressões sobre a Comissão Científica, o trabalho intitulado *Raja Porto da Cidade de Fortaleza ou Ceará* (este ensaio foi escrito quando o cientista se encontrava em Fortaleza), e em 1877 a Tipografia Nacional publicava o *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará*. Capanema produziu dois ensaios: *Apontamentos sobre secas no Ceará*, em 1878; e *A seca do norte*, em 1901. De forma dispersa e fragmentada a documentação produzida pela Comissão Científica foi sendo produzida.

De resultado imediato desta experiência veio a exposição de produtos cearenses na Corte, a primeira do gênero no país. Resultou também as aquarelas pintadas por Reis Carvalho, dando a ver os aspectos da província cearense na segunda metade do século XIX. Mas a maior contribuição da Comissão Científica pode ser percebida na tentativa de construir a nação através do olhar nacional, buscando na atuação científica um campo de saber/poder onde cada disciplina (botânica, zoologia, geológica, geográfica, etnográfica) daria sua contribuição na construção imagética e material do país. Um olhar científico olhava e ordenava espaços dispersos e distintos. Catalogar e sistematizar, olhar e corrigir, andar e medir o espaço-natureza-Brasil era o grande desafio destes cientistas.

Mas não podemos olhar esta experiência, singular e problemática da história da ciência nacional, analisando seus erros, julgando suas faltas e excessos. Cabe-nos entender seu campo de atuação e suas possibilidades de ação, explicando sua ótica de funcionamento e dando sentido a esta aventura ao norte do Brasil no século XIX. Não nos cabe julgar se ela teve êxito ou não, se produziu pouco ou muito. O que nos interessa é trazer para o debate histórico não só o desejo de tal experiência, mas os desejos, medos, ansiedades, críticas e conflitos vivenciados durante a execução da mesma. Concordamos com Silvia Figueirôa quando questiona sobre as experiências de homens de ciência nos trópicos. Segundo a pesquisadora, “boa parte da historiografia sobre as ciências na América Latina comparou as manifestações aqui havidas com uma imagem um tanto idealizada dos países tomados como modelos, e buscando o *esperado*, não encontraram o *realizado*” (FIGUEIRÔA, 1997, p. 17).

O tema Comissão Científica de Exploração vem sendo retomado por historiadores de diferentes áreas. Historiadores da ciência,²⁰⁶ da saúde,²⁰⁷ da arte²⁰⁸ e historiadores sociais vêm realizando novas abordagens sobre o tema aqui tratado e tentado *encontrar o realizado*. Aqui a memória dessa experiência tem um caráter reflexivo e libertário, posto que “a memória devolve não simplesmente o passado, mas o que o passado prometia. A memória devolve o que o passado vislumbrou e o presente esqueceu”.²⁰⁹

²⁰⁶ PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração nas Correspondências de Guilherme Schüch de Capanema (1856)*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Unicamp: Campinas-SP, 2002.

²⁰⁷ MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. *Nos verdes campos da ciência: A trajetória acadêmica do medico e botânico brasileiro Francisco Freire Alemão (1897-1874)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz: Rio de Janeiro, 2005.

²⁰⁸ ASSIS JÚNIOR, Heitor de. *Ciência e Arte nas Pinturas de José dos Reis Carvalho. Anais do I Simpósio de Pesquisa em ensino de História e ciência da Terra; III Simpósio Nacional sobre ensino de geologia no Brasil*, Unicamp, 2007.

²⁰⁹ José M. G. Filho, texto escrito pelo autor na orelha do livro de Éclea Bosi. *O Tempo Vivo da Memória*. 2ª Ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

FONTES

JORNAIS

O Cearense (1859-61)

O Araripe (1859-62)

O Sol (1859-61)

FONTES ESCRITAS E IMPRESSAS

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato 1859. Estudo introdutório de Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

_____. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*: Crato –Rio de Janeiro 1859-1860. Estudo introdutório de Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2007.

_____. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Rio de Janeiro ao Ceará, 1860-1861. Mimeo.

CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema*: Ciência, cultura e política no século XIX. Estudo introdutório e notas de Maria Sylvia Porto Alegre. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

_____. Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ*: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia. Estudo introdutório de Kênia Rios. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*. Catálogo e transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Vol. 81, 1961.

DIAS, Antônio Gonçalves. Cartas enviadas ao jornal do Comércio do Rio de Janeiro durante sua estadia no Ceará, como membro da Comissão Científica. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t 38. 1924, p. 213-30.

_____. Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. In: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1964.

_____. Correspondência passiva de Antonio Gonçalves Dias. In: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1971.

FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

GABAGLIA, G. Raja. *Porto da Cidade de Fortaleza* ou Ceará: Typographia Nacional, 1860.

_____. Raja; CAPANEMA, Guilherme A *SECA NO CEARÁ*: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia. Estudo introdutório de Kênia Rios. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

Ofícios da Imperial Comissão Científica de Exploração. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC): Fundo: Ministério dos Negócios do Império; Grupo: Comissão Científica Imperial de Exploração; Série: Ofícios Expedidos; Data Limite: 1859-1861; Caixa: 01

Relatório de Presidente de província do Ceará (1858-1862)

Trabalhos da Commissão Scientifica de Exploração. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

Revistas do IHGB (1856 -1862).

LIVROS

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.
- BRAZIL, T. P. de Souza. *Diccionario topographico e estatístico da província do Ceará*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1861.
- CÂMARA, José Aurélio (org.). *Correspondência do Senador Pompeu*. vol.III. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1960.
- GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. Vol. 2. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1969.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 11ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002.
- STUDART, Guilherme. *Para a História do jornalismo cearense (1824-1924)*. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1924.
- _____. *Notas para a História do Ceará*. Vol. 9. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004.
- TEÓFILO, Rodolfo. *Scenas e Typos*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009 (Ed. Fac-símile).

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DO CEARÁ

- ARARIPE, Tristão de Alencar. Letreiros Lapidares. In: Revista do Instituto do Ceará. Tomo XIII. Fortaleza: 1909, 359-377.
- POMPEU, Senador. Extractos do livro inedito do Padre Francisco Telles de Menezes Lima. Revista do Ceará. Tomo XIII. Fortaleza: 1909, p.337-358.

OBRAS LETERÁRIAS

- ALENCAR, José. *Iracema*. 30ª Ed. Editora Ática: São Paulo, 1997.
- _____. *O Sertanejo*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*. São Paulo: FTD, 1992.
- OLÍMPIO, Domingos. *Luzia - homem*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de Fronteiras: História, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.
- _____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida Privada e Ordem Pública no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ALVES, Cláudio José. *Ciência e arte em José dos Reis Carvalho: A pintura na Comissão Científica de Exploração ao Ceará (1859-1861)*. Dissertação (Mestrado em História da Ciência), PUC. São Paulo, 2006.
- ALVES, Joaquim. *História das Secas: Séculos XVII a XIX*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003 (Edição Fac-Símile).
- ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ASSIS JÚNIOR, Heitor de. Ciência e Arte nas Pinturas de José dos Reis Carvalho. *Anais do I Simpósio de Pesquisa em ensino de História e ciência da Terra; III Simpósio Nacional sobre ensino de geologia no Brasil*, Unicamp, 2007.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – USP. São Paulo, 1998.
- _____. Cidadania em construção: a legislação provincial do Ceará. Apontamentos para uma História Social do Estado Brasileiro. In: *Leis provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis provinciais do Ceará feita pelo Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa (Orgs.). Ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009.
- BARBUY, Heloisa. *A Exposição Universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. V.1. 3ª Ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004.
- BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: a pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. O Vaqueiro: Símbolo da Liberdade e mantenedor da ordem no sertão. In: MONTENEGRO, Antônio torres et ali (orgs). *História: Cultura e sensibilidade: Outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e imagem*. Bauru-SP: Edusc, 2004.

CARR, Hallet. *O que é história?* 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.

_____. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (E. U.A, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Brasília: Ed; Universidade de Brasília, 1989 (Coleção temas Brasileiros, v. 4)

CERTEAU, Michel de. Fazer História. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 4º Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil, 1700-1930*. Fortaleza: UFC, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A história entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na Segunda Metade do Século XIX. In: Souza, Simone de. *Uma Nova História do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Demócrito, 2004.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru-SP: Edusc, 2004.

_____. *A história em migalhas: dos Anales à Nova História*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental. Temas, fontes e linha de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8, 1991, p.177-198.

- ELIAS, Nobert. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995
- FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta. Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFC: Fortaleza, 2004.
- FIGUEIRÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *A arqueologia do saber*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1998
- _____. *As palavras e as coisas*. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- GEERZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.
- _____. *História Econômica do Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.
- GOMES, Ângela M. de Castro. *Temas clássicos, temas novos, perspectivas renovadoras - debates*. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.): *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scrita, 1997.
- GUABIRABA, Célia. *Ceará: A crise permanente do modelo exportador*. Fortaleza: Edições da Memória do povo cearense, 1989.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado: *Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.1, n.1, 1988, p. 5-27.
- _____. *Expondo a História: imagens construindo o passado*. In: Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v.34, 2002, p. 71-86.

_____. História e natureza em Von Martius. Esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciência, Saúde. *Manguinhos*. v.7, n.2. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, julho/outubro, 2000.

GUINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HARDMAN. Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 11ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1978.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JANCSÒ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LIMA, Maria Alves Esteves. *J-B. Debret, historiador e pintor. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1832)*. Campinas-SP: Editora Unicamp 2007.

LIMA, Solimar Oliveira. O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. História: *Debates e Tendências*. Passo Fundo: Universidade de Passo fundo. V. 1, n. 1, 1999.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanez; LUCAS; Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*: Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc-Rio, 2006.

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas no século XIX. In: ABREU, Marta de; MOTA, Moema de Rezende (orgs.) *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.

MACEDO, Joaryvar. *O Império do Bacamarte*. Fortaleza: Casa José de Alencar/UFC, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Moderna, 1997.

MARIN, Luis. *Sublime Poussin*. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTIN, Oliver. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformação da análise da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo/Humanitas Publicações. v. 21, n. 41, 2001.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 3ªEd. Fortaleza: Casa José de Alencar/UFC, 1995.

MINDLIN, José E. Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 4, n. 7, 1991, p35-54.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Geografia: pequena história crítica*. 12º Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

MORAES, Kleiton de Sousa. *O Sertão descoberto aos olhos do progresso: A Inspeção de Obras Contra as Secas (1909-1918)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. *Nos verdes campos da ciência: A trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire Alemão (1897-1874)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz: Rio de Janeiro, 2005.

MOTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revistada: Fontes e metodologia de pesquisa. *Diálogos*. MARINGÁ. v, 1. n. 1, 1997.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução ao Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Nudoc / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006 (Edição Fac-similar).

_____. *João da Silva Feijó: Um naturalista no Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1978.

NOGUEIRA, Berna Caroline Vasconcelos. A Ordem do dia: Instruções e expectativas da Imperial Comissão Científica de Exploração. *VI Seminário de Pesquisa do Departamento de História da UFC*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica. *Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará*. Fortaleza, v. 1, 2005.

PAIVA, Melquíades Pinto. *Os naturalistas e o Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

PATACA, E. Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro: v. 3, n. 1, jan./jun, p.58-79, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ªEd. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração nas Correspondências de Guilherme Schüch de Capanema (1856)*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Unicamp: Campinas-SP, 2002.

PINHEIRO, Francisco José. Solo fértil na Capitania. Um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. *Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará*. Fortaleza, v.1, 2005.

_____. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PORTO ALEGRE, M. Sylvia. *Comissão das Borboletas: A ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2003.

_____. *Apresentação à Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX.* Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

_____. *Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origem do Trabalho Livre no Ceará Colonial*. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 20/21, n.1-2, 1989.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distancia*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: Museu e ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

_____. *Passado Sedutor: a História do Ceará entre o fato e a lenda*. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO, João Ernani (orgs.). *Em tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

REICHEL, Heloisa Jochins. *Relatos de viagens como fonte histórica para estudos de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX)*. In: PRATT, Mary LOUSI et ali (orgs.). *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru - SP: Edusc, 2009.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª Ed. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007b.

RIBEIRO, Gladys Salina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia. *Seca e identidade nacional*. In: CAPANEMA, Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008. (Coleção Milton Santos;1)

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. *Nota explicativa*. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

SILVA, Ítala Byanca Moraes da. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Ceará, 2006.

_____. *A história em uma trajetória: a produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe (1846-1870)*. Monografia defendida no Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará, 2005.

SILVA TELLES, Felipe Bottona; BORGES-NOJOSA, Diva Maria. *A coleção Dias da Rocha no Museu do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Ceará, 2009.

- SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo: Rio de Janeiro, Rocco, 1995*.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.
- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.
- VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte do Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A literatura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.